

Renata e eu, por sermos mulheres negras, somos alvo preferencial da violência política, inclusive de ameaças de morte. Se queremos reconstruir a democracia no país, agressões e ameaças contra parlamentares não podem ser toleradas. A violência política tem que parar, agora. Ou todas e todos estamos correndo risco.

Deixo aqui, de presente, uns versos de Beatriz Nascimento:

*Ninguém fará eu perder a ternura
Como se os quatro besouros
Geração da geração
Gestação da liberdade
Voo de garça, seguro*

O ódio não vai apagar as nossas belezas extraordinárias, querida. Vamos juntas!

Talíria Petrone

Renata Souza é nascida e criada na Maré, uma das maiores favelas do Rio. Também é jornalista e doutora em Comunicação e Cultura. Preta, feminista e socialista, Renata atua na defesa dos direitos humanos há mais de 20 anos. Foi eleita deputada estadual no Rio de Janeiro em 2018, pelo PSOL, com 63.937 votos.

Agir com firmeza e com afeto é uma virtude que nós, mulheres negras e faveladas, trazemos para a política junto com a nossa presença. Neste livro, Renata Souza mostra a força, a inteligência e a capacidade do nosso povo, que ela representa tão bem. Parabéns, querida!

Benedita da Silva

O ódio contra as mulheres, principalmente contra as mulheres pretas, é uma das principais estruturas do bolsonarismo. Quando Renata Souza se move no parlamento, os racistas e os machistas tremem. Se você ainda não sabe o porquê, vai descobrir ao ler este livro.

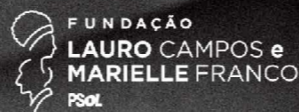
Manuela d'Ávila

Renata Souza representa a cara da esquerda que estamos construindo: com os pés no barro, enraizados nas quebradas e favelas, com a cara e a cor do nosso povo; uma esquerda com disposição e vocação para vencer, sem perder a perspectiva de quem representamos.

Guilherme Boulos



rubra



CABEÇA ERGUIDA

RENATA SOUZA

CABEÇA ERGUIDA

RENATA SOUZA

rubra

Renata Souza comprova mais uma vez a sua potência intelectual e militante. Neste livro, doutora favelada que é, aponta caminhos, trava polêmicas, sublinha dados e acha espaço para o poético e o festivo em tempos de ódio na política. Temos um livro provocativo que ajuda a esquerda a sair do labirinto de medos e recuos no qual se meteu. Se é tarefa urgente tirar Bolsonaro pela força do voto, só vamos derrotar definitivamente o bolsonarismo se travarmos a batalha das ideias e das ruas. Podemos contar com Renata Souza nos três enfrentamentos.

Ando com Renata não é de hoje. E temos lado. Das lutas na Maré com Marielle, passando pela construção de um PSOL cada vez mais feminista e negro, até o parlamento, a nossa Renatinha esbanja disposição para travar o bom combate. Como deputada estadual no Rio, junto com a bancada do nosso partido, não deixou de combater um segundo sequer Bolsonaro e os bolsonaristas de plantão. Fosse ele o governador do Estado do Rio de Janeiro ou qualquer outro troglodita com suas agressões racistas e misóginas. Como se diz por aí: ela é linha de frente.

Cabeça erguida

 rubra

 FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSol.

R e n a t a S o u z a

Cabeça erguida

Preta, favelada e feminista na política

© Rubra, 2022

1ª edição

Coordenação editorial:

Rafael M. Duarte, Diego Barboza,
e Bil-Rait "Buchechea"

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Bil-Rait "Buchechea"

Foto da capa:

Alex Emanuel Batista Santana

Preparação:

Rafael M. Duarte

Revisão:

Zeh Gustavo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Renata

Cabeça erguida : preta, favelada e feminista
na política / Renata Souza. -- Rio de Janeiro :
Rubra, 2022.

ISBN 978-65-998266-0-3

1. Ciências sociais 2. Ensaios brasileiros
3. Feminismo 4. Mulheres negras I. Título.

22-117723

CDD-B869.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensaios : Literatura brasileira B869.4

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária CRB-1/3129

Rubra
Rio de Janeiro – RJ
editorial@rubra.art.br

È fibò ẹ fibò dò wa iyá Qşun
È fibò dò wa iyá Qşun, ẹ fibò dò
Wa iyá Qşun*

Cantiga ancestral

Por isso, na solidão desse banzo antigo,
rememorador de todas e de todos,
os que de nós já se foram,
é no espaço de nossa dor,
que desenhamos
a sua luz-mulher – Marielle Franco –
e as pontas de sua estrela
enfeitarão os dias
que ainda nos aguardam
e cruzarão com as pontas
das pontas de outras estrelas,
habitantes que nos guiam,
iluminando-nos e nos fortalecendo
na constelação de nossas saudades

Conceição Evaristo

este canto de luto
meu coração faz nascer
o sol na mão
para fazer o pão
eu levanto
minha mão de trabalho
precisa
da voz de muitos cantores

bell hooks

* “É ela que nos cobre (protege), ela quem nos cobre / No rio é a mãe Oxum, ela quem nos cobre no rio é a mãe / Oxum, ela quem nos cobre no rio é a mãe Oxum”. OLIVEIRA, 2012, p. 124.

Carolina Maria de Jesus: a tontura da fome ainda é realidade no Brasil.....	57
Pela superação da fome e da barbárie.....	59
A dura realidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia.....	61
Centenário de Paulo Freire e a educação libertadora [com Juliana Drummond].....	64
Stonewall Inn: orgulhar-se é transgredir.....	66
Direitos humanos ou barbárie.....	70
Política em tempo de cólera [com Ibis Pereira].....	74
Nem abandonado, nem esquecido, nem invisível.....	76
A política do terror racial.....	78
Jacarezinho: pelo fim do regime de exceção nas favelas.....	80
Abril verde contra o racismo religioso.....	82
África, minha mãe!.....	84
Movimentos negros [com Seymour Souza].....	86
O que temos para festejar?.....	92
Eles, um mar de sangue; nós, uma multidão de esperanças.....	94
Bate-papo com Renata Souza – <i>A Maré é a minha nação!</i> [com Paula Máiran, Claudia Santiago, Gizele Martins, Carla Baiense, Jacqueline Muniz, Leonor Costa e Dom Filó].....	96
Referências	147
Biografias	149

Apresentação

por GUILHERME BOULOS

A bola, a pipa,
a bike, a batuta,
a moenda,
os cristais.

O batom e a luta,
salto, fazendo o seu destino,
botas... sem amarras.

É ser revolução,
o canto, o campo
o grito que irá por fim
ao lucro.

Lene Souza

Início o texto com uma poesia de Lene Souza porque descobri, lendo *Cria da favela*, mais uma das mil facetas da minha companheira Renata Souza: a poesia. Doutora favelada, comunicadora popular, deputada, jornalista, porta-estandarte de bloco, pipeira e craque no totó... Tudo isso. Muito mais. E poeta.

Na última vez que estive no Rio de Janeiro, fiquei impressionado com o reconhecimento que Renata Souza tem no estado. A juventude, especialmente a favelada e preta, a vê como uma referência na luta pelas causas populares. Renata não se dá tempo para ter medo.

Não falo apenas de uma companheira de PSOL. Renata Souza representa a cara da esquerda que estamos construindo: com os pés no barro, enraizados nas quebradas e favelas, com a cara e a cor do nosso povo; uma esquerda com disposição e vocação para vencer, sem perder a perspectiva de quem representamos.

E isso, como Renata mostra, não é anti-intelectualismo. Fazer um churrasco na laje, organizar rodas de samba ou qual-

quer atividade lúdica, com e para a nossa classe, não concorre com tarefas de formação política ou debates. Pelo contrário, como Renata lembra neste livro: a palavra mutirão contém a ideia de trabalho, mas também de festa.

Cabeça erguida é mais uma ousada intervenção de Renata na batalha das ideias. Na primeira parte do livro, que reúne artigos, ela mostra que a atuação parlamentar pode, sim, estar a serviço das lutas. Os textos vão além disso: mesclam rigor analítico e estilo poético para nos alimentar no enfrentamento dos fascismos de cada dia. Já na segunda parte - um bate-papo entre Renata e outras jornalistas - conhecemos mais sobre a sua vida, sobre as dores e as delícias de ser uma cria da Maré, que luta e reflete.

Renata Souza representa um valor que é decisivo na política e na vida: a coragem. Coragem para bater de frente com quebrador de placa ou com governador que ameaça dar “tiro na cabecinha” de favelado. Coragem para enfrentar Bolsonaro e bolsonaristas de todos os tipos, sejam eles assumidos ou envergonhados. Eles vão passar: vão para a lata de lixo da história. E Renata Souza vai seguir, de cabeça erguida, tecendo junto com a gente o sonho de um novo tempo.

Introdução – *Cremos num novo tempo*¹

Cremos.
Quando as muralhas
desfizerem-se
com a mesma leveza
de nuvens-algodoais,
os nossos mais velhos
vindos do fundo
dos tempos
sorrirão em paz.
Cremos.
O anunciado milagre
estará acontecendo.
E na escritura grafadada
da pré-anúnciação,
de um novo tempo,
novos parágrafos
se abrirão.
Cremos.

Conceição Evaristo

Já escrevi antes. Repito. Povo preto: Luísa Mahin, Quilombo dos Palmares, Nelson Mandela, Panteras Negras, Marielle Franco. Quer mais? Segure aí. Éramos e somos uma multidão, nas quebradas do Brasil e do mundo? Também, mas não só. Tecemos a nossa identidade como povo, como povo preto: da ancestral à contemporânea. E, não só entre nós, mas a partir da afirmação dos nossos preceitos, lutamos pela unidade dos *de baixo*.

Animada pelo axé, afirmo o conceito de *ubuntu*: *Eu sou porque nós somos*. Entretanto, apenas dizer isso é insuficiente, pois não estamos diante só de uma palavra, mas estamos *encarnando* um conceito fundador. Assim também digo em

¹ Ensaio revisto e ampliado, publicado originalmente no livro *Ubuntu: negras utopias*, organizado por Renata Souza (2021), sob o título de *Apresentação*.

relação à ética: “Uma filosofia de resolução de conflitos”, como defende o arcebispo sul-africano Desmond Tutu². Aliás, *ubuntu* tem origem sul-africana e seu preceito foi um dos sustentáculos da reconstrução da África do Sul pós-apartheid. Com a filosofia *ubuntu*, luto por solidariedade e combato o individualismo – e falamos de solidariedade não como uma demanda por ações pontuais, mas como método de ação política.

Queremos construir a utopia real de um mundo sem fome, sem exploração e rico na diversidade dos seus modos de vida. Por isso, a nossa luta é um terreiro de candomblé, uma igreja cristã com sua teologia negra, uma ocupação. Muniz Sodré, um dos maiores intelectuais brasileiros, coloca em jogo o seguinte argumento:

Um pensamento não racista surge da perspectiva de um solo comum com o Outro, pois o espaço real de uma Nação consiste no processamento de diferenças sem perda de sua totalidade. Apenas essa totalidade não se cria por um “todo” imposto à força (das armas ou da razão) nem por uma “cultura nacional” (que só existe como um monopólio oficial de ideias), mas pela aceitação de um jogo pluralista, heterocultural, em que se afronta sempre o Destino. “Todo homem não embrutecido pelo egoísmo”, diz o peruano José Maria Arguedas, “pode viver todas as pátrias”.³

Nesse sentido, a raça não existe como realidade biológica. Como nos lembra Silvio Almeida, é um “fenômeno essencialmente político”⁴. Assim, o racismo, “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento”⁵, é uma opressão criada para o controle de algum grupo social. Clóvis Moura⁶ identifica a luta antirracista dos negros, nos tempos de escravidão até hoje, como uma luta de classes. Não é por outro

² TUTU apud UBUNTU, 2020.

³ SODRÉ, 2010, p. 63.

⁴ ALMEIDA, 2019, p. 31.

⁵ ALMEIDA, 2019, p. 32.

⁶ MOURA apud ALMEIDA, 2019, p. 186.

motivo que manter a negritude como o setor mais oprimido e explorado da classe trabalhadora cumpre um papel econômico primordial, “pois o interesse das classes dominantes é” ver o negro “marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto”⁷. Em outras palavras, o racismo cumpre um papel estrutural nas sociedades capitalistas. Nas palavras de Dennis de Oliveira⁸,

as particularidades históricas brasileiras permitem construir um processo de modernização capitalista mantendo estruturas arcaicas, que não são anomalias, mas sim integrantes dessa lógica de desenvolvimento histórico específica.

Mas, se a questão de fundo é a de classe, qual a necessidade de se afirmar a identidade negra, de chamar o povo preto a se unir? É à luz do *ubuntu* que podemos responder essa questão. Em primeiro lugar, apontar o racismo como tática dos *de cima* para dividir os *de baixo* não significa dizer, obviamente, que ele não existe. Pelo contrário, a existência do racismo é colocada em termos ainda mais trágicos. O racismo existe entre os explorados, sendo praticado diuturnamente por trabalhadores contra outros trabalhadores. Mas, a serviço de quem? Dos burgueses. Digo sem pedir licença: da branquitude.

Por isso, a união do povo preto, a afirmação da nossa identidade, é indispensável. Repare na escolha da palavra: *povo* e não *raça*. Ela foi bem pensada para eliminar qualquer confusão, para reafirmar que a ideia de raça é uma arma das classes dominantes, não nossa. Em segundo lugar, reafirmamos a identidade do povo preto sem nenhum sectarismo, mas como um lugar de acolhimento, de reconhecimento de nossa ancestralidade e de nossa potência, sempre posta em dúvida pelo racismo. A partir disso, construímos um refúgio – um *quilombo* – onde aprendemos a ter orgulho de nós e dos nossos.

⁷ MOURA apud ALMEIDA, 2019, p. 186.

⁸ OLIVEIRA apud ALMEIDA, 2019, p. 193.

Lembro de bell hooks:

“erguer a voz” foi para mim um ritual de iniciação, testando minha coragem, fortalecendo meu comprometimento, me preparando para os dias vindouros [...]. Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta.⁹

Por nós, não dividimos a luta dos explorados em estamentos, mas para isso se realizar há que combatermos o racismo, inclusive, dentro do próprio âmbito da luta. Só assim vamos construir uma política dos *de baixo* contra os *de cima*. Em última instância, o povo preto deve se reunir pensando táticas e estratégias para superar o capitalismo. Sabemos que não vamos fazer isso sozinhos, mas desejamos uma universalidade que não seja eurocêntrica. Aqui dialogamos com dois conceitos: o de *universalismo estratégico*, elaborado por Paul Gilroy; e o de *universalismo insurgente*, elaborado por Asad Haider¹⁰. Ambos propõem a negação do *universalismo abstrato*, baseado no apagamento dos crimes da Europa iluminista.

Contudo, eles apostam no resgate da melhor herança do iluminismo, lembrando, como exemplo, os intelectuais negros radicais da Revolução Haitiana. Por mais que achemos o ponto de vista interessante e frutífero, não seguimos Asad Haider em alguns passos. Por exemplo, o de colocar a identidade praticamente como um entrave. Pelo contrário, achamos que a identidade é um momento fundamental da consciência de classe. Sendo assim, propomos a ideia de uma universalidade solidária; uma universalidade baseada no conceito de *ubuntu*.

⁹ HOOKS, 2019b.

¹⁰ HAIDER, 2019, p. 137-150.

Na tarefa de deputada, enfrente de cabeça erguida o racismo no parlamento. Se a branquitude ainda não se acostumou com mulheres negras nos espaços de poder, azar o dela! Como legisladora, militante e intelectual, olho no olho de qualquer colega para fazer valer minhas convicções e lutar pelo povo preto. Viemos para ocupar o parlamento e todos os espaços de poder e, a partir disso, construir uma nova democracia para os *de baixo*. E isso só será possível superando o racismo. Para tanto, a filosofia *ubuntu* nos oferece muitas lições. Quando dizemos *o mundo vai ser preto*, invertemos a noção do espectro de luz visível e pensamos o mundo em todas as cores. É assim que cremos num novo tempo. Oxalá venha logo!

Reunir artigos, muitos deles já publicados, junto a eles uma entrevista comigo, para fazer um livro: isso teria alguma relevância? Ou seria apenas um ato de vaidade? Essa dúvida me acompanhou por algum tempo. A decisão de publicar veio por um motivo bem simples: não vou silenciar! Nem a mim; muito menos aos nossos! Aqui, temos artigos feitos a muitas mãos, com companheiras e companheiros de mandata e referências a pensadores incontornáveis e citações de dados indispensáveis para sustentar as nossas ideias. Talvez o mais importante: fiz, sempre que possível, uma reverência à dimensão poética e festiva da vida.

Se você está do lado de cá da luta, espero que goste do livro. No mais, conversar com Paula Máiran, Claudia Santiago, Gizele Martins, Carla Bahiense, Jacqueline Muniz, Leonor Costa e Dom Filó também foi um acerto. Falar sobre vida e política: é tão bom quanto raro conseguir espaços de diálogo fraterno, no mundo do ódio.

Não é nariz em pé: é cabeça erguida!

“Cheia de marra e narizinho em pé!” Assim o deputado que destruiu a placa de Marielle, vociferador de agressões a torto e a direito na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tentou me ofender. Não fiz por menos. Fui ao púlpito da Assembleia e o respondi à altura:

– Eu tenho dignidade suficiente para andar de cabeça erguida e assim farei! Farei nesta casa legislativa, como faço na rua, como faço em qualquer lugar. Não vou me submeter a homem branco nenhum que me chame de *cheia de marra* ou de *narizinho em pé!* – Respirei fundo e complementei: – Vamos nessa!

A agressão aconteceu pouco meses depois de eu ter assumido a minha mandata como deputada estadual, com 63.937 votos. Antes, outras duas companheiras de PSOL, Dani Monteiro e Mônica Francisco, também deputadas pretas, foram barradas ao tentarem entrar no elevador exclusivo para parlamentares. A branquitude e o patriarcado não estão acostumados com mulheres pretas nos espaços de poder. Não daremos um passo atrás, casa-grande! Ocuparemos o parlamento e faremos dele um quilombo. Aguardem!

A casa-grande quer perpetuar as mulheres pretas como serviçais, em condições de trabalho análogas à escravidão. Se tivermos que trabalhar como domésticas, faremos com toda a nossa dignidade e exigindo os nossos direitos. Nosso lugar não é o elevador de serviço e não vamos ficar de cabeça baixa. Quando formos parlamentares, com a mesma dignidade, vamos exercer a nossa função de cabeça erguida.

Não se submeter aos ditames da misoginia e do racismo, para esse tipo de gente, é ser marrenta e nariz em pé. Se for assim, que seja! Acostumem-se com a nossa marra e o nosso nariz em pé! Mas não se trata disso, de marra, de ser metida... Pelo contrário, é dignidade, é cabeça erguida para exercer uma função conquistada pelo voto popular.

Como afirma a socióloga Maíra Kubik¹¹:

Com dificuldades e retrocessos, as mulheres estão, desde o início de sua luta por participação política institucional, em um movimento de avanço na ocupação dos espaços. Contudo, trata-se de uma expansão muito lenta, que não condiz com a força dos movimentos de mulheres e feministas na sociedade brasileira. Tal descompasso evidencia os limites de nossa democracia liberal, erigida sob as desigualdades racial e de classe, atravessada pela desigualdade de gênero, e interrompida por golpes.

Ainda temos um longo caminho pela frente, companheiras! Mas vamos com tudo, de cabeça erguida e a plenos pulmões. A nossa vitória não é uma opção: é um destino. Como se diz por aí: atura ou surta, coleguinha!

¹¹ MANO, 2020, p, 134.

Um mutirão de vozes pretas

Assassinato de Marielle, eleição de Bolsonaro... Estava no plenário da Alerj com essas duas ideias fixas na minha cabeça, aguardando para fazer o meu primeiro discurso como deputada. Um nó no peito, outro na garganta. De um lado, parlamentares eleitos na onda bolsonarista – um deles se elegeu por quebrar uma placa em homenagem a Marielle! Mas, do outro lado, os olhares das minhas companheiras Mônica Francisco e Dani Monteiro me dão um estalo e desfazem aqueles nós: “Eu não sou apenas eu. Somos frutos de um mutirão: um mutirão de lutas de mulheres negras, de militantes antirracistas!”. Lembro de Benedita da Silva e Talíria Petrone: “Minha voz não é minha. Minha voz faz parte de um mutirão de vozes negras para construir um mundo novo: onde a igualdade seja a regra e a diversidade, o caminho para o exercício da liberdade. Sim, um mutirão!”, completei o pensamento.

Quem vem da favela sabe: mutirão não é apenas aquilo que está no dicionário, é nome para trabalho coletivo e sinônimo de festa; significa bater uma laje, levantar uma parede e, depois, bater um bom prato de comida. E, na *intera*, umas cervejas?! Para quem é de cerveja, sem dúvida! Mas *intera* também pode ser para um refrigerante: o que importa é a festa, depois do trabalho duro. Por isso, quis as minhas palavras como as de um mutirão. Uma preta, favelada e feminista ocupar o parlamento, sendo a deputada mais votada da esquerda, era fruto de um trabalho coletivo de muitas e muitos; de muitas lutas (das ancestrais às contemporâneas); de coragens esquecidas; de sacrifícios impensáveis. E eu, Renata Souza, uma mareense, tinha a honra e a responsabilidade de ser uma das representantes das faveladas e favelados, da negritude, do meu povo preto, das trabalhadoras e trabalhadores. Assim, fiquei com uma imagem na cabeça...

Um mutirão de vozes pretas: a minha voz deve ser isso – uma cantiga de candomblé, um discurso de Angela Davis, um verso de Conceição Evaristo, um funk. Quando eu levantar a minha voz e erguer a minha cabeça, por favor, como diria o poeta, entenda: quero honrar Marielle Franco; quero honrar a minha mãe, Dona Lita, uma educadora incansável. A minha voz não é só minha; minha voz de preta e favelada é a de um mutirão! Marielle é mutirão. Benedita é mutirão. Talíria é mutirão. Dani Monteiro é mutirão. Mônica Francisco é mutirão. Uma mulher preta em luta é um mutirão, para um mundo novo. Somos trabalho coletivo, somos trabalho duro e competência. Mas também somos festa: isso nunca vão nos roubar!

Em meio a esse turbilhão de ideias e pensamentos, fui chamada pelo presidente da Assembleia. Enchi o peito de ar, engoli o choro e ergui a cabeça. Bati no microfone, dei um pigarro para ajeitar a voz, saudei meus colegas de legislatura e de bancada: e discurssei, em homenagem a Marielle Franco. Fiz uma denúncia, na verdade. Não cansamos de repetir: precisamos transformar o luto em luta. Erga a cabeça, irmã! Aqueça a garganta! O nosso mutirão de vozes ilumina um novo tempo.

Em festa!

E eu não sou uma deputada? Uma homenagem a Sojourner Truth

Muito bem, companheiras: escrevo aqui em homenagem a Sojourner Truth – negra, ex-escravizada, imortalizada pelo seu discurso *E eu não sou uma mulher?*, proferido na Convenção de Mulheres, realizada em Akron, Ohio, EUA, em 1851. Com palavras de improviso, provavelmente em resposta a um homem, ela contestou o lugar reservado às mulheres na sociedade patriarcal, em especial às mulheres pretas. bell hooks¹² faz o seguinte balanço:

Sojourner Truth foi a mulher negra mais direta ao falar sobre a questão. Ela argumentou em público a favor de que mulheres ganhassem o direito de votar, e enfatizou que, sem esse direito, mulheres negras teriam que se submeter ao desejo dos homens negros. Sua famosa declaração, “existe uma grande agitação em relação aos homens negros receberem seus direitos, mas não há uma palavra sobre as mulheres negras; e se homens negros ganharem seus direitos e mulheres negras não, você verá os homens negros serem donos das mulheres, e isso será tão ruim quanto era antes”, lembrou o público estadunidense de que tanto a opressão sexista quanto a opressão racial eram uma ameaça real à liberdade da mulher negra. No entanto, apesar dos protestos das ativistas brancas e das negras, o sexismo venceu e homens negros receberam o direito ao voto.

Dos EUA do século XIX ao Brasil do XXI, as mulheres conquistaram o direito ao voto e de serem votadas. Antonietas¹³, Beneditas e Marielles ocuparam o parlamento e outros espaços do poder institucional. Mas, por que eu, descendente política de tantas mulheres pretas extraordinárias, ainda me

¹² HOOKS, 2019a.

¹³ Antonieta de Barros foi uma jornalista e professora brasileira. Em 1935, assumiu como a primeira parlamentar negra do Brasil.

pergunto se sou, realmente, uma deputada?

As mulheres negras ganharam espaço nos movimentos sociais e é cada vez mais raro tentar separar o antirracismo do feminismo, por exemplo. Nem sempre foi assim, como vimos nas palavras de bell hooks. No Brasil, a minha geração fez essa transição: se reconheceu como feminista e militante do movimento popular; como feminista e militante antirracista. Então, posso dizer que sou reconhecida e respeitada como mulher negra na maioria dos espaços de militância.

Entretanto, não posso dizer o mesmo do parlamento. Lá, a minha posição é diariamente contestada: seja pela minha forma de me vestir (minha mãe Oxum não me deixa passar despercebida!); seja pela minha forma de falar; e seja, até mesmo, por minha altivez. É, altivez... Já fui chamada de feia, e isso o meu espelho desmente todo dia; e de marrenta; de nariz em pé. Ah, claro: e também de favelada! Mas, isso eu sou mesmo! Com muito orgulho.

Agora, um homem branco seria contestado da mesma forma?! Trabalhei na Alerj por 10 anos, antes de ser eleita deputada, e posso dizer que não. Vi debates e enfrentamentos muito violentos naquele plenário, mas nunca deslegitimações parecidas como as que ocorreram comigo e com outras deputadas negras. Uma mulher branca seria desrespeitada da mesma maneira?! Também não! Sofreria violência política? Provavelmente. Mas dificilmente seria rebaixada à condição sub-humana, à condição de lixo – a que tentam, mas não conseguem, evidentemente, nos rebaixar.

E eu não sou uma deputada?! Para a misoginia e o racismo, sem dúvida não! Estou ali roubando o espaço deles, um espaço dos oligarcas do século XXI. Por outro lado, o nosso, sim: sou uma deputada. Mais do que isso: junto com outras companheiras e companheiros, sou uma deputada aquilombada. Transformaremos – anotem! – todas as casas legislativas em quilombos, em espaços do povo preto, do poder popular.

Agradeço a Sojourner pela coragem, por ter falado; e, por isso, e por todos, eu, deputada Renata Souza, uma doutora favelada, ergo a cabeça. E tenho – temos – muito o que dizer.

O feminicídio político e o epistemicídio¹⁴

A execução sumária de Marielle Franco se apresentou como o limite da barbárie enquanto instrumento político. Com o passar dos dias de luto e luta, fui encontrando também em leituras e na formulação de ideias um caminho para seguir. Tornou-se uma espécie de alento a construção de um pensamento crítico, político e teórico que fizesse algum sentido sobre uma das maiores dores que já senti: a perda de uma querida companheira de luta e de vida, de maneira tão desumana. *Femicídio político* foi a expressão que considerei mais adequada para sistematizar o possível resultado de um conjunto de violências políticas a ela destinadas. Mas, inevitavelmente, algumas perguntas me vieram à cabeça: será que o conceito de uma mulher, negra, cria da favela pode se tornar referência e contribuir para elaborações mais aprofundadas sobre o que vivemos todos os dias? Ou o *epistemicídio* seguirá matando ou anulando nosso conhecimento todos os dias?

A ideia de reconhecer o assassinato de Marielle como *femicídio* surgiu em um momento em que fazia a leitura do Dossiê Mulher de 2018, se não me engano, e vi uma alusão a Mari. Logo passei a utilizar *femicídio político*, em falas públicas, para referenciar o que acabara de acontecer com ela. Alguns companheiros relativizaram a formulação e questionaram o fato de a expressão enfatizar o crime de ódio e esvaziar o seu caráter político. Ainda que compreendesse a ponderação, procurei organizar a formulação em termos sociológicos brasileiros. E publiquei artigos sobre o tema em jornais como O Globo e El País e, ainda em 2019, apresentei um trabalho acadêmico internacional com o uso do termo. No meu pós-doutorado na UFF, fiz a fundamentação e sistematização teórica e intelectual do conceito.

¹⁴ Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 18 de março de 2020.

A formulação leva em consideração os dados alarmantes de violência contra mulheres, em especial as negras e moradoras de favelas e periferias: os corpos considerados matáveis. E, nesse sentido, as estatísticas são reveladoras. Em 10 anos, entre 2007 e 2017, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve o aumento em cerca de 30% do feminicídio de mulheres negras e de 1% de mulheres não negras. Além do alarmante crescimento, em mais de 300%, em 2018, da violência contra a mulher, em decorrência de conflitos agrários e da luta por justiça social, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra. Ou seja, Marielle, mulher, negra, LGBT, oriunda da favela, se qualifica como um corpo matável no Brasil. E era justamente para a preservação da vida desses grupos que a vereadora dedicou a sua militância e a sua ação política no parlamento.

No primeiro ano após o feminicídio político de Mari, cheguei a fazer um desabafo público, durante a homenagem feita por sua família na Maré, sobre o quanto as pessoas omitiam essa formulação. Argumentava, inclusive, que o fato de a conceituação vir de uma pessoa como eu já trazia consigo a possibilidade de apagamento. Eis que, já no segundo ano depois da execução sumária de Marielle, o termo é utilizado por várias pessoas, como por exemplo a apresentadora Fátima Bernardes, e não há a preocupação de citar a minha autoria acadêmica e política da formulação, em um sinal evidente de epistemicídio: se não há o apagamento, há a apropriação.

O *epistemicídio* é um conceito de Boaventura de Souza Santos¹⁵, que assim classifica o não reconhecimento e/ou a destruição do conhecimento, dos saberes e da cultura pelo Ocidente e pela hegemonia branca colonizadora. Isso se reproduz materialmente nas academias dos países de maioria negra, mas que mantém uma tradição intelectual eurocêntrica e branca. Sendo assim, conceitos articulados por intelectuais negros são apagados, silenciados e/ou omitidos; ou, simples-

¹⁵ SANTOS, 2013.

mente, apropriados sem menção a sua constituição de origem. Por isso, considero que há um epistemicídio quando não se reconhece e não é dado o devido crédito ao meu papel político, intelectual e acadêmico na formulação do conceito de *feminicídio político*.

Reconhecer-nos como sujeitas políticas, com toda a dor e a luta que isso representa, não nos permite silenciar diante do apagamento histórico. Eu estou deputada estadual, mas sou jornalista por formação e intelectual com doutorado na UFRJ. A produção de conhecimento preto, pobre e favelado caminha junto com a opção política de luta contra as desigualdades, em especial de gênero, raça e classe. É por Marielle essa luta; e é por todas nós.

Marielles em coro contra o feminicídio político¹⁶

A cada novo março, águas de lágrimas inundam de novos sentidos esse mês que sempre foi marco simbólico das lutas das mulheres de todo o mundo. Desde 2018, às celebrações e protestos do dia 8 juntou-se o 14, data de luto e revolta pelo *feminicídio político*, planejado, frio e brutal, da querida amiga-irmã, vereadora socialista, libertária, negra, feminista e LGBT Marielle Franco. Não sabemos, até hoje, quem mandou matar Marielle e o porquê. Só não há como duvidar do caráter político do crime: quiseram calar a sua voz.

Em quatro anos, o caso passou por cinco delegados. O último assumiu o cargo em fevereiro de 2022. Cada novo titular precisa ler mais de 600 páginas de inquérito. A quem interessa o atraso na investigação?! A falta de respostas do Estado eleva o risco da atuação política das mulheres, principalmente das negras, como eu, e agrava as condições historicamente adversas que determinam, em função da cultura patriarcal e do machismo, a minoritária participação das mulheres na política. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre os políticos eleitos em 2018, apenas 16,1% eram mulheres, numa absurda desproporcionalidade em relação à população feminina (51,8%). É ainda mais dura a solidão da mulher negra na política: entre parlamentares do Congresso, por exemplo, 2% são mulheres negras – apesar de as mulheres negras representarem 27% das brasileiras.

Erguer a voz e a cabeça para as mulheres negras na política não é só um ato de resistência, de coragem, é também o comprometimento com a luta contra as desigualdades de gênero, raça e classe. Em todos os ritos nas casas legislativas, há olhares e expressões corporais ameaçadoras, os nossos corpos negros

¹⁶ Artigo publicado originalmente no jornal *O Dia*, em 1º de março de 2022.

são tratados como invasores que devem ser anulados. Tanto que as ações conduzidas no fazer político sofrem represálias ao extremo.

Retirei as aspas do dossiê *Feminicídio político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles*¹⁷, de minha autoria, resultado de pesquisa de pós-doc na UFF, em que elaborei o conceito de *feminicídio político*. Marielle não foi atingida no rosto à toa. Atreveu-se a erguer a voz e a cabeça. Depois de seu assassinato, em meio a uma crise sanitária, econômica e política, segue em alta o registro de feminicídios: ocorre 1 feminicídio a cada 6,5 horas.

Em fevereiro de 2022, completaram-se 90 anos desde que as mulheres – apenas as letradas! – conquistaram o direito de votar no Brasil. As mulheres analfabetas, a maioria negra, votam somente há 37 anos. Isso dito e diante do ascenso do conservadorismo, da misoginia e do racismo como traços de uma cultura social adotada como política de governo pelo presidente Bolsonaro, para nós, mulheres negras, resta erguer a voz e a cabeça e lutar, assim como ousaram fazer as nossas ancestrais Anastácia, Dandara e Aqualtune.

Se mandatos parlamentares não podem garantir sozinhos o poder para acabar com um sistema sustentado por opressões estruturais, podemos ocupar a política para denunciar a barbárie e servir de instrumento às lutas das mulheres trabalhadoras, às mulheres da favela, às negras, às indígenas, às LGBTs e com deficiência, entre outras. Num potente coro, cabeças erguidas, vamos conquistar um futuro sem feminicídios políticos e com Marielles vivas e livres.

Nunca vão nos calar. Ou curvar.

¹⁷ SOUZA, 2020a.

Nada será como antes, amanhã¹⁸

com ISABEL MANSUR

A pandemia da Covid-19 já entrou para a história da humanidade como uma das mais graves crises do mundo. A frieza dos números crescentes de mortes, aos milhares, diariamente nos desafiou a não naturalizar a barbárie política como justificativa de combate ao coronavírus. Trata-se de um momento que dispara incertezas, altera a vida de milhões de pessoas e põe em evidência as profundas desigualdades de gênero, raça e classe estruturantes do capitalismo.

Olhando do nosso particular ângulo, ou seja, de um país periférico e dependente, a necessidade de novas formas de relação não são apenas evidentes: são urgentes. Isso porque a pandemia traz como resultado imediato uma *fratura exposta* na forma como vivemos, produzimos, distribuímos riqueza e nos relacionamos. Dividem-se, portanto, com uma linha histórica, duas alternativas antagônicas: a que vê a vida acima do lucro *versus* a que vê o lucro acima de tudo.

Ailton Krenak, um destacado ativista socioambiental e indígena do povo *krenak*, chamou nossa atenção para a dimensão deste momento e seus desdobramentos: “Se essa tragédia serve para alguma coisa, é mostrar quem nós somos. É para nós refletirmos e prestarmos atenção ao sentido do que venha mesmo ser humano. E não sei se vamos sair dessa experiência da mesma maneira que entramos. Tomara que não”¹⁹. Para ele, a epidemia se apresenta como reação do planeta à destruição imposta por nosso modo de viver, clamando por mudanças imediatas à sociedade. Alienada da natureza e “devorada” por grandes corporações que controlam os recursos financeiros do planeta, a humanidade se converteu em uma humanidade

¹⁸ Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 10 de abril de 2020.

¹⁹ KRENAK, 2020.

para poucos, um grupo seletivo que exclui

caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes, que vivem agarrados à terra, aos seus lugares de origem, que são coletivos vinculados à sua memória ancestral e identidade. Esse grupo exclui também 70% das populações arrancadas do campo e das florestas, que estão nas favelas e periferias, alienadas do mínimo exercício do ser, sem referências que sustentam a sua identidade.²⁰

Recorremos a Krenak pois recorrer aos mais velhos é aprender com as mais antigas formas de resistência. Nada mais expressivo do que as cosmovisões indígenas, das comunidades tribais africanas e todas as nossas tradições ancestrais, comunitárias e territorializadas, que persistem e resistem, demonstrando que a vida humana pode se sobrepor à política de morte. São passos que vêm de longe, mas que trilham outros caminhos coletivos de organização da vida ainda no presente.

Se o capital, ao se desenvolver, promove a barbárie, libera forças destrutivas, coloca massas humanas à sua disposição, esse modelo não nos serve. Esse mesmo capitalismo se ergueu sobre a colonização e a escravização, subtraindo vidas humanas, destituindo as produções ligadas à natureza e à subsistência, impondo um modelo de desenvolvimento e crescimento econômico que decide sobre quem pode morrer e os poucos que podem viver. Trata-se, portanto, de uma necropolítica econômica, já conceituada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe²¹.

Esse *mal-estar do desenvolvimento* se evidencia inclusive na pandemia, quando a produção e distribuição das mais diversas mercadorias é privada, para poucos países e pessoas. Uma outra relação social, alternativa (e popular) ao desenvolvimento, implica uma outra cultura, outros valores e uma nova organização do trabalho e da distribuição de riquezas. É nesse sentido que nos contrapomos ao mercado, baseando-nos so-

²⁰ KRENAK, 2019.

²¹ MBEMBE, 2018.

bre epistemologias e experiências comunitárias, coletivistas, ancestrais e não mercantis cuja organização fundamental só pode se dar de maneira territorializada, soberana e coletiva.

Se a pandemia nos traz algum horizonte, como já disse o Papa Francisco, é de que ninguém sobrevive sozinho. Que sejamos, hoje e amanhã, capazes de construir uma outra humanidade, uma humanidade em que a sentença a vida deve estar acima do lucro não seja uma intenção, mas, enfim, uma realidade inegociável.

Como plantas no deserto

com DERÊ GOMES e IBIS PEREIRA

Nas teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin²² ensina que, em momentos de crise, uma lembrança pode surgir como um clarão que afasta as adversidades de um tempo ruim. A partir do passado, podemos ativar a centelha da esperança. Evocar os acontecimentos e preservar a memória das vidas dos homens e mulheres que nos precederam são tarefas essenciais para o direcionamento das sociedades humanas. A história é um poderoso recurso contra a desesperança, porque abre à imaginação o vislumbre do que poderia ter sido e não foi. No ano do centenário de seu nascimento, recordar Leonel de Moura Brizola é retomar a sua utopia da emancipação do povo brasileiro; o sonho de construir um país livre da fome, da miséria, da estupidez e da brutalidade; um país onde a educação, a fraternidade e a justiça possam ser os fundamentos de uma nova ordem política e social.

Leonel Brizola nasceu em 1922 no distrito de Cruzinha, zona rural do Rio Grande do Sul. A região atravessava, então, grandes instabilidades. Os entreveros vinham de longe: ao menos desde a Revolução Farroupilha, seguida da Federalista, no final do século XIX. Em janeiro de 1923, eclodiu uma revolta, sob liderança de Assis Brasil, contra o governo estadual. A guerra civil duraria 11 meses até a derrota dos rebeldes e a assinatura do Pacto de Pedras Altas. Nisso, Brizola perdeu o pai, assassinado no curso daquela conflagração. É provável que esse meio social combativo, marcado por desavenças e reivindicações de justiça social, tenha exercido influência sobre o jovem Leonel, contribuindo para moldar o perfil que o tornaria conhecido, a conjugar intrepidez, sagacidade e comando. Nunca o saberemos, ao certo.

²² BENJAMIN, 2012.

Adolescente, Brizola deixa o interior de seu estado natal e rumo para Porto Alegre, onde foi engraxate e ascensorista e fez curso técnico e faculdade de Engenharia Civil. Muito jovem, começa a sua trajetória política na esteira do queremismo, logo depois do afastamento de Getúlio Vargas, em 1945. Foi deputado estadual em 1947; secretário de obras em 1952 e, na sequência, deputado federal eleito com mais de 100 mil votos. Em 1955, disputa a prefeitura de Porto Alegre e, aos 34 anos, se elege prefeito. Graças a sua administração, no final do primeiro ano de governo já era o principal candidato ao executivo gaúcho. É no governo do estado que Brizola desponta como uma liderança nacional; enfrenta o capital estrangeiro, nacionalizando empresas norte-americanas; é pioneiro na reforma agrária, criando o Master, embrião do MST; constrói mais de 6 mil escolas de ensino em tempo integral.

Mas, é durante o episódio que ficaria conhecido como *Ca-deia da Legalidade* que Brizola protagoniza um dos momentos grandiosos da nossa história. A Legalidade foi um épico. Do Palácio Piratini, Leonel Brizola comandou a defesa da ordem constitucional contra a tentativa de um golpe, liderado pelos comandantes militares. À frente da conspiração estava o próprio ministro da Guerra, de então. Os militares se insurgiam contra a posse iminente do vice-presidente da República, João Goulart, diante da renúncia do presidente Jânio Quadros. Vencida aquela insubordinação, João Goulart tomou posse em setembro de 1961.

O período de governo de Goulart seria marcado por muitas tensões, que culminaram na derrubada do governo, em 1964. Com a ditadura, vieram a perseguição e o exílio, para Leonel. Foram 15 anos afastado do Brasil, até retornar, em setembro de 1979, quando Brizola fundou um partido e fixou residência no Rio de Janeiro para disputar a primeira eleição direta para o governo estadual, após o golpe. Naquele 15 de novembro de 1982, mais de 58 milhões de brasileiros e brasileiras compareceram às urnas. Estavam em jogo a chefia do

Executivo de 22 estados; um terço do Senado; as cadeiras da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas estaduais, além das prefeituras (vereadores e prefeitos) de mais de 4 mil municípios. Foi uma eleição que marcou a memória política carioca e fluminense.

Leonel de Moura Brizola governou o Rio de Janeiro duas vezes: de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. De 1982 até sua morte, em 2004, disputou sete eleições: duas para a Presidência da República; uma para a Vice-Presidência; duas para governador do estado, uma para prefeito da cidade do Rio de Janeiro e ainda uma para senador. Neste ano do bicentenário da Independência brasileira, ano de renovação do cenário político, em um país tão dividido e polarizado, sua memória pode ajudar a renovar nossa crença na construção de uma alternativa para o Brasil pautada em três aspectos fundamentais: soberania nacional, anti-imperialismo e antirracismo.

Em um momento de franca ascensão das lutas antirracistas no Brasil e de crise política e econômica generalizada no Rio de Janeiro, torna-se fundamental buscarmos experiências bem-sucedidas de luta e políticas públicas dos governos Brizola para a população negra e para o Estado do Rio de Janeiro como um todo, construídas por um time histórico e imprescindível para o movimento negro brasileiro como Abdias Nascimento, Carlos Alberto Caó, Lélia Gonzáles, Nazareth Cerqueira, entre outros. Aliás, a preocupação de Brizola com a superação do racismo no Brasil vem desde antes de ele assumir o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Já na Carta de Lisboa, documento fundacional do PDT de 17 de junho de 1979, a questão racial já aparecia com destaque. O manifesto determinava que os trabalhistas brasileiros iriam “buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa”²³.

²³ ENCONTRO, 1979.

Essa perspectiva antirracista se materializou de forma transversal entre as diversas secretarias de estado e suas políticas públicas, nos governos de Brizola. No campo da educação, foram criados 506 Centros Integrados de Educação Pública – Cieps, popularmente conhecidos como *Brizolões*. Os Cieps foram construídos em favelas, beiras de estrada, ou seja, onde o povo pudesse acessar esse projeto excepcional de Brizola, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer, em que as crianças entravam pela manhã e só saíam no final da tarde e tinham direito a três refeições, biblioteca, dentista, acompanhamento psicológico, educação de qualidade e dignidade. Do Ciep surge a ideia de construção de uma casa para abrigar o maior espetáculo da Terra, o Carnaval. E assim foi feito: a Passarela Darcy Ribeiro (Marquês de Sapucaí) foi construída como a maior escola do Brasil, que, durante uma semana do ano, empresta sua estrutura para receber o desfile das escolas de samba. Educação e cultura, unidas.

Outros exemplos importantes podem ser observados no campo da habitação e da água tratada. Dezenas de milhares de títulos de propriedade, além de unidades habitacionais foram entregues para moradores de favelas durante os governos Brizola no Rio de Janeiro. Na contramão do que vemos nos governos neoliberais, atualmente, que vendem o patrimônio público, Brizola investiu em uma Cedae pública e construiu uma das maiores obras para fazer a água tratada chegar às casas dos mais pobres.

No campo da segurança pública, tema tão caro para o povo negro e favelado fluminense, especialmente em tempos de chacinas cotidianas, Brizola se pautou pelos direitos humanos, proibindo a política de pé na porta sem mandado, a utilização de Águias em operações e dizendo que o preto e favelado deveria ter seus direitos respeitados assim como os brancos moradores do asfalto, na zona sul.

Homem de ideias e de ações, Brizola foi exemplo de honradez, competência administrativa e amor pelo Brasil. Dizia-se

um empírico. A identidade nacional e o papel central do Estado para a emancipação do povo brasileiro eram suas obsessões, assim como, nesse sentido, a importância que depositava na educação como prática libertadora e também o respeito por tudo que dissesse respeito à cultura popular. Nenhum governante construiu mais escolas do que ele: apenas no Rio, foram mais de 500 Cieps.

Brizola costumava provocar os adversários referindo-se a si mesmo como uma planta do deserto, apta a recobrar as energias vitais diante de qualquer brisa. No centenário desse grande brasileiro, que possamos lembrar que não há salvadores da pátria: cada geração é chamada a transformar sua realidade e deve assumir essa tarefa com lucidez, coragem e paixão.

Entre Luther King e Marielle: as vidas que a violência interdita, mas não vence²⁴

com RONILSO PACHECO

A memória de Luther King é sobretudo perturbadora, para os racistas estadunidenses. Nos Estados Unidos, a ala branca e conservadora da igreja evangélica insiste em relativizar King. Seja pela tentativa de *domesticar* a sua imagem, para torná-la palatável para os *white brothers and sisters*, afastando-o o máximo possível da imagem do *violento* Malcolm X; seja pelo completo silêncio, diminuindo sua importância histórica global. Mas, pelo menos uma vez por ano, precisam conviver com a sua força, a sua presença e o legado de sua profecia – que segue gritante, reproduzida em outras vozes e outros corpos.

No esforço de tornar a imagem de King palatável para seus membros brancos, a igreja evangélica conservadora, base eleitoral do Partido Republicano, tenta esconder o Luther King que criticou o militarismo, denunciou com veemência o papel dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, em um discurso histórico realizado na Riverside Baptist Church, em Nova Iorque, em 1967, e fez duras críticas ao capitalismo que se materializava em exploração e mais geração de pobreza para uma maioria esmagadora da população e não apenas para comunidade negra. King diz, inclusive, de como ele deixou de ser popular para a aristocracia do poder, inclusive para a imprensa dos EUA, quando quebrou o próprio silêncio: no momento em que ele passou a denunciar o apego do establishment ao militarismo, à guerra; e a íntima relação entre armas e capitalismo, o prestigiado King deixou de ser alguém que incomodava apenas os adeptos da segregação racial.

²⁴ Artigo publicado originalmente no livro *Diálogos sobre gênero, raça e classe no Brasil*, organizado por Renata Souza e Ronilso Pacheco (2019).

Entre o King de *I have a dream*, em 1963, e o King da Campanha pelas Pessoas Pobres, em 1968, há o assassinato de Malcolm X, em 1965, e o início da Guerra do Vietnã; há um Luther King amadurecido pela perseverança da segregação, da sede insaciável da supremacia branca pelo poder e pela manutenção de privilégios, e há um King convicto de que a igreja branca e conservadora, nos Estados Unidos, não se arrependeria tão cedo nem do seu pecado do racismo, nem da sua convicção de que a comunidade negra inspirasse perturbação e pobreza. Martin Luther King é assassinado em meio à sua articulação para realizar uma nova e maior marcha, até Washington, para pressionar o Congresso para a criação e aprovação de uma *Declaração de Direitos Econômicos* para os americanos pobres. Uma elite branca e aristocrata, insatisfeita com a ousadia do pastor preto que expunha ao mundo o racismo e a segregação racial dos Estados Unidos, considerou a gota d'água esse mesmo pastor querer tocar e ameaçar os privilégios da distribuição de renda, da riqueza, dos acessos a bens e serviços de que uma classe média branca se considerava herdeira única e legítima.

No Brasil, a tentativa de desmoralização e deslegitimação do povo preto e pobre sempre foi uma estratégia da elite econômica e política. Os nossos heróis de ontem, como Dandara, Zumbi, João Cândido; e a nossa gigante de hoje e sempre, Marielle Franco, são colocados em segundo plano ou criminalizados. Se os pretos se revoltam, pagam com a vida, são retirados dos livros e das memórias, quando não são transformados em vilões. Por isso, a nossa ação, como negros defensores dos direitos humanos, é de reconexão com a ancestralidade, com os nossos mais velhos e mais velhas, iluminando vidas de luta e de reexistência. Contaremos a história que a história não conta, como diz o samba da Mangueira. Sim, a história das Marias, das Marielles e dos malezes.

Não por acaso, é nesse processo de invisibilização dos pretos que a igreja evangélica brasileira também se distancia e

esquece da história de Luther King – talvez o evangélico mais conhecido do planeta – e do seu legado. Porém, sua memória continua, ano a ano, sendo celebrada entre ativistas, militantes e homens e mulheres sensíveis às pautas referentes ao direito à vida. A igreja brasileira não deveria se calar sobre a memória de King. É inclusive um equívoco que poderia ser revertido se a maioria esmagadora da igreja brasileira não ignorasse a memória e o legado profético de Marielle Franco.

É possível, muito possível, na verdade, que Marielle Franco consiga percorrer um caminho semelhante. Não dá para imaginar se ela terá, daqui a 50 anos, para a comunidade negra no Brasil, a força que Martin Luther King tem para a comunidade negra nos Estados Unidos. Mas nenhuma outra figura, mulher, negra, de favela, erguida da luta e da solidariedade, parece ter chegado tão perto de conseguir isso. E, evidentemente, se aproximar do prestígio e da repercussão de Luther King no seu país natal e no mundo não é critério ou régua de importância da força que Marielle possui. Na verdade, é um dos únicos meios comparativos de dimensionar o que ela, que definitivamente virou semente, se tornou. Entre King e Marielle, está uma incrível e semelhante capacidade de inspirar para o futuro, em especial para uma juventude negra, pobre, da favela e da periferia. Talvez o maior medo que Marielle pudesse causar aos podres poderes era justamente a capacidade que essa mulher tinha e tem, porque Marielle é presente, com sua força indomável e generosidade encantadora, para inspirar pessoas, inflá-las de esperança.

O cálculo era de que *seria mais seguro* interditá-la naquele agora, antes que sua força indomável se tornasse incontrolável. Mas todos nós descobrimos que essa força já era, então, rebelde, indomesticável, gigante. E Marielle, assim como King, ressuscitou.

Obrigada, Elza!²⁵

com MARINA IRIS

A voz é um instrumento perfurante. A de Elza Soares, mulher preta, periférica, mãe e uma das maiores cantoras que o Brasil pariu, feriu de morte inúmeras tentativas de silenciamento pelo caminho, arrombou as portas do inaceitável *planeta fome* e tocou fundo o coração do mundo. Seu canto derrubou muros, construiu avenidas pelas quais ela nunca desfilou sozinha. Malandros, guris, Marias de Vila Matilde e tantos de nós a acompanhamos, nos emocionamos e nos fortalecemos com sua história.

No dia 20 de janeiro de 2022, nossa rainha se encantou. Sua vida de encontros e despedidas teve seu último ato marcado por um imenso simbolismo: Elza se foi no mesmo dia em que Mané Garrincha, com quem a cantora viveu um relacionamento intenso, nos deixou, 39 anos atrás. Era também Dia de São Sebastião, padroeiro de sua escola do coração, a Mocidade Independente de Padre Miguel. Encantamento foi e continuará sendo seu sobrenome.

Exemplo de humanidade, Elza Soares segue imortalizada nas canções, nas palavras e na grandeza de sua existência. Foi uma mulher humana, uma cantora inteira, de timbre cortante e belo, como o país que ajudou a construir e transformar até o fim de sua trajetória.

Em 1983, Carlos Drummond de Andrade usou a maestria de suas palavras para se despedir do craque Garrincha: “O pior é que as tristezas voltam, e não há outro Garrincha disponível”. Na atual conjuntura, quando vemos nosso país entrar novamente no mapa da fome e o nosso retorno a tantas tristezas passadas, dói demais no coração saber que agora não temos Elza em nossos dias. Ficamos com a sua obra e com a responsabilidade de seguir seu legado. Em seus 70 anos de

²⁵ Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 24 de fevereiro de 2022.

carreira, a voz do milênio desentalou da garganta de milhares de mulheres pretas o grito por respeito. “Eu não uso o pescoço para enterrar no peito não, uso o pescoço para ser erguido. E a cabeça também. Como mulher negra, tenho que botar o peito para frente”, ela dizia, com olhar firme e a certeza de quem enfrentou a vida.

Daqui nós, mulheres pretas, seguimos exaltando sua existência, dando continuidade a sua luta, seja na cultura, no parlamento, no jornalismo, no esporte, em todos os lugares que ocupamos e nos que ainda ocuparemos. Nossa reverência será eterna como Elza. A preservação de sua memória também será. A Medalha Tiradentes que, devido à pandemia, não tivemos a oportunidade de entregar em mãos, será motivo de encontro para que, juntas, possamos prestar mais essa homenagem a ela. Elza Soares é para sempre, é ancestral.

Obrigada, rainha!

Camarada Angela Davis,

Virados de lado, muros são pontes.

Angela Davis

Observo atentamente uma foto sua: olhar fixo no horizonte, cabeça erguida e expressão convicta. À primeira vista, um observador qualquer podia fazer referência à clássica foto do Che, imortalizada por Alberto Korda. Certamente, você não se ofenderia com a comparação, pelo contrário. Porém, desde que bati o olho nessa imagem, penso em apenas uma coisa: essa mulher é uma pantera negra! Não no sentido óbvio, da sua destacada militância junto aos Panteras Negras. Não é sobre isso e nem um trocadilho barato. Eu vejo em você os traços dela, a postura dela, o olhar de uma pantera negra; o jeito esguio; a elegância do animal. Chamemos umas de leas, outras de fênix; sereias, quem sabe?! Mas pantera, desse jeito, só você, camarada! De outro jeito, militantes dos Panteras Negras, todas deveríamos ser.

Em 2019, como deputada estadual, tive o orgulho de homenagear você com a Medalha Tiradentes, mais alta honraria do Estado do Rio de Janeiro. No evento histórico que lotou a Cinelândia, você pronunciou uma frase que ainda ecoa na minha cabeça: “O Rio de Janeiro, essa cidade espetacularmente bonita é, em primeiro lugar, a cidade de Marielle Franco?”. Enquanto, por aqui, todos os analistas e jornalistas colocavam o Rio como capital nacional do bolsonarismo, você fez estampar nas manchetes justamente o contrário. E estava certa. O dito-cujo vai para a lata de lixo da história, enquanto a nossa Mari voará pelas camadas dos séculos como uma heroína. Aqui eu me corrijo: Marielle também é uma pantera negra, da sua mesma linhagem!

Camarada, como se monta o quebra-cabeça da coragem para ser uma pantera, uma comunista, uma mulher negra em ação em plenos EUA, durante a Guerra Fria? *Uma terrível comunista!*, eles diziam. *Uma extraordinária militante e intelectual marxista!*, nós dizemos – e uma referência para hoje e sempre. Lembro de outras palavras suas, naquele evento: “Eu aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês, comigo”. Aprendemos com as duas, sem dúvida. Na verdade, todas as que dedicaram a vida para a luta feminista, antirracista e anticapitalista são nossas professoras. Seguindo o seu conselho, cito Lélia:

Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e econômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial, já que a sua população, constituída por negros, índios e brancos e mestiços viviam do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção. Na verdade, Palmares foi berço da nacionalidade brasileira.²⁶

Palmares, me permita o anacronismo, é um ancestral dos Panteras Negras. Camarada Angela Davis: quando olhamos para a história dos *de baixo*, vemos um continente de sementes e mares de diversidade. Olho Angela, vejo Lélia e Marielle. Ergo os punhos como uma pantera negra. Canto uma canção com as aquilombadas de Palmares.

²⁶ GONZALEZ, 2020, p, 197.

Feministas negras erguem a voz²⁷

nossas mãos sempre e sempre
espalmam nossas outras mãos
moldando fortalezas e esperanças

Conceição Evaristo

Erguer a voz é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta, de acordo com bell hooks. Particularmente, ignorava essa expressão até o lançamento do livro de hooks: *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, em 2019²⁸. Mas, durante toda a campanha eleitoral de 2018, em especial na reflexão feita em meu primeiro pronunciamento público como candidata, afirmei: “As mulheres negras estão deixando de ser objeto da política para ser sujeito da política, e não sujeita à política. E o nosso primeiro obstáculo é o pragmatismo político”. Tanto é que alguns analistas mais experimentados diziam, sem pudor: “Vocês, mulheres negras, são a mesma coisa”; “Mulher, negra, da favela disputa o mesmo voto da pauta identitária” – repetiam, convictos, por vezes negligenciando a luta de classes contida nas nossas bandeiras e reproduzindo o machismo, o racismo e o classismo. Eis que nós, feministas negras, erguemos a voz e a cabeça num tempo de política do medo e da barbárie, no Brasil; em tempo de feminicídio político de Marielle Franco.

No Rio de Janeiro, provamos o equívoco de tais análises: inclusive, elegemos quatro feministas negras pelo PSOL. Talíria Petrone, como deputada federal; além de Mônica Francisco, Dani Monteiro e eu, como deputadas estaduais. Mas o cotidiano, nesses espaços dominados pela elite política, econômica e branca, revela o quanto os herdeiros da casa-grande não

²⁷ Artigo publicado originalmente no livro *Diálogos sobre gênero, raça e classe no Brasil*, organizado por Renata Souza e Ronilso Pacheco (2019).

²⁸ HOOKS, 2019b.

suportam a nossa cara preta, a nossa cara de povo. Afinal, só percebia a presença de mulheres negras a partir da sua cabeça abaixada atrás das panelas da cozinha ou lavando o banheiro.

Na Alerj, por exemplo, os reflexos do machismo e do racismo estão nas rotinas diárias: seja quando tentam impedir Dani e Mônica de usarem o elevador exclusivo para deputados ou mesmo na tentativa de desqualificação de nosso discurso no plenário. Eu, por exemplo, ao enfrentar os detratores dos direitos humanos de forma incisiva e assertiva, sou adjetivada como *metida*, *cheia de marra* e *nariz em pé*. A fala destemida, ousada e afiada é considerada insolente pela branquitude que sempre submeteu as mulheres negras a um violento silêncio, ainda que muitos desses homens brancos não saibam a diferença entre *nariz em pé* e *cabeça erguida*, como o deputado que quebrou a placa da Marielle e a emoldurou como troféu exposto, em seu gabinete. Hoje, o mesmo deputado é denunciado por práticas incompatíveis com a atividade parlamentar. Por isso, a cada pronunciamento no púlpito do parlamento, a minha primeira ação é erguer a voz e a cabeça.

Erguer a voz e a cabeça, para nós, não é só um ato de resistência, de coragem, é também de comprometimento com a luta contra as desigualdades de gênero, raça e classe. Em todos os ritos, somos ameaçadas por olhares e expressões corporais; nossos corpos negros são tratados como invasores, que devem ser anulados. Tanto que nossas ações sofrem represálias ao extremo. Quando denunciei o ex-governador do Rio, homem branco e ex-juiz, à ONU e à OEA, por utilizar helicópteros como plataforma de tiros para *snipers*, com ordens expressas de “mirar e atirar na cabecinha”, nas palavras do próprio, em operações policiais nas favelas, fui perseguida e ameaçada de cassação. É simbólico que o mesmo governador que participou da ação de quebra da placa da Marielle tenha a arrogância de ordenar a seus correligionários que cassem e interrompam o meu mandato de deputada estadual na Alerj, ignorando a autonomia dos poderes e a vigência de um Estado

democrático de direito. Em 132 anos de história da república, há apenas 87 anos as mulheres letradas conseguiram o seu direito ao voto e as mulheres negras não alfabetizadas votam há muito menos tempo. E eles ainda se incomodam. Enfim, é a primeira vez que um governador ordena publicamente que uma parlamentar seja cassada! Só não é novidade, no entanto, que uma represália política punitiva severa recaia sobre a base da pirâmide social: mulher, negra e pobre.

Existe um outro vetor histórico importante para compreendermos o processo de ocupação de feministas negras na política, sem, por óbvio, ignorarmos a fundamental luta dos movimentos feministas e do movimento negro. A sociedade burguesa, fundada no patriarcado branco, permite espaços, pequenas fissuras no seu sistema, para acomodar e melhor controlar as suas vítimas. São fissuras que funcionam como uma espécie de *pacificação dos conflitos*. Em outras palavras, quando conseguimos furar as barreiras e estar nos espaços de poder, de alguma forma estamos legitimando-os; mas o próprio poder age para nos neutralizar. Um parlamento com mulheres negras deixa de ser machista, racista e sexista? A resposta é não; mas deixa de ser tão óbvios a sua misoginia e o seu preconceito racial. A lógica perversa do machismo e do racismo também está na sua capacidade de se camuflar, papel feito com excelência pela suposta democracia racial difundida no Brasil.

Por isso, quando dizemos que ocupamos o parlamento, a palavra ocupar não é usada à toa. Esse será nosso instrumento e ferramenta para fortalecimento das lutas sociais. Ocupar deixa nítido como esse espaço nos é refratário e também como devemos estar atentos ao seu processo de burocratização, que tenta nos adaptar. Não podemos ceder à lógica do cafezinho, das conversas de corredor e das negociatas. Se, por um lado, ser parlamentar exige acordos com adversários, respeito às diferenças e concessões; por outro, quando se pretende uma ação transformadora, não se pode nunca ceder ao *toma lá, dá cá* e às supostas benesses com as quais pretendem nos aniquilar.

Para construir uma sociedade que não se desumanize por conta das desigualdades sociais, é necessária a interseção entre a teoria e a prática, entre o parlamento e a rua, em uma sociedade feita para e pelos nossos: mulheres, povo preto, pobres, trabalhadores, pessoas LGBTQs. Se é importantíssimo estar nos espaços de poder, e certamente o é, só venceremos o racismo, o sexismo e o autoritarismo com o poder das ruas, do povo. E, em tempos de feminicídio político como o de Marielle Franco, erguer a voz e a cabeça é um ato de sobrevivência das feministas negras; mas também é um exercício de cura: um ato para a liberdade humana, a felicidade subversiva e a esperança revolucionária.

Março, um mês de muitas lutas!²⁹

O mês de março abre o calendário de lutas no Brasil, compondo um mosaico de temas que vão desde o Dia Internacional das Mulheres às manifestações por justiça por Marielle Franco e aos dias de ativismo contra o racismo – que transpassam o mês inteiro, até 21 de março, Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial. Na perspectiva das lutas, é o mês de março que guarda, impulsiona e potencializa a luta internacional das mulheres. As mulheres, em especial as mulheres negras, indígenas e pobres, que mobilizam a esfera do trabalho do cuidado, estão na linha de frente do combate à pandemia do novo coronavírus. São mulheres lideranças políticas, de movimentos sociais, de sindicatos, que hoje estão à frente das lutas pelo Fora Bolsonaro.

Março é também o mês em que Marielle Franco foi alvo de um brutal *feminicídio político*, ainda sem respostas. E, por isso, continuamos a lutar por justiça e perguntar: *Quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes?* As atividades referentes ao dia 14 de março se transformaram em um importante marco de lutas para o movimento negro brasileiro, que tem se utilizado dos diversos mecanismos de luta para barrar a barbárie política e social que se aprofunda. Nesse bojo, soma-se a campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo, que tem papel fundamental não só no processo pedagógico sobre o racismo, mas também no fortalecimento e no enfrentamento das lutas raciais no nosso país.

A luta antirracista é ampla e diversa, e lutar contra o racismo estrutural e a política de morte que nos condiciona há séculos é lutar contra a política econômica vigente, que desmonta o Estado a passos largos. Precisamos enfrentar retrocessos como a Emenda Constitucional 95, que congelou gastos sociais por 20 anos; as reformas previdenciária e trabalhista, que

²⁹ Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 16 de março de 2021.

precarizaram as relações de trabalho; e lutar pela garantia de uma renda básica para todos aqueles que encontram no socorro do Estado a sua única possibilidade de sobrevivência.

Seguiremos nas lutas, com nossos princípios e ideais, sem sentar à mesa com aqueles que negociam as nossas vidas, que vilipendiam nossos corpos e que acabam com o nosso futuro. As perspectivas nos apontam para um futuro de batalhas, único caminho possível para aquilo que nos diz respeito. Por isso, não devemos ter medo da complexidade; devemos olhar para trás e para todos os passos trilhados por aqueles e aquelas que um dia ousaram sonhar com a liberdade. É com essa mesma ousadia que devemos sonhar com um futuro melhor para os nossos, potencializando as resistências, criando alternativas e construindo uma revolução solidária e ancestral.

Que o mês de março siga abrindo caminho para nossas lutas, utopias e, em especial, para a organização coletiva dos nossos sonhos!

Violência obstétrica: uma violência invisível tanto quanto evitável³⁰

No dia 16 de março de 2021, foi aprovado pelo parlamento fluminense o Projeto de Resolução 526/2021, que determina a criação de um Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica na Alerj. A medida, uma grande vitória no que tange à prevenção e enfrentamento desse tipo específico de violência de gênero, foi resultado do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), presidida por mim, que investigou o alto número de óbitos de nascituros e recém-nascidos registrados no Hospital da Mulher, em Cabo Frio, no final de 2018, início de 2019.

É fundamental relembrarmos os passos que nos fizeram chegar até essa importante vitória, firmada em pleno mês de março, mês das mulheres. Foi devido à luta de muitas mulheres que essa CPI pôde sair do papel, criar raízes, propor instrumentos de mudanças e celebrar essa vitória em forma de lei. Lembrar esse caminho é um exercício fundamental na memória e na busca por justiça, reparação e prevenção da violência obstétrica. Vamos a esses passos.

A virada de 2019 começou diferente para várias famílias, em Cabo Frio. Nos primeiros meses daquele ano, 17 nascituros foram a óbito no Hospital da Mulher de Cabo Frio (HMCF), maternidade que atende a toda a região litorânea. A morte dos nascituros gerou reação na Assembleia Legislativa, acarretando a aprovação da CPI do HMCF, a partir de um requerimento feito pela minha mandata, que trabalhou, ao longo de seis meses, na elucidação dos fatos.

Naquele rebento de ano, sonhos se destroçaram numa situação violenta tanto quanto evitável: a *violência obstétrica*. O termo *violência obstétrica* abrange toda violência que implique maus-tratos à gestante de ordem física, psicológica até

³⁰ Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 5 de abril de 2021.

mesmo simbólica e que lhe importe humilhação e sofrimento desnecessário. Se não se pode atribuir uma relação direta e causal entre a violência obstétrica e o óbito de bebês, tampouco se pode descartar os efeitos perversos e o impacto dessa situação: a *medicalização* da assistência impõe hierarquia do médico sobre a gestante, com o isolamento desta; e centralização dos atos e informações no poder médico, afastando a mulher da relação fisiológica com o parto e acarretando a impossibilidade de decisão autônoma dessa mulher sobre seu corpo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mulheres sofrem maus-tratos, abusos, violações, negligências e violações no pré-parto, no parto e no puerpério, tais como a negação à presença de acompanhantes; a ausência de informações sobre os procedimentos adotados; a intensa realização de cesáreas desnecessárias, entre outros. Violações como essas estavam presentes no nosocômio de Cabo Frio, gerando completo desamparo e sofrimento. Toda essa dor “invisível” experimentada pelas mulheres – e por suas famílias – poderia ter sido evitada pela efetivação de práticas assistenciais humanizadas, que já fazem parte do arcabouço político expresso nas orientações nacionais do SUS e do programa Rede Cegonha. Tais diretrizes incluem o respeito à autonomia das mulheres e o seu atendimento humanizado por equipes multiprofissionais nos distintos períodos do ciclo gravídico-puerperal, compreendendo prevenção, acolhimento e acompanhamento pós-parto.

Após seis meses de trabalho, a CPI do HMCF identificou situações graves de violência obstétrica. Como resultado, apresentou, em seu relatório, 138 recomendações para órgãos municipais, estaduais e federais; 11 projetos de lei, dentre eles um que prevê a criação do Programa Estadual de Promoção dos Direitos da Mulher na Atenção à Saúde da Gestante, Parturiente e Puérpera; além de 2 emendas à Constituição. Destinamos, além disso, duas emendas orçamentárias ao HMCF, que permitiram a realização de cursos de qualificação e humanização do atendimento, equipagem

para a Rede Cegonha e compra de equipamentos para reabertura da UTI neonatal daquele hospital.

Acredito que uma CPI não se destine somente a punir, mas sim a colher material que possa qualificar o trabalho do ambiente investigado e das casas legislativas. E a nossa CPI cumpriu esse papel, por isso temos tanto orgulho de seus resultados. Como primeira conquista, a criação do GT de enfrentamento à violência obstétrica pela Alerj institucionaliza a preocupação com o tema e permite investigar e prevenir violações em todo o território fluminense, trabalho que realizaremos com grande afinco.

Queremos empreender ações essenciais para que mulheres não sejam violentadas em um momento tão sensível de suas vidas. E que essas mesmas mulheres saiam dos hospitais com sua saúde física e emocional garantidas e seus bebês no colo.

Chega de violência obstétrica!

Chega de violência contra as mulheres!

13 de Abril: dia de celebração e luta para as mulheres do samba³¹

“Não chora, meu bem, que dias melhores já vêm”. Num tempo em que atravessamos a pandemia do novo coronavírus – a maior dos últimos 100 anos –, os versos compostos e cantados lindamente por Dona Ivone Lara, que teria 100 anos, ecoam em nossos ouvidos como um acalanto, como força para seguirmos na luta. Vivemos o período mais duro e cruel da crise sanitária e humanitária em nosso país, com hospitais lotados, falta de vacina e um governo federal que se recusa a amparar a população e proporcionar isolamento digno aos brasileiros: esse é o grave quadro que enfrentamos.

E, nesse cenário crítico, a cultura é um dos setores mais afetados. E as rodas de samba, cuja essência e cuja engrenagem não se reproduzem virtualmente, é uma das manifestações culturais mais abaladas por essa situação. Produtoras, cantoras, compositoras, instrumentistas, empreendedoras, cozinheiras, DJs: são incontáveis as mulheres do samba que são chefes de suas famílias, que sustentam seus filhos com seus trabalhos nas rodas do Rio de Janeiro e de todo o Brasil.

O 13 de Abril, o Dia da Mulher Sambista – instituído como homenagem a Dona Ivone e, conseqüentemente, a todas as mulheres do samba –, além de ser uma data de celebração, é ainda mais um marco de luta, um marco de mobilização, neste momento de grande dificuldade para esse grupo social. A partir da inclusão da data no calendário oficial do município do Rio, em 2019, e posteriormente com a inclusão da Semana da Mulher Sambista, entre 13 e 19 de abril, no calendário do estado, em 2020, fruto de iniciativas legislativas do mandato do vereador Tarcísio Motta e da minha mandata, respectivamente, foi criado por trabalhadoras do samba e veio se fortalecendo cada dia mais o Movimento das Mulheres Sambistas.

³¹ Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 13 de abril de 2021.

O movimento tem como pilares a organização, a formação e a mobilização de mulheres do samba para a defesa de suas pautas e de seus direitos e para a formulação de políticas públicas que atendam a essa coletividade. Com ações que visam ao apoio às sambistas, algumas específicas ao enfrentamento à pandemia, o movimento conta com parcerias com instituições ligadas à educação e à cultura e, especialmente, com a participação popular.

É lembrando o legado de Dona Ivone que, com seu engajamento, deu talento e sua generosidade, abriu caminho para tantas outras, que conseguiremos alcançar novas perspectivas para as trabalhadoras do samba e, como ela nos ensinou, faremos novamente ecoar “em cada canto uma esperança”.

A violência política de gênero como ameaça à democracia³²

Decoro, no que se refere ao comportamento na política, significa agir com dignidade e honradez. A imunidade parlamentar e a liberdade de expressão não eximem, portanto, os políticos da responsabilidade com o que dizem em seus discursos e declarações. Aos políticos as leis ainda não liberaram o uso de palavras para difamar, caluniar, ofender, agredir ou ameaçar ninguém. Há, inclusive, no parlamento, a previsão de sanções para casos de quebra de decoro, prática indecente que tem sido, no entanto, acolhida como natural, no meio político. Não pode e não tem que ser assim.

Numa conjuntura de extremo acirramento da polarização, na política, entre direita e esquerda, há de se zelar também pelo decoro parlamentar no que se refere às relações entre gêneros. Não se trata, afinal, de mero adereço regimental, mas, sim, de elemento essencial de garantia do rito democrático. Primeiro, ignora-se um xingamento. Depois, uma ofensa qualquer. Por fim, vêm declarações de ódio, ameaças e até mesmo crimes políticos. Ou alguém, a esta altura, ainda tem alguma dúvida de que a vereadora Marielle Franco foi vítima de um *feminicídio político*, em 2018?

Se ainda não se faz possível afirmar quem mandou matar Marielle, temos, porém, provas em fartura de quem comemorou o seu assassinato e até hoje ostenta como lembrança uma placa quebrada, emoldurada e pendurada na parede de seu gabinete – justamente a placa confeccionada por movimentos de mulheres em homenagem à exemplar companheira, feminista, antirracista e defensora dos direitos humanos. Além da quebra da placa, entre outros insultos à memória de Marielle, um mesmo deputado estadual bolsonarista tem sistematicamente dirigido a sua metralhadora verbal contra mim. Em

³² Artigo publicado originalmente no jornal *O Dia*, em 2 de outubro de 2021.

agosto de 2021, durante sessão plenária na Alerj, tal deputado, cujas atitudes contradizem o sobrenome, de significado amoroso, acusou-me, de maneira caluniosa, em enredo falacioso, de ter recebido um “capilé” por suposta venda da história de Marielle para uma grande emissora.

Em representação protocolada na Mesa Diretora da Assembleia, solicito que sejam apuradas a quebra de decoro e a injúria. Considero, contudo, a importância de que seja reconhecida, nesses fatos, a gravidade dessa violência política como ameaça à própria razão de ser da política. Segundo definição de Hannah Arendt: afinal, “O significado da política [...] é o de que os homens [e mulheres], em sua liberdade, possam interagir uns com os outros sem coação, força nem dominação, como iguais entre iguais [...] e conduzindo todos os seus assuntos por meio do diálogo e da persuasão”³³.

Nesse sentido, temos, diante de nós, o desafio urgente de desnaturalizar a quebra de decoro como forma de prevenir a banalização da própria violência política de gênero. Esse desafio passa pela responsabilização daqueles que, entorpecidos pelo ódio, não entenderam ainda que mulheres negras e faveladas que hoje ocupam a política vieram, como eu, para ficar e lutar. Não vão nos calar.

³³ ARENDT, 2008, p. 172.

Por mais acolhimento das mulheres que amamentam³⁴

Os impactos da maternidade são elementos centrais em como as desigualdades atravessam a vida das mulheres. Os marcadores de classe e raça produzem experiências e vivências específicas e diversas de matinar, em que essas desigualdades, não raro, se aprofundam. Gestar e nutrir uma vida, se por um lado são cuidados essenciais para o futuro da sociedade, por outro são cuidados que romantizam o lugar das mulheres na divisão de tarefas familiares e que hierarquizam o nosso valor na sociedade.

São incontáveis os entraves e desestímulos que nós mulheres encontramos para amamentar em livre demanda e no tempo recomendável e desejado por nós e nossas crias. Amamentar sem o conhecimento e orientação sobre o seu manejo correto pode causar dores e lesões nos mamilos. A falta de apoio do parceiro e familiares na rotina da amamentação pode afetar a nossa saúde mental a ponto de desistirmos dela, por estafa ou depressão. A medicina nos empurra fórmulas artificiais de aleitamento que fazem menos bem à nossa saúde e à dos bebês do que aos interesses de lucro de laboratórios e de patrões ansiosos por nosso pronto retorno ao trabalho. Somos julgadas por amamentar nossas crias por um tempo muito prolongado – muitas mães são repreendidas socialmente por estarem amamentando suas crianças de 2 anos ou mais. Sofremos constrangimento e discriminação por amamentar nos espaços públicos.

O machismo estrutural na nossa sociedade cerceia a autonomia sobre os nossos corpos. A objetificação e a sexualização também impactam para reforçar o estigma e o preconceito frente ao nosso direito de amamentar livremente em quaisquer espaços, embora sejam inegáveis os inúmeros benefí-

³⁴ Artigo publicado originalmente na revista Fórum, em 9 de agosto de 2021.

cios da amamentação: o leite materno protege contra doenças como diarreia, infecções, obesidade infantil, principalmente as respiratórias. O risco de asma, diabetes e obesidade é menor. Pesquisas recentes indicaram que os anticorpos para Covid-19 podem passar por meio do leite, o que impulsionou bem-sucedida campanha para que mulheres lactantes fossem incluídas no Plano Nacional de Imunização pelo Ministério da Saúde.

Os benefícios da amamentação se estendem às mães, como a proteção maior contra o câncer de mama, de ovário, e o risco de uma hemorragia após o parto é reduzido. Ela evita a osteoporose e protege contra doenças cardiovasculares como infarto, hipertensão arterial e colesterol alto. Faz o útero voltar ao tamanho normal mais rápido e diminui o sangramento, prevenindo a anemia materna. O aleitamento materno exclusivo também atrasa o retorno do período menstrual da mãe, o que pode ajudar a prolongar o tempo entre gestações.

Com a liberação de hormônios de prolactina e ocitocina, a amamentação promove sentimento de amor e vínculo com o bebê. Mas amamentar não pode ser idealizado socialmente como um ato de amor, pois isso significa colocar toda a responsabilidade na conta da mulher, quando há o insucesso da amamentação. Há mães que não amamentam, mas isso não significa que lhes falta amor. Falta o apoio do parceiro, da família, da cultura, da empresa empregadora. Faltam políticas públicas, acolhimento, manejo adequado para resolução da dor e dos desafios. Não podemos romantizar a amamentação, sob pena de culpabilizar as mulheres individualmente por uma responsabilidade que deve ser coletiva e das políticas públicas de Estado para a promoção do aleitamento materno. Quando a amamentação falha, é porque falhou toda uma política de Estado, da assistência de saúde à rede de apoio, ou seja, é porque a sociedade inteira falhou. Ter condições de amamentar com acolhimento e dignidade não deveria ser privilégio de poucas.

No Brasil, o mês de agosto passou a ser dedicado ao aleitamento materno por força da Lei nº 13.435/2017. No Rio, uma lei de minha autoria instituiu em nosso estado o Agosto Dourado, em alusão ao fato de o leite materno ser considerado um líquido que vale ouro para os bebês. O projeto prevê a promoção de ações que tenham como objetivo sensibilizar e conscientizar a população quanto aos benefícios do aleitamento materno, tais como campanhas em transportes coletivos, estímulo à decoração e iluminação de prédios públicos na cor dourada, dando visibilidade à campanha, bem como ações de mamaço coletivo para sensibilizar a sociedade ao enfrentamento do estigma da amamentação nos espaços coletivos.

Precisamos lutar pela aplicação da Lei do Agosto Dourado para fazer acontecer políticas públicas capazes de tornar a sociedade mais acolhedora e inclusiva para as mulheres, sobretudo as mais vulneráveis por seus atravessamentos de classe e raça.

Carolina Maria de Jesus: a tontura da fome ainda é realidade no Brasil³⁵

“A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago”³⁶. Essa é uma frase emblemática e escrita por uma das mais consagradas escritoras do nosso país. Foi Carolina Maria de Jesus, mulher negra, favelada, mãe, escritora, catadora, compositora e poetisa brasileira, nascida em Minas Gerais, que deixou as suas experiências de vida descritas em livros para termos contato com a realidade da época, mas também para nos sentirmos incomodados e assim lutarmos para que ninguém mais sinta essa *tontura da fome*.

Infelizmente, o nosso país voltou ao mapa da fome num momento em que vivenciamos inúmeras consequências do agravamento da crise econômica, em meio a uma pandemia. Já temos mais de 670 mil mortes pela Covid-19; o desemprego aumentou; a água do Rio de Janeiro foi privatizada; além de muitas outras violências, violações de direitos e desesperanças. A retirada de direitos impacta as mesmas famílias, populações negras, indígenas e pobres, as mesmas identificadas por Carolina Maria de Jesus em sua época.

Neste exato momento, famílias e mais famílias sentem a dor do vazio no estômago, a *tontura da fome* descrita por Carolina. Dados do grupo de pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, com sede na Freie Universität Berlin, na Alemanha, apontam que 125,6 milhões de brasileiros sofreram com insegurança alimentar durante a pandemia. O número equivale a 59,3% da população do país e se baseia em pesquisa realizada entre agosto e dezembro de 2020. Assim que a pandemia foi assu-

³⁵ Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 31 de outubro de 2021.

³⁶ JESUS, 2007, p. 45.

mida como tal, em março de 2020, as populações negras, indígenas e pobres já sabiam que seriam as mais afetadas. Afinal, em seus territórios, elas sobrevivem há mais de um século sem água, saneamento, direito à habitação e convivem com tantos outros problemas diários das populações mais vulnerabilizadas.

É uma demonstração de crueldade, num momento crítico como este, cessar um programa como o Bolsa Família, programa de transferência de renda considerado modelo no mundo, em curso desde 2003, sem antes apontar, estruturalmente, o seu substituto. Bolsonaro promove um governo de morte: ou mata de Covid, ou de tiro, ou de fome! Precisamos é mudar a realidade da fome. Carolina não deveria ter sentido a tontura da fome; as famílias negras e faveladas de hoje, também não o devem. Quem promove a fome não poderia determinar as regras e nem comandar as nossas vidas!

Na Alerj, presido a Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria e à Pobreza Extrema, que articula dois eixos fundamentais de formulação: políticas emergenciais para combate à fome e políticas estruturantes de soberania alimentar. A soberania alimentar envolve mecanismos de produção e distribuição de alimentos nutritivos e sustentáveis com autonomia. Seguimos lutando por políticas públicas que tenham as populações negras, indígenas, pobres e faveladas como prioridade, como a nossa proposta de renda básica fluminense.

Carolina escreveu em um dos seus livros que “O maior espetáculo do pobre da atualidade é comer em casa”³⁷. A maior tragédia que podemos vivenciar é justamente o direito à alimentação ser considerado como um espetáculo. Que as nossas famílias negras e pobres possam voltar a comer e que seja a comida o nosso maior direito, não mais um espetáculo da sociedade de mercado: queremos viver e temos pressa!

Fora, Bolsonaro!

³⁷ JESUS, 2007, p. 50.

Pela superação da fome e da barbárie

Vivesse o poeta Manuel Bandeira neste 2022, veria sombras a catar comida entre detritos, tal como em 1947, na cena que inspirou o poema *O bicho*³⁸. Hoje, segundo a Rede Penssan, 33,1 milhões de brasileiros estão com fome; 19,1 milhões a mais do que em 2020, primeiro ano da pandemia da Covid-19. Não há dados atuais precisos sobre a situação no Rio de Janeiro da época de Bandeira, mas certamente o quadro se agravou desde 2020, quando havia 2,6 milhões de famintos.

O Rio é o segundo estado mais atingido pela inflação. Isso significa cada vez menos comida no prato, e comida industrializada, danosa para a saúde, ou mesmo nada, nas panelas. A carestia dos alimentos se relaciona, por exemplo, ao aumento do custo do combustível para a sua distribuição. Também as fortes chuvas e geadas têm prejudicado a agricultura familiar tanto quanto o desprezo do governo, que nega políticas públicas de apoio aos pequenos agricultores. A falta de apoio à agricultura familiar está no centro do problema da alta dos preços dos alimentos e do crescimento da insegurança alimentar e da fome no país.

Em visitas a municípios do Rio, verificamos a insuficiência das políticas emergenciais de combate a problemas históricos e estruturais, como a desigualdade, o desemprego, a falta de moradia e de saneamento básico. Nas visitas a favelas, identificamos o surgimento de novos bolsões de miséria, como na Fischer, em Teresópolis, Região Serrana, onde famílias se sustentam de um lixão, do garimpo de resíduos sólidos, vivendo em moradias insalubres e sem banheiro.

O mais importante programa estadual de combate à fome afunda em graves denúncias de irregularidades e indícios de possíveis fraudes. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, R\$ 270 milhões em cartões do Supera sequer foram entregues.

³⁸ BANDEIRA, 2014.

O dinheiro que está parado poderia ter feito a diferença entre a fome e a saciedade na vida de 92 mil famílias. Além disso, 15 mil cartões foram roubados antes da entrega e não foram bloqueados. Os valores correspondentes têm sido regularmente e estranhamente sacados por outros que não os seus reais destinatários. Cada dia de Supera parado é mais um dia de fome para mais de 400 mil idosos, adultos, adolescentes e crianças.

A nossa mandata aprovou, em regime de urgência, a Lei n. 8.972/2020, na Alerj. Assim, conseguimos a liberação de R\$ 20 milhões para um edital da Fiocruz que permitiu a criação de cozinhas solidárias e o enfrentamento da crise gerada pela Covid-19, nas favelas. Mas a demanda é muito maior e mais desafiante. Quando encerrarmos a Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria, o nosso relatório final irá além da crítica, com propostas de políticas públicas de promoção da segurança alimentar, de apoio e fomento à agricultura familiar, de expansão das cozinhas solidárias. E, principalmente, com a defesa da instituição de um programa de renda básica. Vamos também seguir na fiscalização e na defesa de mais transparência na prestação de contas do governo estadual.

O que diria o poeta sobre a multidão de miseráveis que disputa ossos e pelancas num caminhão na Zona Sul? Precisamos conquistar um Estado que priorize condições mínimas de sobrevivência e de dignidade humana. Há algo de podre num governo estadual que decide gastar mais com segurança pública (R\$ 1,1 bilhão, em 2022) do que com saúde (R\$ 626,6 milhões) ou com educação (R\$ 611,9 milhões). A necropolítica que desumaniza e despreza a existência e as necessidades do povo pobre, preto, favelado e periférico precisa ser superada de verdade. Ou afirmamos a nossa humanidade ou, num futuro próximo, seremos engolidos com voracidade pela barbárie.

A dura realidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia³⁹

Sou uma Carolina
Trabalhei desde menina
Na infância lavei, passei, engraxei...
Filhos dos outros embalei
Sou negra escritora que virou notícias nos jornais
Foi do Quarto de Despejo aos programas de TV
Sou uma Carolina
Escrevo desde menina
Meus textos foram rasgados, amassados, pisoteados
Foram tantos beliscões
Pelas bandas lá de Minas
Eu sou de Minas Gerais
Fugi da casa da patroa
Vassoura não quero ver mais
A caneta é meu troféu
Borda as palavras no papel
É tudo o que quero dizer
Sou uma Carolina
Feminino e poesia

Tula Pilar

Cleonice Gonçalves fazia o seu trajeto habitual de 120 quilômetros do trabalho na Zona Sul do Rio até a sua casa, em Miguel Pereira, quando foi acometida de um intenso mal-estar e febre. De segunda a quarta-feira, dormia no emprego. A sua patroa tinha voltado da Itália e não lhe contou que havia contraído Covid-19. Aos 63 anos, diabética e hipertensa, portanto do grupo de risco, Cleonice não resistiu. Eis a primeira vítima de Covid-19 no Rio de Janeiro: uma trabalhadora doméstica.

Mirtes Renata de Souza também não teve ofertada a possibilidade de ficar em casa durante a pandemia por sua patroa, a primeira-dama de Tamandaré (PE) Sari Corte-Real. Mirtes

³⁹ Artigo publicado originalmente no jornal *O Globo*, em 21 de abril de 2021.

não tinha alternativa: precisava levar o seu filho, Miguel, de 5 anos, ao trabalho. Mirtes passeava com o cachorro da patroa, em mais um dia de serviço no luxuoso apartamento, deixando Miguel aos cuidados dessa patroa. Por racismo e negligência, Sari deixou Miguel à sua própria sorte, e Mirtes encontrou o seu filho, já sem vida, após ele cair do nono andar do condomínio.

Essas histórias marcam a dura realidade das trabalhadoras domésticas no Brasil, que combina desvalorização da ocupação, baixos rendimentos, informalidade – o que implica a ausência de proteção social, o racismo estrutural e o preconceito de classe. No Brasil, segundo a última pesquisa do Ipea (2018), mais de 6 milhões de pessoas se dedicam a esses serviços como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para exercer atividades de cuidado dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres – 63% delas são negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Apenas 28,3% possuem carteira assinada.

Essas dificuldades se agravaram no contexto da pandemia do Covid-19. Segundo dados do IBGE (2020), 1,5 milhão de pessoas ocupadas em trabalho doméstico durante o ano de 2019 perderam o trabalho em 2020. Houve uma queda de 23% de pessoas ocupadas no trabalho doméstico no mesmo período e uma diminuição de 4,9% do rendimento médio habitualmente recebido, considerada a maior queda observada entre todas as ocupações.

Soma-se a isso a situação de vulnerabilidade imposta às trabalhadoras domésticas informais, devido à insuficiência das políticas do governo federal visando a dar proteção social à população atingida pela perda de renda e trabalho durante a pandemia: o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00, que já era um rendimento muito aquém da realidade e das necessidades dos trabalhadores informais, foi interrompido em dezembro de 2020, para ser aprovado novamente somente em final de março de 2021, com rendimentos entre R\$ 150 e R\$

375. Os valores estabelecidos para transferência de renda pelo governo federal durante a pandemia são inferiores ao valor de uma cesta básica e não combatem de fato o quadro da fome e insegurança alimentar no país.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a acabar com a escravidão, fato que deixou uma marca severa no mercado de trabalho. A presença da trabalhadora doméstica nos domicílios das classes média e alta demonstra como o racismo constituiu culturalmente a organização da vida cotidiana dos mais ricos da sociedade brasileira, como herança dos tempos da escravidão. Não à toa, a conquista de direitos das trabalhadoras domésticas é recente: a invisibilidade se coaduna com a superexploração desse serviço, que esteve, sempre, também calcado numa fortemente desigual divisão social do trabalho.

Em 2020, a última lei que regulamenta a função, a Lei Complementar n. 150, completa apenas seis anos. E ainda há muito o que avançar: nunca atingimos nem mesmo 40% do total de trabalhadoras com carteira assinada. A informalidade impera no setor, mesmo que o Ipea tenha recentemente mostrado redução na proporção de mulheres ocupadas que se dedicam a esse tipo de atividade: de 17%, em 1995, para 14,6%, em 2018. O índice sobe para 18,6% entre mulheres negras, contra 10% quando se tratam de mulheres brancas. A figura da trabalhadora doméstica é uma síntese das desigualdades de gênero, raça e classe no Brasil. Quanto mais essa categoria permanece desprotegida de direitos trabalhistas, mais são reforçados as desigualdades históricas e os estigmas que marcam a vida de tantas dessas mulheres.

Paulo Freire e a educação libertadora⁴⁰

com JULIANA DRUMMOND

Nosso tempo presente carece de rever seu passado para dar às suas grandes referências o seu devido lugar. Não foi um general que nos colocou visíveis ao mundo, mas um educador, um educador popular cuja história foi marcada pela (pre) ocupação com educar as massas, mas não como quem olha de cima e apresenta um projeto que se impõe aos debaixo. Seu modo de ensinar e aprender se apresentava em forma de troca, por meio de uma pedagogia da esperança e dos oprimidos. Sua maior batalha foi contra a desinformação, mas a desinformação de não se saber ler a vida. Seu feito mais marcante foi o de Angicos, uma pequena cidade no interior do Rio Grande do Norte. Foi lá que ele alfabetizou, em 40 horas, 380 adultos trabalhadores, homens e mulheres, trabalhadores do campo e da cidade, juntos e juntas aprendendo a ler o mundo a sua volta. Foi ali que a educação mostrou seu poder revolucionário, em 1963. Nesse mesmo ano, nessa mesma cidade, essas trabalhadoras e trabalhadores fizeram sua primeira greve.

Seu pensamento para a educação era revolucionário por compreender que educação se faz nas relações entre iguais, quando educador e educando, horizontalmente, trocam experiências, quando todo mundo aprende alguma coisa e o dialogar é a ação de maior expressão. Ele não ensinava apenas a escrever *tijolo*, mas que moradia digna é direito de todos. Ele ensinava a lutar, se organizar e esperar para a libertação. Suas obras são um mapa de seu crescimento e de sua contribuição para a humanidade. Desde *Educação como prática da liberdade* até *Os cristãos e a libertação dos oprimidos*⁴¹, a educação sempre foi compreendida por ele como parte de um processo histórico e totalmente enraizado na realidade

⁴⁰ Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 19 de setembro de 2021.

⁴¹ FREIRE, 1967, 1978.

das pessoas. Autonomia, esperança, opressão, consciência, liberdade... Não são apenas palavras. Não são vazias de sentido. Tudo está ligado à ação de transformar pessoas, para transformar o mundo.

Quando se vem da favela ou da periferia, seja ela na Maré ou em São João de Meriti, a educação não pode ser vista apenas como reconhecer as letras do alfabeto. Palavras não são um amontoado de letras, mas de sentidos. Preto não é cor e se for preta então é raça, no sentido de força e resistência. As palavras não vêm dos livros, eles apenas as registram. As palavras estão na vida das mulheres que criam seus filhos sozinhas e que veem na escola e numa educação libertadora uma chance de mudar suas histórias.

Se vivo estivesse, Paulo Freire teria 100 anos e muito mais teria produzido de um pensamento, de uma pedagogia que se faz solidária por ser partilhada entre iguais, que se faz por meio do ubuntu: sou, porque somos. Educar é um ato solidário e revolucionário.

Stonewall Inn: orgulhar-se é transgredir⁴²

Luta é encontro. E os episódios mais emblemáticos ligados a diversas lutas pelo mundo são marcados justamente pelo encontro simétrico entre o acúmulo de resistências e debates que antecederam esses episódios e o que vamos chamar poeticamente, aqui, de *faísca transgressora*, aquela que é capaz de incendiar qualquer norma opressora. Na madrugada de 28 de junho de 1969, em Stonewall, num bar localizado na Christopher Street, parte baixa de Manhattan, a violência policial contra frequentadorxs LGBTIs que se divertiam no local teve como resposta a resistência de travestis/transsexuais, lésbicas, gays, bissexuais, *drag queens*. O estopim do enfrentamento foi a postura adotada por Marsha P. Johnson, travesti, negra, prostituta diante da truculência havida, que foi assim, nesse episódio, a *faísca transgressora* potente que deu início a um confronto concreto.

A Revolta de Stonewall, como foi denominada, deu frutos nos Estados Unidos e no mundo, dando origem ao Dia do Orgulho LGBTI. Uma das principais consequências da rebelião foi a criação de grupos expressivos no movimento LGBTI dos EUA: o Gay Liberation Front (GLF) e o Gay Activist Alliance (GAA) e um coletivo chamado Street Transvestite Action Revolutionaries (Star), criado por Sylvia Rivera e pela própria Marsha P. Johnson na Universidade de Nova York. O objetivo dessa mobilização era fortalecer a comunidade e aprovar importantes leis para a população LGBTI na cidade.

No Brasil, nosso Stonewall Inn e as primeiras tentativas de organização política da população LGBTI ocorreram no final dos anos 1970, ainda na ditadura militar. No Rio de Janeiro, em 1978, foi publicado o número zero do jornal O Lampião da Esquina, destinado especificamente a essa população. O

⁴² Artigo publicado originalmente na Mídia Ninja, em 28 de junho de 2020. Agradeço a contribuição da equipe de gênero da mandata, especialmente a Maiara Fafini, Marina Iris e Raniery Soares, na sua elaboração.

Lampião circulou de 1978 a 1981. Em 1983, ainda durante a ditadura militar, no dia 19 de agosto, uma revolta semelhante ocorreu em São Paulo: o levante no Ferro's Bar foi protagonizado por mulheres lésbicas e apoiado por grupos feministas. Conhecido como um bar lésbico, a partir de atos de lesbofobia dos donos do estabelecimento, um ato político deu origem ao que ficou conhecido como Stonewall Brasil. Por conta desse levante, o dia 19 de agosto tornou-se o marco no qual se comemora o Dia do Orgulho Lésbico em São Paulo.

De lá para cá, foram inúmeros os episódios de resistência, as lutas, dores e conquistas para a comunidade. Depois de décadas de construção dos movimentos, em 14 de maio de 2013 foi publicada a Resolução nº 175, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que permitiu o casamento homoafetivo civil e reconheceu essa forma de união como núcleo familiar em cartórios brasileiros. Desde a edição da norma, o país já registrou cerca de 19,5 mil casamentos desse tipo.

Em 2018, duas vitórias foram muito emblemáticas para o movimento LGBTI, em especial para o movimento de travestis e transexuais: a primeira delas foi o direito de alteração do nome social nos cartórios, sem a necessidade de processo judicial e nem de laudos médicos; e a segunda foi a retirada da travestilidade e da transexualidade como doenças mentais no âmbito da Classificação Internacional de Doenças (CID 11), juntamente com a proibição, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), de que a identidade de gênero de pessoas trans fosse tratada como problema mental.

Cinco décadas se passaram e foram muitas as mudanças de cenário, e com alguns avanços significativos. Porém, ter orgulho de ser LGBTI ainda gera ódio em muitas pessoas. A LGBTIfobia mata e, em 2019, fez 329 vítimas fatais no Brasil: foram 297 homicídios e 32 suicídios. Isso equivale a 1 morte a cada 26 horas, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB). E, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexu-

ais (Antra), apenas nos dois primeiros meses de 2020 já houve um aumento de 90% no número de assassinatos de travestis e transexuais, que em 2019 era de 20 e nesse ano [2020] foi de 38 mortes. Ainda em 2019, foram confirmadas informações de 124 assassinatos de pessoas trans, sendo 121 travestis e mulheres transexuais e 3 homens trans. Desses, encontramos notícias de que apenas 11 casos tiveram os seus suspeitos identificados, o que representa 8% dos dados, e que apenas 7% deles estão presos. Com essas tristes estatísticas, o Brasil continua liderando o ranking dos países que mais matam travestis e transexuais no mundo. Por isso, em 13 de junho de 2019, os ministros do STF determinaram que a conduta LGBTIfóbica passaria a ser punida pela Lei de Racismo (Lei n. 7.716/1989), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”.

A mudança efetiva dessa realidade só é possível a partir de ações afirmativas, da mobilização da coletividade e de implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da LGBTIfobia. É preciso que a sociedade se comprometa verdadeiramente com a causa, apoie e cobre a aprovação de projetos de leis que visem à dignidade da população LGBTI. A dura batalha travada hoje nas casas legislativas não pode contar apenas com o apoio dos grupos mais afetados. Para se ter uma ideia, ao defender a liberdade de uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero, a proposta de nossa mandata foi ridicularizada por parlamentares que foram à tribuna classificar as pessoas LGBTIs como “aberrações”.

A disputa que fazemos é pela vida. É pelo direito à diversidade. Contamos com o apoio de todas, todos e todes para engrossar o coro da liberdade e tornar viáveis políticas que garantam dignidade, como é o caso dos nossos projetos de lei (PLs) de criação do Programa e da Semana de Prevenção ao Suicídio de Pessoas LGBTIs; de empregabilidade trans; de proibição de LGBTIfobia nos estádios de futebol; de direitos das famílias homotransafetivas; de criação do

Dossiê de Pessoas LGBTI Vítimas da LGBTIfobia, entre outros. Essas são ações fundamentais para que toda a comunidade possa viver plenamente o orgulho de ser o que se é, pois, afinal de contas: orgulhar-se é transgredir!

Direitos humanos ou barbárie⁴³

Honduras, Venezuela, El Salvador, Colômbia, Trinidad e Tobago, Jamaica, Lesoto, África do Sul e Brasil: essa é a lista dos campeões mundiais em homicídios, segundo relatório lançado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O nosso país aparece em 9º lugar nessa lamentável lista, com taxa de 31,1 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa mundial é de 6,4 homicídios por 100 mil habitantes – 5 vezes menor do que a do Brasil. Nas Américas, é de 17,9. O Brasil é, portanto, um dos países mais violentos do mundo. A violência, no caso, aparece como a expressão mais bárbara da miséria.

Em plena pandemia, houve no país 50.033 mortes violentas e intencionais em 2020, e 76,2% das vítimas eram negras; 54,3%, jovens entre 12 e 29 anos; 91,3%, do sexo masculino; 78% dos casos, provocados por arma de fogo. Segundo dados do Datasus apurados pelo Estadão, entre 2008 e 2017, ano dos últimos dados consolidados, o Brasil registrou 63.712 óbitos por complicações decorrentes da desnutrição. Isso representou uma média de 6.371 mortes por ano e 17 mortes por dia. Por mais que a pandemia venha a agravar esses dados, podemos afirmar que no Brasil o Estado mata mais com as suas armas de fogo do que a fome.

No dia 10 de dezembro de 2022, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 74 anos. Precisamos refletir sobre a correlação entre os indicadores da desigualdade social e os da violenta e sistemática violação de direitos pelo próprio Estado em nosso país, sob uma lógica racista de exclusão social e de extermínio dos povos preto, pardo, indígena. O Brasil, afinal, é líder mundial em desigualdade. Em 2020, a metade da riqueza do país ficou concentrada nas mãos de 1% dos brasileiros. A lista dos mais ricos do mundo de 2021, atualizada todo ano pela Revista Forbes, citou a existência 315

⁴³ Artigo publicado originalmente na Carta Capital, em 14 de dezembro de 2021.

bilionários brasileiros, dos quais 42 “novatos”, que enriqueceram neste cenário nacional de miséria e de violência de Estado contra os pobres.

Em 2020, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), as polícias brasileiras mataram 6.416 pessoas: 78,9% das quais eram negros; 76,2%, entre 12 e 29 anos; 98,4%, do sexo masculino. Um quinto dessas mortes (1.245) por intervenção do Estado ocorreram em um Rio de Janeiro governado pelo bolsanarista Cláudio Castro, herdeiro do governo Witzel, de quem era vice e de quem manteve (e incrementou) a política de guerra armada às populações faveladas e da periferia. Entre janeiro e outubro de 2021, 1.215 pessoas, quase todas negras, jovens e pobres, foram mortas por agentes do Estado em serviço.

No front dessa guerra do Estado contra os pobres, policiais, também quase todos negros (67,2%) e de origem periférica, perderam também suas vidas em operações inglórias. Dos 194 agentes do Estado que morreram em 2021, 65 (30%) tombaram no Rio de Janeiro, sob aplausos de uma elite movida pelo ódio de classe e de raça. Desde que a ADPF n. 635/2020 – medida que restringe operações policiais não urgentes e não planejadas em favelas do Rio, durante a pandemia – entrou em vigor, em 5 de junho de 2020, houve 59 chacinas em ações e operações policiais na Região Metropolitana do Rio, com 246 pessoas mortas no total. Quatro dessas operações estão entre as 10 operações policiais com o maior registro de mortos desde quando o Instituto Fogo Cruzado começou a atuar, em 2016. Foi o caso da Chacina do Jacarezinho, por exemplo, a maior, que terminou com 27 civis e 1 policial mortos, em 6 de maio de 2021.

Bebês, crianças e adolescentes perderam a vida alvejados por tiros cuja autoria, embora as famílias tenham afirmado ser da polícia, por vezes jamais chegará a ser reconhecida e responsabilizada. Quase 10 mil inquéritos de casos de crianças assassinadas tramitam desde 2000 nas delegacias do Rio sem solução, segundo pesquisa da Defensoria Pública Estadual.

A média de demora na conclusão de inquéritos relacionados a assassinatos de crianças no Rio é de inacreditáveis 8 anos! Contra essa morosidade, o nosso mandato conseguiu aprovar, na Alerj, a Lei Ágatha, sancionada em dezembro de 2020 mas que, no entanto, não tem sido respeitada.

Entre as vítimas de tiros nas favelas, em 2021, houve o assassinato da modelo negra Kethleen Romeu, no Lins, Zona Norte do Rio. Lutamos, junto dos movimentos sociais das favelas, para a aprovação de outra lei estadual, que leva o nome da jovem, para impedir que as polícias continuem a empregar a prática da Troia, que consiste no recurso de disfarces e tocaias para ações-surpresa como a que resultou na morte de Kathleen, dentro de quem morreu o bebê que ela carregava em sua barriga.

Embora, no Brasil como um todo, se manifeste essa política de Estado dizimadora de vidas, o Rio em particular é território que merece atenção pelo volume de sangue derramado nessa guerra suja que sobre a qual devemos nos perguntar a quem, afinal, interessa. Essa política de (in)segurança se reproduz e se aprofunda há pelo menos 40 anos, desdobrada no crescimento da indústria do crime organizado, que opera de seus escritórios no asfalto tanto o varejo do tráfico como as milícias e constitui os seus braços políticos a partir da exploração da miséria.

Que o Estado não age por ignorância ou incompetência, sabemos. Há farta comprovação de que o combate à violência e à criminalidade inevitavelmente terá de passar pela superação do racismo de Estado, pela priorização de recursos para a educação e a saúde integrais, universais, laicas e públicas, para políticas de moradia e saneamento, para a promoção da agricultura familiar, para a geração de emprego e renda, para o investimento público em cultura, lazer e esportes, e, claro, para o incremento da inteligência policial. Mas o dinheiro público que falta para valorizar a vida não falta para a compra de armas e construção de presídios.

Não há teses ou hipóteses que possam sustentar a violência do Estado como método para deter ou superar a criminalidade. Ao contrário, os números, as pesquisas, as produções acadêmicas e as vozes dos movimentos sociais e das comunidades diretamente atingidas por essa política seguem roucas a denunciar não só a sua ineficácia, do ponto de vista prático, como a sua indignidade, do ponto de vista humanitário. Enquanto vivermos em um país que mantém a juventude negra e analfabeta encarcerada – há cerca de 700 mil detentos em regime de superlotação e tortura, no Brasil – ou entregue às larvas de suas covas rasas, não poderemos sequer vislumbrar um futuro de dignidade humana.

No 10 de dezembro precisamos refletir sobre a atualidade da luta em defesa dos direitos humanos, essa declaração universal que por enquanto não passa de uma carta de intenções. Na aposta amarga de que tais direitos jamais serão concedidos espontaneamente pelas elites, vale afirmar que terão de ser arrancados do papel, conquistados, de forma coletiva, organizada e com intensa e persistente mobilização para a luta de resistência e enfrentamento por uma realidade de garantia dos direitos humanos e de vitória contra a barbárie.

Política em tempo de cólera⁴⁴

com IBIS PEREIRA

Na encíclica *Laudato Si*, o Papa Francisco assinala o respeito à dignidade humana como o fundamento de toda ordem social comprometida com a vida. Para o bispo de Roma, a paz é uma obra da solidariedade. A preservação da ordem pública dependeria menos dos dispositivos de segurança do que da constituição de um ambiente de justiça e fraternidade. O discurso do Papa nos remete assim à grandeza da política, esfera de encontro, compromisso e partilha.

O decreto de flexibilização do acesso a armas de fogo, a defesa entusiasmada do encarceramento em massa, passando pela visão tosca do uso da polícia e do direito penal como antídotos para a insegurança – cujo exemplo eloquente foi o pacote anticrime do ex-ministro Moro –, com tudo isso se percebe a toada fácil do chamado *combate ao inimigo*. Há muito ódio e ranger de dentes em tudo isso, muito desejo de guerra. Nossos “liberais conservadores” parecem decididos a superar a formulação nós/eles – especificidade da política – a tiros de fuzil. A “nova política” se assemelha à negação da política.

Vejamos o que foi o governo Wilson Witzel e o que é o de Cláudio Castro. Algo neles desconcerta, para além da controversa autorização do abate de criminosos. A questão é menos escandalosa, mas não menos equivocada. A segurança pública volta a ser vista como um caso de polícia e não mais de política. Ocorre que essa tem sido a receita do fracasso: reduzir a segurança pública à atividade policial, desconsiderando a sua dimensão política. No diagnóstico, o problema se apresenta como solução. Não surpreende, portanto, que o ex e o atual governador não apresentem propostas concretas para a redução do número de homicídios e feminicídios no Rio de Janeiro.

⁴⁴ Adaptação de artigo publicado originalmente no jornal *O Globo*, em 9 de fevereiro de 2019.

Sobre as agências de segurança têm recaído a conta do reducionismo, ou seja, as instituições têm sido demandadas sem o direcionamento de políticas públicas consistentes, fundamentadas em evidências e, por isso, só elas capazes de articular ações integradas no curto, médio e longo prazos, através dos níveis municipal, estadual e federal de atuação no setor da segurança. Tal posicionamento preocupa, porque expõe policiais e a população mais pobre, sobretudo, à indeterminação. A violência decorre, em grande medida, deste erro de perspectiva: substituir a política pela polícia.

Outro aspecto inquietante: a proposta de parceria público-privada (PPP) como solução para a crise penitenciária. A ideia, adotada nos Estados Unidos, na recente onda neoliberal, tornou a terra de Donald Trump a maior encarceradora do planeta, na lógica do *quanto mais presos, mais lucros*. Encontrou-se no cárcere um modo de se lidar com a exclusão ganhando dinheiro. *Menos custo e maior eficiência*: é o que argumentam para transformar o naufrágio humano em negócio.

Quando homens e mulheres são tratados como meios e não como fins, chegamos à beira do abismo, que se anuncia na retórica raivosa deste tempo estranho, a soar como uma trombeta do apocalipse. E não há salvação sem misericórdia. No país do *bandido bom é bandido morto*; do ódio, que se espalha como uma praga; de parlamentares a serviço da bala e da degradação da natureza, a fazer, da política, ruína, como em Brumadinho, nunca é demais refletir sobre a lição de Francisco: política existe é para livrar a vida do poder da morte.

Nem abandonado, nem esquecido, nem invisível: povo preto na mira⁴⁵

Nos desabafos que ouvi em visita ao Jacarezinho, favela da Zona Norte do Rio onde uma chacina promovida pela polícia matou 28 pessoas no dia 6 de maio de 2021, meus interlocutores se caracterizaram, de forma recorrente, como *abandonados*, *esquecidos* ou mesmo *invisíveis*. Nascida e criada na Maré, sei bem como tais palavras expressam de fato o sentimento do povo da favela; mas, nas lutas, aprendi que não representam exatamente a nossa realidade. Se abandonar é deixar para lá, entregar à própria sorte, isso não é o que costuma ocorrer com a população da favela. O Estado não abandona, não esquece e nem deixa de mirar a população pobre e preta. Pelo contrário, volta os seus olhos e *drones* e gira a sua atenção e metralhadoras, recursos e esforços, prioritariamente, para tratá-la como um grave problema de segurança pública. O extermínio da juventude da favela não ocorre por acaso, como um acidente inevitável. Trata-se de *solução política racista e genocida*.

O orçamento estadual de 2021 reservou para a segurança pública a maior fatia dos recursos, R\$11,9 bilhões, R\$3,4 bilhões a mais do que a parte que coube à educação, por exemplo. Esse dinheiro financiou as tropas cujas ações, segundo o ISP, resultaram, entre janeiro e abril deste ano, em 595 mortes. A juventude precarizada, negra e periférica não é abandonada pelo Estado; é, sim, o alvo preferencial de uma política pública planejada para a sua eliminação.

Quando afirma que a Chacina do Jacarezinho fez parte de um plano para *libertar* o Rio, o governador Cláudio Castro comemora e reafirma essa necropolítica. Castro não opta por esse discurso à toa. Assim o faz para dialogar com a sua base política, a mesma que elegeu o presidente Bolsonaro, formada por um setor da sociedade bastante contaminado por precon-

⁴⁵ Artigo publicado originalmente na Fórum, em 28 de maio de 2021.

ceitos de origem colonial, patriarcal e escravocrata. Essa lógica aparece ainda na declaração do vice-presidente Mourão, ao tentar justificar o massacre: “Era tudo bandido”. Esse pensamento desumanizante pode explicar, por exemplo, o comportamento dos patrões que demitiram as empregadas domésticas moradoras do Jacarezinho porque elas não conseguiram sair de casa para trabalhar, no fatídico dia da chacina.

O dinheiro que nunca falta para a compra de armas e munições usadas na guerra aos pobres escasseia quando a demanda da favela e da periferia é por comida, água potável, esgoto, moradia, assistência social, trabalho, saúde e educação. Nesse sentido, no Jacarezinho, a chacina desencadeou um processo de agravamento da miséria ali preexistente, não bastasse o contexto da pandemia da Covid-19.

Na condição de presidente da Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria da Alerj, tenho visitado comunidades da capital e do interior do Rio para conhecer de perto a realidade dos moradores e, sobretudo, para ouvi-los. Desde a instalação da comissão, em março de 2021, estive em favelas localizadas na Zona Norte da capital, na Baixada Fluminense e na Região Serrana. O nosso diagnóstico avança para a compreensão de que a miséria não existe, portanto, por abandono, esquecimento ou invisibilização do povo preto pelo Estado; muito menos pela impossibilidade concreta da dignidade para todas e todos. A desigualdade é uma escolha das nossas elites e chacinas são a expressão máxima e cruel da miséria. É possível e urgente mudar essa realidade. Basta vontade política.

A política do terror racial⁴⁶

O assassinato brutal do congolês Moïse Mugenyi, 24 anos, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, Brasil, escancara a face mais cruel do racismo: a morte violenta e intencional. Em todo o mundo, esse fenômeno expressa a necropolítica como base estruturante do capitalismo em seu voraz apetite pela carne negra. É o terror instituído como política global. Somos o combustível fóssil, consumido em larga escala, para garantir o desenvolvimento pleno do sistema capitalista, que se retroalimenta do sangue de pessoas negras como o jovem Moïse, seja pela violência ou pela miséria, pela fome ou pelas doenças. A história de Moïse denuncia essa realidade. Ele fugiu para o Brasil para sobreviver à fome e à guerra que assolam há décadas o Congo e que têm como principal pano de fundo os interesses capitalistas no país, que guarda a maior reserva de diamantes do mundo. A cobiça representa mais um componente essencial na gramática da construção do terror racial contra os corpos negros.

O caso de Moïse não pode ser *mais um* na hecatombe negra brasileira. A cultura da criminalização da juventude negra pelo próprio Estado naturaliza, legitima e autoriza a generalização de ações arbitrárias e violentas contra os nossos corpos. Rigor e celeridade na investigação se fazem obrigatórios, para a identificação e responsabilização dos autores do assassinato de Moïse, assim como a sua devida caracterização e motivações.

Negra é a cor de mais de 80% dos assassinados pelo Estado no Brasil, que registra, de acordo com o Atlas da Violência 2021, do Ipea, uma estatística de homicídios cinco vezes maior do que a média global. Embora se verifique uma redução da taxa de homicídios nos últimos anos, observa-se o aumento da letalidade policial contra a juventude negra. Segundo o Fórum Nacional de Segurança Pública, das 47.773

⁴⁶ Artigo publicado originalmente no jornal *O Dia*, em 4 de fevereiro de 2022.

mortes violentas ocorridas em 2019, 6.357 foram cometidas por policiais, o maior número desde 2013. Em relação a 2018, o crescimento do número de homicídios cometidos por policiais foi de 3%.

Nestes tempos em que o aparelho punitivo do Estado se fortalece e encontra apoio, ainda, nas camadas populares, percebemos como essa cultura genocida, materializada pelos falsos paladinos da moral e dos bons costumes, identifica criteriosamente as suas vítimas e as executa sem nenhum receio de punição ou responsabilização. Se a dor e o sofrimento negros são estrangeiros às sensibilidades e não provocam uma mobilização efetiva dos aparatos estatais necessários para frear a barbárie que é o genocídio negro, precisamos resgatar os nossos parâmetros ancestrais de humanidade, para a construção de novas possibilidades efetivas de uma luta antirracista.

A carne mais barata do mercado não pode ser a carne negra. Ter os nossos corpos como principais objetos de reproduções fascistas e genocidas não é mais uma opção. Para frear o terror racial e o racismo antinegro fazamos o necessário, até o que possa parecer impossível.

Jacarezinho: pelo fim do regime de exceção nas favelas⁴⁷

A matança no Jacarezinho foi uma carta de apresentação deliberadamente escrita a sangue negro pelo novo governador do Rio, Cláudio Castro. Com esse espetáculo mórbido, o político bolsonarista quis satisfazer a sanha de quem aplaude a violência do Estado como suposta forma de obtenção da paz. Nem o antecessor de Castro, Wilson Witzel, autor da expressão *tiro na cabecinha*, protagonizou carnificina semelhante à do Jacarezinho. O governador defendeu o indefensável: respaldou a ação que, em 10 horas, matou 28 pessoas e aterrorizou os moradores da favela da Zona Norte.

Na Operação Exceptius, o governo atuou à revelia da Constituição e dos tratados internacionais de direitos humanos. Castro pode vir a ser afastado do cargo por essa escolha pela barbárie racista e genocida. Nosso mandato notificou a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) das atrocidades cometidas no Jacarezinho. À ONU e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) pedimos, por ofício, que venham ao Rio em missão urgente, para acompanhar de perto as investigações e garantir que ocorram com lisura. O CNDH não só já respondeu positivamente como vai chegar ao Rio nesta semana, para o acompanhamento direto das investigações. Demos também entrada em representação no Ministério Público (MP) estadual e no STF para a apuração das responsabilidades e para derrubar o sigilo, que hoje vigora, de cinco anos, sobre as investigações referentes ao caso.

A Chacina do Jacarezinho foi a maior já ocorrida na história do Rio, mas a matança do povo negro é sistemática. Segundo o Fogo Cruzado, houve 44 chacinas, com 170 mortos,

⁴⁷ Artigo publicado originalmente no Alma Preta, em 8 de junho de 2021, sob o título *Um mês da chacina do Jacarezinho: pelo fim do regime de exceção das favelas!*

em 2020, ano em que o ISP registrou, ao todo, 1.245 mortes em intervenções policiais. No primeiro trimestre de 2021, houve 453 desses homicídios. Em plena crise sanitária e socioeconômica, e na vigência da decisão do STF que suspendeu incursões em favelas, manteve-se no Rio a média de 5 mortos por dia. Essa é a média desde 1998, quando o Estado matou 20.535 pessoas, das quais 98,3% eram homens, 78,5% negros, 40,4% com 12 a 29 anos.

O derramamento do sangue negro nunca fez cócegas no poderio do crime organizado no Rio. O extermínio de gerações de jovens pobres jamais impediu o avanço do varejo do tráfico e das milícias, que hoje controlam mais da metade do território. Inteligência, investigação e estratégia seriam mais eficazes. Só que o governo insiste na política da morte, que mata também policiais, como o que morreu no Jacarezinho. Segundo o MP estadual, dos agentes mortos no Brasil em 2018, 26% eram do Rio.

Por tudo isso, precisamos e vamos insistir na cobrança da garantia de direitos e do combate estrutural à miséria como solução muito mais efetiva contra todas as formas de violência, inclusive contra a violência representada pela desigualdade e pela injustiça social. Não será com tiros de fuzil, mas com políticas públicas, que se reduzirá o aliciamento da juventude para o trabalho precarizado e de risco no varejo do tráfico e nas milícias. Com isso, fortalecer a mobilização popular em resposta ao recado sangrento de Castro é uma necessidade. Basta de genocídio negro!

Essa não é uma luta só de quem vive na linha de tiro. É dever de toda a sociedade. Não dá para naturalizar o *apartheid*, o regime de exceção e todas as formas de expressão da necropolítica em nosso estado. Não podemos permitir que o governo patrocine o julgamento, a condenação e a execução sumárias de jovens que sequer conheceram, em suas trajetórias, direitos básicos como o próprio respeito às suas existências. A tão sonhada paz só será possível no Rio se a população das favelas e periferias for incluída. Ou a exceção permanente seguirá como a regra para os corpos negros.

Abril Verde contra o racismo religioso⁴⁸

O Rio de Janeiro é o epicentro do racismo religioso que tenta silenciar, no Brasil, os tambores e calar as vozes dos adeptos das religiões de matrizes africanas. O fenômeno ocorre no bojo do racismo estrutural que sustenta um projeto político e ideológico de cunho fundamentalista, fanático e localizado na extrema direita. A discriminação, com a perseguição aos religiosos e casas de axé, tem se agravado e se expandido, país a fora, durante os quatro anos do governo Bolsonaro.

Em plena pandemia, e em condições gerais de isolamento social, o ISP registrou, em relação a 2020, um aumento de 11,7% no número de casos de intolerância religiosa no ano passado, quando houve 1.564 ocorrências. Quase um terço desses casos se referiram a episódios de injúria racial ou preconceito dirigido a religiosos negros e, em 10% dos casos, houve ameaças e ataques a terreiros. Observa-se, inclusive, a expulsão dos terreiros para pontos cada vez mais distantes das periferias. Os dados oficiais podem revelar, em algum grau, um possível aumento na formalização das queixas no período, mas também informam sobre o perigo sempre iminente dos contra-ataques racistas de setores da sociedade que insistem em reduzir e deformar os sentidos das religiões de matrizes africanas e em desrespeitar e agredir os religiosos negros.

O racismo religioso é atravessado ainda pelo ódio de classe, que se expressa em abjeta rejeição à humanidade das camadas sociais populares. Esse crime de ódio atinge as mesmas pessoas às quais são negados outros direitos essenciais, como à vida, à liberdade, ao trabalho, à alimentação, à moradia, à educação, à saúde, à mobilidade. Negar o direito à fé do outro é apartar pessoas da vida em comum. A desigualdade se torna com isso a política pública de fato, o que explica o porquê, por exemplo, da relutância do Estado a fazer cumprir a Lei n.

⁴⁸ Artigo publicado originalmente no jornal *O Dia*, em 29 de abril de 2022.

10.639/2003, que obriga as escolas ao ensino da história e da cultura afro-brasileiras.

Muito tem se falado em intolerância religiosa. E isso é bom: demonstra que, pelo menos do ponto de vista do Estado, a situação se inverteu. Desde uma legislação que criminalizava especialmente as religiões afro-brasileiras, no século XIX, como práticas de charlatanismo, houve avanços significativos com a aprovação de leis e políticas públicas para garantir o direito à fé. Mas, em um ambiente político que envolve graves ameaças de golpes à democracia, há de se cuidar para que não ocorram retrocessos. Nesse sentido, foi uma vitória significativa a aprovação, no Rio, da lei estadual, de autoria da nossa mandata negra e popular, para a criação do Observatório Mãe Beata de Iemanjá, de monitoramento e produção de dados sobre o racismo religioso dirigido a praticantes de religiões de matrizes africanas.

Cada vitória da resistência precisa ser bastante celebrada, porque foi resultado de muita luta coletiva por uma liberdade que até hoje está longe de ser plena. Podemos considerar aquela uma vitória não apenas simbólica; por exemplo, houve também a criação do próprio Abril Verde, por outra lei de autoria da nossa mandata, junto de outros parlamentares, para o incremento de campanhas do Estado contra a intolerância religiosa. Em solenidade do Abril Verde, o povo de santo ocupou o parlamento com as suas vestes sagradas, os pés descalços, as cabeças erguidas, o som espiritual de suas vozes, atabaques e chocalhos. Tenho fé de que, depois de uma noite dessas, a Assembleia Legislativa não será, jamais, a mesma.

África, minha mãe!

O dia 25 de maio é celebrado internacionalmente como o Dia da África. A data comemora a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) e é reconhecido como o Dia de Libertação da África. Uma lei aprovada por nossa mandata, em 2019, incorporou as comemorações da data no calendário oficial do Rio de Janeiro. Ter o Dia da África no Rio de Janeiro é reconhecer a importância do legado africano, não só para a construção do estado; mas a presença dessa matriz como parte fundamental da formação social e cultural brasileira. Para celebrar essa conquista e também debater questões importantes sobre África, Brasil e a luta antirracista, criamos o Festival Dia da África.

Os costumes, as tradições e as formas de organização presentes na África tiveram grande influência na formação social e política do Brasil, desde sua linguagem, passando pelas religiões, costumes e culinária. Essas expressões são vistas em todo o Brasil, mas o Rio de Janeiro teve uma influência cultural ainda maior. Por aqui, desembarcaram mais de 2 milhões de africanos, que, mesmo escravizados, foram capazes de perpetuar toda uma infinidade de costumes e tradições.

Entendendo a importância da cultura africana e do seu legado, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconheceu o Cais do Valongo como Patrimônio Mundial da Humanidade. O Cais é um dos pontos do Circuito Histórico da Celebração da Herança Africana na Zona Portuária, conhecido também como Pequena África; e foi o porto que mais recebeu africanos escravizados em todo o Brasil e nas Américas.

Celebrar a nossa ancestralidade, a nossa origem africana, é muito mais do que apenas lembrar tradições ou resgatar símbolos: é entender o nosso passado e reelaborar estratégias para a libertação do povo preto, da humanidade. Como nos

lembra Frantz Fanon, “se queremos que a humanidade avance um furo, se queremos levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa a expôs, então temos de inventar, temos de descobrir”⁴⁹. Contudo, antes disso, precisamos saber do nosso destino:

Precisamos perder o hábito, agora que estamos em pleno combate, de minimizar a ação de nossos pais ou de fingir incompreensão diante de seu silêncio ou de sua passividade. Eles se bateram como puderam, com as armas que então possuíam, e se os ecos de sua luta não repercutiram na arena internacional, cumpre ver a razão disso menos na ausência de heroísmo que numa situação internacional fundamentalmente diferente. Foi necessário que mais de um colonizado dissesse “isso não pode continuar”, foi necessária que mais de uma tribo se rebelasse, foi necessário mais de um levante sufocada, mais de uma manifestação reprimida para que pudéssemos hoje erguer a cabeça com esta confiança na vitória.⁵⁰

Axé, mãe África! Vamos fazer a nossa revolução: uma revolução afro-latino-americana.

⁴⁹ FANON, 1968, p. 274.

⁵⁰ FANON, 1968, p. 172.

Movimentos negros⁵¹

Com SEIMOUR SOUZA

Há séculos, os movimentos negros no Brasil e no mundo vêm denunciando as condições de vida das pessoas negras, em diversos lugares. Num quadro em que o racismo cimenta todos os tijolos da nossa estrutura social, em que nossos corpos negros são mobilizados para desenvolvimento capitalista, ao custo das nossas vidas, a luta dos movimentos negros é essencial, não só para denunciar esse modelo excludente e mortal, mas também para propor alternativas efetivas de saídas para a crise social, política e econômica em que nos encontramos.

Os números demonstram que vivemos, no Brasil, um verdadeiro genocídio dos povos negros. De acordo com o Atlas da Violência 2020, que avaliou o período entre 2008 e 2018, jovens entre 15 e 29 anos representaram 53,3% das vítimas de homicídio no país, nesse período; e 75,7% das vítimas de assassinatos eram negras. Enquanto a taxa de homicídio de negros cresceu 11,5% em uma década, entre não negros houve redução de 12,9%. Vivenciamos o aumento da mortalidade materna de mulheres negras em razão da violência obstétrica, que faz com que a chance de morte seja duas vezes maior, e o aumento em 54% do número de feminicídios de mulheres negras, nos últimos anos. A perseguição e a violência sistemática contra os terreiros e os adeptos das religiões de matriz africana, assim como a criminalização das expressões culturais negras, como o rap e o funk, são também tentáculos do genocídio anti-negro praticado sistematicamente pelo Estado brasileiro.

O racismo tem elaborado narrativas criminalizadoras, produzido dores, controlado corpos, sentenciado vidas, fomentado violência e feito contabilizar mortos. O genocídio antinegro faz parte de uma narrativa que deve ser denunciada,

⁵¹ Artigo publicado originalmente no livro *Ubuntu: negras utopias*, de Renata Souza (2021).

mas que já se incorporou no cotidiano como um fato habitual e previsível. O nosso processo de dominação social é pelo extermínio das vidas, mediante assassinatos à luz do dia e da noite, sob a certeza da impunidade e, não menos, sob o manto de aprovação de significativa parcela da sociedade, sintetizada nos falsos defensores da moral e dos bons costumes. Boa parte da sociedade aprova a aniquilação sistemática de corpos negros.

Apesar de inseridos em um processo genocida que diuturnamente suprime as nossas vidas, nós, pessoas negras, estamos adoecidas e fragmentadas, enquanto indivíduos e enquanto coletividade, em pedaços miúdos. Nossas vidas não valem nada; as perspectivas não existem para nós. E o futuro nos aponta para a morte. Mas, a despeito de tudo a que estamos submetidos cotidianamente, nesta necrópole, os nossos sonhos seguem sendo a nossa principal bússola para apontar um futuro que tem de ser diferente, sob o custo de não estarmos honrando os nossos ancestrais que, um dia, ousaram sonhar com a liberdade. Precisamos nos organizar com base no que nos deixaram os passos daqueles e daquelas que pavimentaram o caminho para que pudéssemos estar vivos mesmo apesar de tudo; dos que nos ensinaram práticas de resistência que fizeram com que chegássemos, em 2021, sendo a maioria da população.

É necessária a completa desarticulação de um grupo para que se possa ter mais facilidade em sua dominação; por isso, devemos traçar linhas intransponíveis diante de nós, as quais jamais vamos deixar ultrapassarem. Estabelecer limites e valores que deverão ser inegociáveis. As nossas vidas, as nossas crenças, os nossos sonhos e os nossos corpos não podem servir como moeda de troca, nem como combustível de desenvolvimento de uma sociedade capitalista tão cruel e excludente.

Temos um pacto duro com a realidade: a ancestralidade que nos trouxe até aqui é a mesma que foi assassinada nos tumbeiros, nas senzalas e nas plantações, e disso não podemos esquecer nem por um minuto, sob o custo de estarmos

consensuando com apagamento do nosso bem mais precioso: a memória ancestral. Lembrar nossa ancestralidade é honrar aqueles que criaram as ferramentas necessárias para que hoje possamos lutar. É honrar Dandara e Zumbi de Palmares, a princesa Aqualtune, Zacimba Gaba, Tereza de Benguela, Manuel Congo e Mariana Criola, Luiz Gama e tantos outros ancestrais negros que deram as suas vidas pela nossa liberdade, tal como Luísa Mahin, nossa grande referência: uma mulher negra e escravizada, que foi uma das principais lideranças da Revolta dos Malês, ainda durante o período escravagista. Honrar nossos ancestrais é lembrar, a todo momento, que temos uma história que é de altivez e resistência.

Valores como coletividade, solidariedade, humanidade e circularidade são o que tem conduzido o movimento negro brasileiro até os dias atuais. Dos tempos do escravagismo, passando pelo processo de apagamento e vilipêndio dos corpos negros, no século XX, até os dias atuais, o compromisso tem sido pela luta intransigente contra o racismo, a exploração e pela defesa do bem-viver. E a partir desse processo é que avanços foram produzidos. À luz de muita luta, vemos cada vez mais pessoas negras ocupando os bancos das universidades e produzindo saberes que são racialmente referenciados em territórios e corpos negros, e evidenciando cada vez mais a potência das favelas e periferias, que, historicamente, sofrem com um processo de violência intencional e letal e agora, cada vez mais, têm produzido possibilidades e alternativas a partir do próprio território.

Consequência direta também da articulação dos movimentos negros brasileiros é o aumento, nos últimos anos, da eleição, em especial, de mulheres negras, cis e trans, para ocupar cargos políticos em parlamentos de diversas esferas e territórios. Mulheres negras, com nome e sobrenome e autonomia de fala e percepção para falar sobre si mesmas, sobre as suas dores e para propor saídas e alternativas eficazes contra aquilo a que foram submetidas. Falo de mulheres que, assim como

Lélia Gonzalez, Antonieta de Barros, Beatriz do Nascimento e tantas outras, romperam com a barreira do silêncio, da dor, do lar. Falo de mim, Renata Souza, mas também de Benedita da Silva, Andreia de Jesus, Talíria Petrone, Erica Malunguinho, Dani Monteiro, Áurea Carolina, Benny Briolly, Jurema Batista, Mônica Francisco, Erika Hilton, Thais Ferreira, Vivi Reis, Tainá de Paula, Luana Alves, Monica Seixas, Olivia Santana, Rejane de Almeida, Jô Cavalcanti e tantas outras mulheres negras comprometidas com a luta antirracista e pela defesa das vidas das pessoas negras neste país.

E é em nome de todas essas que também reverencio e honro a nossa ancestral jovem Marielle Franco, que teve a sua vida brutalmente interrompida, vítima de um feminicídio político. Marielle Franco é símbolo da resistência, da luta e da resiliência política das mulheres negras. Por ela e por nós, seguimos cobrando que o Estado brasileiro responda: *quem mandou matar Marielle Franco?* Por Marielle e por tantas outras, devemos estar atentos ao processo de reintegração de posse daquilo que nos é de direito, mas também ao processo de restabelecimento de agência para criação e produção independentes, com todas as estratégias possíveis. Para isso, é necessário atenção ao óbvio: estarmos vivos em todas as dimensões de nossas vidas! Proteção e vida longa a todas as mulheres negras que colocaram seus corpos à disposição da luta e pelo bem-viver do povo preto!

Chamamos a atenção para um processo essencial para pessoas pretas deste país. É necessário muito mais do que revolta para lidarmos com as consequências letais que o racismo tem produzido nas nossas vidas: é preciso organização. Organização não somente sob a égide da nossa ancestralidade, mas sobretudo com canalização de forças e estratégias na produção de mudanças concretas. Organizar para não estarmos tão vulneráveis às estratégias de dominação de nossos corpos e, principalmente, vulneráveis à tentativa de reinvenção das nossas histórias. Organizar pois essa é a nossa primeira e princi-

pal estratégia possível para a subversão do racismo. Somente através da nossa organização é que poderemos fazer frente a um Estado estruturado para nos aniquilar.

O movimento Vidas Negras Importam demonstrou o tamanho da nossa força e da nossa capacidade de mobilização para chamar a atenção do mundo para a barbárie a que os corpos negros estão submetidos, mas também demonstrou o quanto a nossa luta é transnacional e capaz de produzir fissuras necessárias a certas estruturas arraigadas da sociedade. A recente condenação, nos EUA, do policial Derek Chauvin, responsável pelo assassinato de George Floyd, é a conjectura necessária que precisávamos para que os ventos das mudanças chegassem ao Brasil.

Apesar dos avanços, nós precisamos enfrentar a complexidade de nossos processos. Lidar com a violência, a dor e a morte dos nossos, cotidianamente, também nos adoce e nos coloca em posição de duvidar da nossa força. Por isso, é necessário que a resistência não seja romantizada na nossa luta e nos nossos espaços: resistir é necessário, mas também muito doloroso. Mesmo não encontrando caminhos fáceis no que nos diz respeito, o afeto e o amor – sentimentos muitas vezes abandonados, entre os nossos, por uma percepção machista de fragilidade – precisam ser a tônica das nossas ações em todas as esferas possíveis de atuação porque, sem ele, é impossível avançar na luta.

Para isso, precisamos nos voltar para a nossa história; compreender que o tempo nunca foi nosso inimigo; que o nosso caminho não é o norte, mas o sul; e que, por isso, nosso destino caminha ao contrário. Mais do que reverenciar, precisamos dialogar com os nossos ancestrais, como Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento, e para isso precisamos retomar o modelo africano de sociedade, que, diferentemente do modelo ocidental e capitalista, nunca colocou o resto da humanidade em risco; e compreendermos que, para nós, não existe o fim, mas sim o início-meio-início; que somos os sonhos dos nos-

sos ancestrais e que, por isso, não podemos perder nunca o sentimento de pertencimento a um ciclo que não se iniciou e nem termina em nós. E que, por isso, temos a obrigação de deixar um legado melhor aos que virão depois de nós.

Vida longa ao povo negro. Vida longa a nossa coletividade.
Vida longa às organizações negras.

O que temos para festejar?

No dia 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi sancionada pelas mãos brancas da regente Isabel, então princesa do Império do Brasil. Para o calendário oficial, esse é o Dia da Abolição da Escravatura – mas o movimento negro não aceita essa efeméride. Afinal, como diriam os Racionais MC's: “Chega de festejar a desvantagem!”. Se, por um lado, a *abolição* foi uma conquista, realizada pelas lutas ancestrais, por outro, o racismo continua sendo a estrutura da nação. Ser livre é poder escolher entre possibilidades concretas: *vou trabalhar nisso ou naquilo, vou morar aqui ou ali, vou amar hoje ou amanhã*. Os negros, contudo, continuam relegados às prisões, aos trabalhos precários e à invisibilidade social.

O processo que envolve a Lei Áurea obedece a uma fórmula curiosa, porém bem comum: conceder o direito para negar a conquista, ao gosto do dito popular que diz: “Vão-se os anéis e ficam os dedos. Os mesmos que nos aprisionam assinam a lei e apertam em seguida as correntes. Segundo os professores Silvio Almeida e Julia César Vellozo, o Brasil escravocrata “forjou o seu direito, sustentou a sua monarquia, em um país que estava assentado neste pacto violento de todos contra os escravos”⁵². Quando a escravidão foi superada, com muita luta e pelo rompimento do pacto de interesse entre os proprietários, o negro continuou jogado às margens. Para a casa-grande, como nos lembra Clovis Moura, saiu da condição de “bom escravo a mau cidadão”⁵³.

O que temos, então, a festejar? A desigualdade racial não para de crescer em todos os níveis. Segundo o Atlas da Violência de 2021, os negros representam 77% das vítimas de homicídios; em termos gerais, os dados apontam que a “chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma

⁵² ALMEIDA; VELLOZO, 2019.

⁵³ MOURA, 2017.

pessoa não negra”. Não podemos medir as palavras: trata-se de um genocídio! No evento do 73º Aniversário da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, confirmou que o genocídio “continua a ser uma ameaça muito real”. E ele está em curso, sobretudo nas favelas e em outros bolsões de miséria do Brasil.

Afirmo: o negro também é, antes de tudo, um forte! Os *de cima* queriam uma data para celebrar a sua própria bondade; a negritude fez dele o Dia Nacional de Luta contra o Racismo. É desse modo que sempre vamos “festejar” o 13 de Maio nos terreiros, igrejas e atos, nunca pactuando com a casa-grande. Só em 2019, segundo dados mais recentes do Ipea, foram 34.446 homicídios de pessoas negras. Gostaria de reverenciar todas as vítimas do genocídio negro no Brasil, mas isso não é obra para um artigo e sim para uma revolução! Entretanto, faço questão de escrever os nomes de alguns dos nossos heróis: Ágatha Felix, Amarildo Souza, Genivaldo de Jesus, Kathleen Romeu, Marcus Vinicius, Marielle Franco e Renan da Costa. Presentes, hoje e sempre! Para sermos – e seremos – ainda mais fortes!

Eles, um mar de sangue; nós, uma multidão de esperanças

Sombrio corre o sangue derramado
No mar-aquém de tanta luta devotado
Mas o sangue continua rubro a ferver
Inspirado nos Orixá que nos faz crescer

Crescer na esperança do aquém e do além
Do continente e da pele de alguém
Lutar é crescer no além e no aquém
Afirmando a liberdade da raça amém

Abdias Nascimento

Estamos em pleno 30 de junho de 2022, último dia de funcionamento do plenário na Alerj antes do processo eleitoral, e acabo de aprovar o projeto Julho das Pretas, em homenagem à luta das mulheres negras contra o racismo e o machismo. Seria um momento de celebração: encerrar um ciclo com mais uma vitória, em mais um ato de contra-hegemonia da nossa mandata, seguindo com mil pés nas ruas, mas com o pé na institucionalidade sempre assertivo e propositivo. Seria assim, mas não foi. O racismo e a misoginia não deixam. Eles surtam: logo após o projeto ser aprovado, o deputado valentão, aquele quebrador de placa, faz sinal de arminha, tentando me intimidar.

Mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no Brasil: 25% desses crimes são com uso de arma de fogo. Um deputado que, durante uma sessão plenária, tem a coragem de fazer gestos de arminha contra mim, na frente de todos, sob a lente das câmeras, o faz com a certeza da impunidade. Não vamos tolerar esse tipo de intimidação: basta de violência política de gênero! E, por isso, sempre vamos afirmar que a nossa mandata é um quilombo. A bênção, Dandara! A bênção, Zumbi! A bênção, Lélia! A bênção, Abdias!

Abdias Nascimento – um dos maiores intelectuais brasileiros – estruturou o seu mandato parlamentar a partir do quilombismo, trazendo todas as suas referências ancestrais e de África para o seu cotidiano. Não é à toa que os pretos e pretas da nossa mandata seguem essa linha e também constroem uma linguagem africana em nossos materiais e nos nossos projetos. Precisamos criar muito, mas nunca perder as nossas referências. Abdias é uma delas, uma referência incontornável para o povo preto. Teríamos o Dia da Consciência Negra, se não fosse ele? Na década de 1980, Abdias já estava no parlamento exigindo reparação histórica.

Os racistas desabrocham, ficam todos pomposos, na frente das mulheres pretas, na frente das mulheres pretas trans... Sabe por quê? Porque os racistas não suportam debater com pretas, eles precisam desqualificá-las. Os racistas são sempre covardes. Manipulam palavras torpes, fazem sinais ofensivos e nunca se revelam, de fato. Vivem nas sombras de suas próprias convicções. Felizmente, eles não calarão a minha voz. Enquanto eu estiver na luta, serão obrigados a me aturar de punho cerrado e cabeça erguida. Venceremos! Este é o nosso destino.... Venceremos! Esse é o destino da humanidade.

Axé, novos tempos!

Bate-papo com Renata Souza

*com Paula Máiran, Claudia Santiago, Gizele Martins
e Carla Baiense*

Participações: Leonor Costa, Dom Filó e Jacqueline Muniz

“A Maré é a minha nação!”

[Por Paula Máiran]

Há muitas formas de se apresentar alguém ou de contar a sua história. Neste bate-papo, a escolha foi por compartilhar afetos com Renata Souza. Formou-se uma roda íntima sobre a vida, com seis jornalistas, que, além da amizade, acompanham e participam da trajetória da nossa Renata.

As perguntas permitiram o brotar das mais diversas lembranças relacionadas à sua origem, à juventude, à militância, à formação política e profissional dessa ilustre cria da Maré, que, mais do que doutora, tornou-se exemplo e referência para a sua geração como mulher, lutadora, profissional, em sua grandeza, inteireza e liberdade de ser humana. É uma boa conversa, olho no olho, de mãos dadas, para se ler de uma tirada.

Vem com a gente!

Carla – A gente vê hoje uma comunicação comunitária muito diferente, que está pautando a mídia hegemônica. Ela fala para fora. O que você acha que mudou nesse seu percurso de mais de 15 anos de comunicação comunitária?

Renata – Bom, estou muito feliz com essa roda de mulheres jornalistas potentes, que constroem a possibilidade de a gente ter outros discursos sociais. No jornal O Cidadão⁵⁴, fundado em 1998, 1999, entro em 2000. Ou seja, antes mesmo de entrar na faculdade, em 2003, já estava no jornal me percebendo mareense. A Maré é a minha nação! O jornal nos provoca isso. Quem mora na Maré é mareense. Essa luta pela identidade mareense foi uma luta de primeira hora do jornal O Cidadão. Eu pude acompanhar esse processo e, para mim, em especial, foi interessante, porque estava ali experimentando, não tinha nenhum compromisso, necessariamente, de ser uma jornalista. Entrei como fotógrafa.

Engraçado é que conheço o jornal O Cidadão nas eleições de 2000, porque a organização do Cidadão fez uma entrevista com os candidatos da Maré naquele momento. Foi uma roda-gigante! O André Esteves⁵⁵, querido amigo, era o cara que provocava os candidatos da Maré a trazerem as suas propostas. Lembro que fiquei encantada com aquilo! “Eu tenho de fazer parte, tenho de entrar pra esse jornal que tá discutindo política!”, pensei. Essa tentativa de chegar a um meio de comunicação foi justamente diante do meu incômodo de como eram cobertas as matérias na Maré e nas favelas, especialmente. Fiz um curso de teatro, lá atrás, com a Marina Henriques⁵⁶, com uma mulherada boa, também. Não era um curso para virar uma atriz, era para ter cidadania. Tinha psicólogo, assistente social. Lembro que eu estava na escola e fiz o curso porque ele

⁵⁴ O Cidadão, criado em 1999, é um jornal de comunicação comunitária para todas as 16 favelas que formam o conjunto de favelas da Maré

⁵⁵ André Luis Esteves Pinto é jornalista e professor universitário. Foi editor do jornal O Cidadão.

⁵⁶ Marina Henriques Coutinho é jornalista e professora de Artes Cênicas na UNIRIO.

pagava R\$ 50,00. Para a família, fazia toda a diferença. Entregava tudo para a minha mãe. E tinha almoço, também. Muitas vezes, eu não almoçava, para levar aquentinha do almoço do curso para a gente dividir com a minha mãe.

Lá atrás, começo a despertar para essa lógica da comunicação. Fiz nesse mesmo curso um teste vocacional onde pediam para botar de 1 a 10 quais eram as profissões mais importantes do mundo. E eu colocava, primeiro, médico... Essas profissões das quais a gente não tem dúvida de que são essenciais para a sociedade. A última era jornalista. Por quê? Ah, por que jornalista é menos importante para a sociedade? E eu dizia: “É menos importante porque só fala mentira! Quando chegam aqui na favela para dizer o que realmente acontece só se publica mentira sobre a Maré.” Lembro que a Vanda, que fazia uma espécie de papel de psicopedagoga, ficou assustadíssima, porque a Marina Henriques era jornalista! “Eu a amo mas ela não está trabalhando nos jornais para contar o que, de fato, a gente vive na favela”. Então ela me disse: “Vai pesquisar sobre jornalismo!”

Eu fiquei irritadíssima de pesquisar sobre uma profissão que eu detestava, naquele momento! [E Renata dá uma risada que ocupa toda a sala! Todas riem com ela.] Aí fui descobrindo que o jornalista deveria dizer a verdade. Era justamente o contrário do que eu imaginava! Já chego na aula dizendo: “Eu quero ser jornalista!”. Queria ser jornalista, mas era uma realidade muito distante. Para a gente, jornalista era só o cara da televisão. Eu nunca me vi na televisão. Na realidade, eu era muito tímida. Então, o curso de teatro me fez abrir a boca, também. Eu cuspi fogo com o curso de palhaço que eu fiz na Praça da Bandeira! Fui trilhando outros caminhos, anteriormente ao jornal. Quando chego ao jornal, estavam fazendo um debate sobre o processo eleitoral. Eu achei tudo interessante por um incômodo que eu tinha de como se retratava a favela nos jornais, na TV. E, ao mesmo tempo, pensei: “Eu posso fazer diferente, também!”

Então eu me aproximo do jornal O Cidadão nessa coisa de tentativa e erro, de conseguir olhar para uma possível profissão, mas, ao mesmo tempo, despretensiosamente. Sabia que do jornal O Cidadão sair uma grande jornalista não era um projeto. Vamos cobrir aquilo que mídia tradicional não cobre. E qual era o projeto? Falar! O principal projeto sempre foi falar. Era a possibilidade de aquela nossa realidade ser visibilizada. Eu trouxe alguns bóttons da viagem que eu fiz e, na juventude, sempre usei muitos, na mochila. Fiquei refletindo: por que eu usava tantos bóttons? Eles representavam elementos de dizer o que eu não tinha coragem de dizer. Eles falavam por mim. Eu queria que as pessoas lessem, é muito louco isso! Se você bota um bóton do Malcolm X, isso diz muito sobre você e a vontade de dizer e de ser ouvida.

Claudia – Era uma vontade de falar, uma vontade de levar a voz da favela a um canal adequado, na mídia hegemônica, onde você poderia se expressar de alguma maneira...

Renata – Nossa, muito! E aí, Claudinha, quando a gente tem o jornal O Cidadão podendo expressar fatos do cotidiano que as pessoas ignoravam... Ignoravam porque não querem saber o que acontece na favela! Não querem saber da cultura, da história e da memória da favela. Então, o jornal O Cidadão trazia isso tudo. Quando a mídia hegemônica falava sobre a favela, só falava do ponto de vista da violência. Da voz, inclusive, do operador da violência, que é o Estado: sempre foi o único que teve voz – como a do comandante do batalhão, numa operação.

Gizele – Estou muito feliz de estar no meio de referências, em um superbate-papo! Renata é minha professora de comunicação comunitária e de jornalismo antes mesmo de eu me tornar jornalista. O jornal O Cidadão está fazendo 23 anos neste mês [junho de 2022]. É uma vitória da comunicação popular, com um jornal histórico não só para as nossas histórias como

também para a história do Rio, do Brasil e do mundo. Vamos entender o que os mareenses sabem sobre segurança pública. Eles querem falar ou não sobre essa pauta? Rê, fala pra gente como é inaugurar as editorias de Direitos Humanos e Segurança Pública não só no jornalismo comunitário? Quando a gente pauta isso no jornal O Cidadão, esse jornal passa a ir além dos muros visíveis e invisíveis da Maré, não só os da comunidade como os das mídias comunitárias do nosso país. Você é uma grande referência no assunto e iniciou isso tudo.

Renata – Que memória! [Riem todos.] A gente está falando de 2006, quando o caveirão foi implantado nas favelas do Rio de Janeiro. E era isso, era um incômodo gigantesco! Eu era editora do jornal na época e falava que a gente precisava falar sobre segurança pública, mas sob uma perspectiva de direitos humanos. Não dá para a gente repetir a lógica que a mídia hegemônica faz. Ela fala sobre segurança pública no varejo e tenta criminalizar ainda mais a favela por esse viés. E, sim, [precisamos] pensar em como podemos discutir segurança pública de maneira real! O jornal O Cidadão viveu um processo muito difícil, durante a Guerra do Iraque, quando o jornal publicou uma capa com a manchete: “Linhas que ligam a Maré ao Oriente Médio”. A capa era um estouro! Era um laranja bem de guerra mesmo, uma sombra de um cara armado. Essa capa deu problema para a gente, na Maré. Não pela capa em si, mas o que a gente falava no jornal era sobre tráfico de armas. Como as armas que chegavam ao Iraque chegavam ao Rio de Janeiro, também? Como aquele show pirotécnico que a gente via na TV podia estar matando pessoas? Dentro do jornal tinha um poste cravado de balas. Aí é que foi o problema! Você imagina, um poste que ficava numa divisa: ambos os lados trocavam tiros naquele poste! A direção do Centro de Estudos e Ações Solidárias⁵⁷ da Maré foi chamada e a partir dali demos um salto qualitativo importante.

⁵⁷ O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) é um grupo que incentiva o acesso à cultura, educação, pesquisa, comunicação e memória para moradores do conjunto de favelas da Maré.

A instituição ficou fragilizada naquele momento e começamos a assinar as nossas matérias. Temos responsabilidade sobre o que estamos escrevendo. Foi um momento em que podíamos recuar, mas fomos pra cima! Como ter um equilíbrio? Foi muito difícil, a partir da decisão da linha editorial naquela época, de escrever uma nova linha editorial do jornal O Cidadão.

Então, a gente atualiza o projeto editorial do jornal com a segurança pública na perspectiva dos direitos humanos e a gente começa a combinar: “Pra mim, a imagem de uma política pública de segurança assassina é o Caveirão!”. E todo mundo: “Ah... Não podemos colocar o caveirão!”. E Gizele não abria a boca! Acabava a reunião e a Gizele me chamava: “Rê, tudo que você tá falando aí é verdadeiro!”. E eu: “Gizele, se tu não falar isso na próxima reunião... Você precisa falar, pelo amor de Deus! Me defende!” [Todas riem.] E ela só no cantinho, pegou na Anistia Internacional o postal do caveirão que coloquei na capa e foi uma grande discussão, e disse: “A voz final nisso é a do morador da Maré. Vai todo mundo pra rua perguntar aos moradores o que acham de fazer uma matéria sobre segurança pública sob a perspectiva dos direitos humanos e ver se vai sair caveirão!”. Saímos com essa decisão. Os principais que se mostraram contra admitiram: “Renata, você está certa! É o caveirão!”. Eu disse que não ia para a rua: “Vou é entrevistar os especialistas! Vocês vão pra rua e recolhem essas falas para publicar no jornal.” Para não dizer que era eu quem estava sendo autoritária, naquele momento! [Risos.]

Nessa história de autonomia da comunicação alternativa, surgiu um debate que a Gizele deve lembrar bem, que foi o seguinte: pegamos o postal da Anistia, fizemos campanha contra o caveirão, inclusive a Marielle participou muito dessa campanha, e colocamos na capa “Quem vai levar a sua alma?”. Era o que o caveirão dizia! Eu falei: “Bota pra frente que eu quero que pareça que a Ford é quem produz o caveirão!”. Foi outro problema! Mas disse para ampliar a foto porque queria que a Ford aparecesse: “Agora a Ford vai saber que a gente

existe!”. A discussão foi tão grande que eu disse: “Se o jornal O Cidadão não tiver a capa com a Ford aparecendo no caveirão, eu saio do jornal! Não vou me censurar! É a Ford quem produz o caveirão e eu quero que as pessoas saibam!” Comecei a chorar. Eu estou com 39 [anos] hoje, na época eu estava na faculdade, meados de 2006, estava com 24 anos...

Claudia – Então, eu estava pensando aqui... Quando a gente começou a falar que a gente ia contar um pouco da história da Renata, é também contar a história de uma geração que se movimentou nas favelas do Rio de Janeiro, mostrou a nossa cara dizendo: “Olha como nós somos bonitos, quanta coisa boa a gente tem, até um museu!”. Foi a geração que trouxe um debate sobre segurança pública sobre direitos humanos no Rio de Janeiro. A pergunta que quero fazer, Renata, é como você vê essa amplitude que teve esse movimento, embora você seja parte da nação mareense? E não aconteceu somente na Maré... Como isso se espalhou no Rio de Janeiro?

Renata – Claudinha, eu lembro que publicar a capa do caveirão foi divisor de águas para o jornal O Cidadão e para a comunicação comunitária. A gente já estava com o Núcleo Piratininga de Comunicação⁵⁸ discutindo qual era o tipo de comunicação que a gente queria, mas que não podia ficar só nos muros da Maré, não podia ficar só no jornal O Cidadão. Foi muito interessante que, quando a gente distribuiu o jornal, fomos todo mundo para a rua. As pessoas corriam atrás da gente para pegar o jornal! Essa é a edição esgotada do jornal O Cidadão! Eu vi que as pessoas queriam mesmo falar sobre segurança pública e o quão doloroso era aquele caveirão dizer que iria buscar sua alma. Aí a gente consegue, também, ser fonte sobre segurança pública, num processo muito louco, porque a gente começa a ser notado.

⁵⁸ O Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) é constituído por comunicadores que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos.

Essa [foi a] interlocução que o NPC ajudou a gente a fazer com outros grupos de comunicação comunitária, a gente começou a se entender, naquele lugar. Teve um momento em que eu falei: “Gente, não dá para a gente ser assessor de imprensa da Maré. Mas se a gente não disser, vão dizer pela gente!”. Não dá para abrir mão de alimentar a mídia hegemônica sobre o que está acontecendo aqui! De novo, um caso que foi divisor de águas e a Gizele vai lembrar bem: o assassinato do menino Matheus⁵⁹. Era filho de Gracilene, que trabalhava no Museu da Maré, uma criança de 8 anos que não teve aula naquele dia. Isso foi 4 de dezembro de 2008. O Matheus foi assassinado quando abriu a porta de casa com uma moeda de R\$ 1,00 na mão. Gizele me liga: “Renata, vai todo mundo para lá, vamos todo mundo!”. Vai Naldinho⁶⁰, que fez aquela foto, diferente [das fotos] da imprensa hegemônica.

Ali, a gente já estava sendo fonte da imprensa! “Liga pra Claudinha, a gente precisa soltar uma nota sobre o que aconteceu aqui! Tão dizendo que foi troca de tiros e que os moradores mandados pelos grupos armados foram para a Avenida Brasil e a Linha Vermelha”. Essa matéria é Prêmio Esso! E no jornalismo hegemônico! Ganham um Prêmio Esso com a nossa dor! Ali a gente dá um salto de qualidade em que todas as comunicações comunitárias estão se falando, trazendo as versões do que, de fato, tinha acontecido. Para você ter uma ideia, o corpo do Matheus a gente não queria que saísse dali, até a autópsia chegar. Dentro das favelas, precisa ter a investigação local. A perita chegou lá sem nenhuma caneta, sem papel e sem fotógrafo! Nós demos bloco, caneta e cedemos o nosso fotógrafo, o Naldinho. Até hoje a gente não tem resultado dessa perícia! [Silêncio.]

⁵⁹ O menino Matheus Rodrigues de Carvalho foi morto no dia 4 de dezembro de 2008, na Rua Oliveira, localizada no Complexo da Maré.

⁶⁰ Naldinho Lourenço é morador da Maré e fotógrafo.

Claudia – [Com lágrimas nos olhos.] Essa geração de vocês me emociona tremendamente. Como vocês pautaram os direitos humanos nas favelas cariocas...

Paula – Claudinha, queria trazer um elemento, da Renata ainda mais jovem, cria da Maré e que encontra no Cidadão o instrumento de se reconhecer em uma potência que não é meramente de vítima da opressão e que passa a resistir, a enfrentar e [ter] a comunicação como esse instrumento. E sua mãe, seu pai, sua família? Como a sua família enxergou sua mudança, com essa sua ocupação desse lugar de luta que a gente sabe que traz uma vulnerabilidade? Traz força, potência, saúde mental, mas traz uma vulnerabilidade, nesse modelo de segurança de uma política pública que tem a favela como alvo. Eles [seus pais] também contribuíram para essa mudança?

“Você é igual ao seu avó José Felix:
quer mudar o mundo!”

Claudia – [Emocionada...] Quero falar uma coisa antes, me perdoem! Quando a Renata decidiu se tornar candidata, tive de fazer terapia duas vezes por semana. Tinha muito medo que ela fosse a próxima! Paula, eu escolhi ser mãe dela – a [minha] filha da política! [Todas riem.] Não quero cortar sua pergunta, pelo contrário! O que essa família metalúrgica pensou a respeito [da sua mudança]⁶¹?

Renata – A minha família sempre ficou muito preocupada. Desde a época do jornal O Cidadão, era uma inquietude. Mas tinha uma coisa do tipo a gente não vai conseguir segurar a Renata! [Risos.] A minha casa sempre teve saída para a rua de trás. Agora essa saída foi completamente bloqueada porque

⁶¹ O pai de Renata, Zé Carlos, é torneiro mecânico.

tem outras casas que foram subindo, e tal. Então, a minha casa sempre foi alvo de todas as operações policiais. Meus irmãos já foram levantados da cama com fuzil na cara, já foram ajoelhados no meio da sala com fuzil na cabeça... Então, a gente sabe muito bem o que é isso, o que é essa violência. Como ter irmãos mais velhos, homens pretos, dentro da favela? Por mais que fosse arriscado falar sobre segurança pública enquanto editora do jornal O Cidadão, a violência ainda se perpetuava dentro da minha própria casa, entre os meus vizinhos, uma situação absurda!

Meu pai veio do Complexo do Alemão, acompanhou a chacina dos anos 1990 na Nova Brasília. Ele, torneiro mecânico, viveu isso. Tinha de trabalhar durante o dia para fazer Sesi à noite, para ter uma profissão. Minha mãe perdeu os pais muito cedo. Minha mãe, ela perde a mãe dela com 7, 8 anos. E perde o pai dela com 11 anos. Minha mãe foi criada por todo mundo, ali na rua. Minha mãe fala “Você é igual ao seu avô José Felix: quer mudar o mundo!”. Minha mãe lembra do meu avô correndo do Dops! Foi ele quem levou água para a rua, energia elétrica. Ele trabalhou na obra da Avenida Brasil. Parte daqueles entulhos das obras da Avenida Brasil foi levado para fazer o aterro da Maré. Meu avô foi esse cara. Ele era devoto de Ogum, São Jorge, e batizou o nome da minha rua de São Jorge. O nome da minha mãe é Jorgelita em homenagem a São Jorge. [Risos.]

Para eles [meus pais], sempre foi um pouco difícil essa relação. Meus irmãos mais velhos sempre foram mais tranquilos. É uma característica das mães pretas da favela proteger mais os homens do que as mulheres. Elas sabem que os homens são mais vulneráveis no cotidiano da favela. Então, minha mãe não colocava uma rédea curta, necessariamente, para mim. Eu lembro minha mãe levando meus irmãos para tirar carteira de identidade. “Pelo amor de Deus, mãe, eu já tô indo pro Centro sozinha, rodando tudo, e você vai levar esses meninos?” Ela tinha essa preocupação de estar sempre com eles, porque sabia que eram os mais vulneráveis.

Claudia – Foi a sua realidade então que fez com que você des-
pertasse para a luta política, para se tornar a mulher, essa par-
lamentar que se tornou?

Renata – Não tenho dúvida, Claudinha! Em 1992, voltando
da escola com meus irmãos, vi o Exército pegando a mochila
e tirando as coisas deles... [Chora e limpa as lágrimas.] Não
tenho dúvida de que o que eu vivi e experimentei dentro da fa-
vela sempre me trouxe essa indignação, esse inconformismo.
Quando todo mundo achava a Eco-92⁶² maravilhosa – com
os estadistas todos aqui no Brasil! –, meus irmãos, crianças
pretas, tiveram suas mochilas revistadas! Eu vi, ninguém me
contou! [Continua emocionada.] Então, são situações que não
surgem do nada. Para minha família, sempre foi muito difícil;
mas a Renata quer fazer! [Todas riem.]

Foi uma infância muito difícil, em uma casinha muito pe-
quena que meus pais construíram. Também tinha muita ajuda
dos vizinhos. Minha mãe ficava em casa, ela teve de parar de
trabalhar porque éramos cinco: eu, meus irmãos mais velhos e
mais dois sobrinhos da minha mãe, que ela criava. Ela e a mi-
nha avó adoeceram – minha avó adotiva, que pegou a minha
mãe nesse processo quando ela perdeu os pais –, então minha
mãe teve que ficar em casa, não dava mais para trabalhar. Era
muito sufoco, com cinco crianças! E, também, minha mãe era
aquela mãezona de todo mundo! Quando todo mundo ia tra-
balhar, ela ficava com as crianças [dos outros] em casa. Tinha
dias que, lá em casa, tinha sete, dez crianças! [Risos.] Hoje,
ando na rua, as pessoas me chamam de irmã! Não sou a irmã
da igreja, sou [irmã] porque a minha mãe criou os filhos de
muita gente. Todo mundo vai ficando lá em casa.

Paula – Seu pai me falou que sua mãe é durona, muito exigen-
te com os filhos, mas que não precisava ser tanto com você.

⁶² Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvi-
mento, conhecida como Eco-92, foi realizada de 3 a 14 de junho de 1992, na
cidade do Rio de Janeiro.

Com os meninos, exigiam mais mesmo, nesse rigor, mas você sempre teve muita iniciativa própria de ajudar. Você ajudava a limpar a casa, a cozinhar, desde muito cedo. Você aprendeu a assumir tarefas com poucos anos de idade...

Renata – Aos 8 anos, fiz o meu primeiro feijão na panela de pressão. Não esqueço porque foi um marco para mim! [Todas riem.] Minha avó e a minha mãe estavam doentes e alguém precisava fazer comida, para todo mundo comer. A minha tia, Sebastiana, era cozinheira e ela foi lá em casa correndo, para me ensinar como botava feijão na panela de pressão. Que perigo, hein! Mas foi o que alimentou meus irmãos. Aos 9, a Tia Bastiana me ensinou a cortar o frango. Sei cortar direitinho, em todas as partes, perfeitamente. [Mais risos.] Aprendi muito cedo a fazer comida porque eu também tinha que cuidar de todo mundo. Minha mãe acabava arregimentando os filhos de todos. Isabela⁶³, por exemplo, é filha da Joana, que mora do lado da nossa casa. Tem um corredorzinho, a janela da casa da Joana dá no corredor da nossa casa. Isabela tinha 3 meses, tinha acabado a licença-maternidade [da mãe] dela, [que] não tinha com quem deixar Isabela. A gente pegava Isabela no buraquinho da janela. [Todas riem.]

E a Isabela está com a gente até hoje, vai fazer 27 anos. A mãe dela continua morando do lado da nossa casa. Isabela chama minha mãe de mãe, meu pai de pai... E temos a Mariana⁶⁴, também, que vai fazer 22 anos. Ela é filha da minha prima Mauriceia, que foi vítima de feminicídio. [Breve silêncio. Todas seguraram o choro.] O marido dela a espancou até a morte. A Mariana tinha 6 meses quando a gente a pegou para cuidar. São tragédias de uma sociedade que naturaliza esse tipo de coisa. Não tem jeito. Hoje, se eu luto contra o feminicídio, contra a política pública de segurança, assassina, tem a ver com que eu já senti na pele.

⁶³ Isabela Costa é filha de Joana, empregada doméstica que deixou Isabela aos cuidados de Dona Lita, mãe de Renata.

⁶⁴ Mariana Rodrigues tem 22 anos, foi adotada pela Dona Lita aos seis meses quando sua mãe Mauricea foi vítima de feminicídio.

Paula – Renata, vira uma luta com afeto, né? Você tem firmeza, você tem assertividade, objetividade na luta; mas você carrega muita ternura no seu modo de se expressar, na sua capacidade de acolher aqueles que chegam. É interessante até como é a sua relação com o Xakal⁶⁵, que começa a partir de uma história de tragédia. E como eu acho interessante que o Xakal chega na sua vida a partir da história do Bumba, em que ele perde a família. Eu estava com você naquele momento de 2010, quando morreram quase 200 pessoas, vítimas da tragédia do Bumba, em Niterói.

Renata – O Xakal perdeu o pai dele, a madrasta e o irmão e só não morreu porque estava gravando, naquela mesma noite. Hoje é meu marido lindo, maravilhoso. Sou encantada! Hoje faz parte da família mareense. [Risos emocionados.]

Claudia – A parte que eu mais gostei foi quando ela [Renata] me ligou para dizer que estava fazendo um puxadinho! Ah, que alegria, batendo a laje! [Todas riem.]

Renata – Essa coisa de bater a laje é muito louca! Eu já tinha me mudado, já tinha morado fora do país, feito tudo na vida e minha mãe: “Minha filha, bate a laje!” [Mais risos.] Meus irmãos já tinham saído de casa e tal... “Você comprou, bate a laje!”

Claudia – Já conhecia o mundo, o Rio de Janeiro... [E faz] aquela opção de casar e bater a laje! Eu falei: “Caramba, a bicha é mareense mesmo!” [Todas riem.]

Renata – E nessa época eu estava defendendo a minha dissertação de mestrado. Então, era no meio de um monte de entulho, eu escrevendo a dissertação de mestrado. E aí foi uma loucura, eu já tinha tomado outra dimensão, outro rumo na vida. E estava batendo a laje para finalizar ainda mais o umbigo na Maré! Isso é muito interessante mesmo.

⁶⁵ Raphael Lacerda é pintor e MC. No mundo do funk é conhecido como MC Xakal.

Gizele – Essa Maré que não sai da gente... A gente pode estar em qualquer lugar do mundo, a Maré não sai! Ela está cravada no nosso peito, [é] a identidade que a gente defende, esse lugar, esse território, essa terra! Que a gente nem chega a ter como direito, né? A gente ainda nem tem a documentação da nossa casa! Eu me lembro do pré-vestibular, que afirmavam todos os dias para a gente: esse lugar é nosso! Ali é que se apresentou para a gente [esse universo:] os movimentos sociais. [E também] Que Domingo é Dia de Cinema!⁶⁶ Fala desse lugar que ensinou a gente, assim como o jornal O Cidadão, a marcar na nossa pele essa favela, que faz também a gente ter um movimento de favelas. A Maré fez o Censo Maré 2000, do qual você foi recenseadora.

Renata – Entrar no pré-vestibular foi muito louco, uma consequência disso tudo. Na verdade, me interessei primeiro pelo jornal O Cidadão, depois é que descobri que ele estava dentro de uma instituição que tinha pré-vestibular comunitário. [Todas riem.] O meu irmão mais velho, o Luciano⁶⁷, queria ter feito pré-vestibular comunitário. Só que a gente morava na Nova Holanda e o pré ficava no Morro do Timbau. Então, ele tinha medo de atravessar porque eram [localidades de] grupos armados [que eram] rivais. Minha mãe tinha medo que ele atravessasse.

Claudia – Tinha toque de recolher, nesse período.

Renata – No final das contas, as pessoas que tinham trânsito livre foram as mulheres. Eu não tinha medo de ir para outro lado, mas a gente tinha medo que ele [Luciano] fosse para o outro lado e [fosse] confundido. Isso é muito louco, também! Então, o que me leva [a criar tamanho vínculo com a Maré], primeiro, foi o jornal O Cidadão. Depois eu fiz o Censo da

⁶⁶ Domingo é Dia de Cinema é uma atividade cultural que exhibe filmes e promove debates para alunos de pré-vestibulares comunitários.

⁶⁷ Luciano Costa é o irmão mais velho de Renata.

Maré em 2000, também, fui recenseadora. Foi o momento de descobrir a Maré. Morei a vida toda na comunidade, mas não sabia andar na Maré. O Censo me fez ir em todas as casas! Tinha o Ipea e o IBGE junto com a gente, trabalhando em cima da metodologia que o Censo Maré teria. No censo que fizemos, conseguimos encontrar 10 mil moradores para além do que o Censo do IBGE tinha encontrado, porque a gente ia à casa das pessoas domingo à noite. As pessoas trabalhavam a semana toda e o IBGE entendia [uma casa vazia, durante os dias úteis da semana,] como casa fechada. A gente ia lá no domingo à noite para encontrar aquela pessoa, para fazer o recenseamento dela. Foi muito louco porque a gente contou mais de 10 mil pessoas [a mais] quando a gente comparou com o Censo do IBGE, ainda que ele tivesse trabalhado com a gente, o tempo inteiro, com toda a sua metodologia. Foi uma grande descoberta: Maré, jornal O Cidadão e o pré-vestibular comunitário.

Ele [o pré-vestibular da Maré] trouxe essa carga teórica importante para mim, antes de entrar para a universidade. Eu fiz três anos de pré-vestibular comunitário – uma graduação de pré-vestibular comunitário, tamanho o abismo educacional, Claudinha! Estudei no Ciep Professor César Pernetta, no Parque União, onde você morou, Carlinha. Isso foi muito simbólico, ter feito três anos de pré-vestibular para entrar na universidade. Olha que, em casa, tinha sempre incentivos! Lembro que eu chegava cansada, depois de ter rodado a Maré inteira no Censo, deitava no sofá, e meu pai: “Toma aqui, minha filha, seu café e vai para o pré-vestibular!”. Foram várias as vezes que meu pai fez isso. É muito simbólico, dos caminhos... Porque aí vão dizer: “Renata agora tem doutorado e pós-doutorado!”. Foi facinho, foi molinho, né?! Os meus irmãos não tiveram as mesmas oportunidades que eu e nem o mesmo tempo. Meus irmãos viravam massa para levar comida para casa, pedreiros. Eles não fizeram pré-vestibular. Eles não conseguiam. Tinham de trabalhar.

Carla – A gente vê muito isso em escola pública. Quando a gente chega no ensino médio, há mais meninas do que meninos. Não é à toa que, entre a população mais pobre, esses meninos precisam ir para as ruas para trabalhar. Na minha turma, tinha 37 pessoas no mercado de trabalho. Só [havia] cinco meninos na minha turma, no ensino médio. Cadê esses homens?! Trabalhando! Meu marido fez supletivo à noite, porque precisava trabalhar, [ele era] de uma família de sete irmãos.

*Não escolhi ser defensora dos direitos humanos.
Tive de defender a minha vida e a vida das pessoas
que amo – e que ainda estão em risco.
Isso não se racionaliza, se vive.*

Renata – E isso, Claudinha, faz a gente pensar em toda essa lógica meritocrática que se vende: “Ah, se a Renata conseguiu, se a Gizele conseguiu, se a Carlinha conseguiu, vindo da Maré, todo mundo consegue!”. Mentira! Todo mundo não consegue. Nós somos exceções que confirmam a regra de exclusão, que impede que pessoas de dentro da favela, da periferia, cheguem à universidade. Depois de três anos para tentar entrar, fui estudar na PUC. Você imagina? A elite da elite carioca estava estudando lá comigo! Eu, menina preta, toda trabalhada na identidade, em 2003, que [é quando] a galera vai assumir o cabelo... Não estou falando de 2013! Cheguei na PUC com o jornal O Cidadão debaixo do braço. Já estava toda trabalhada que eu era a mareense. Então, para mim, foi um divisor de águas. “Sou a Renata Souza, da Maré, do jornal O Cidadão, jornal que faço na favela etc.” Os amigos que fiz na PUC são amigos até hoje. A PUC sempre trabalhou o jornalismo do ponto de vista do mercado de trabalho. Ia lá fazer os estágios nos sindicatos, passei pelo dos Correios, pelo da UFRJ... Lembra, Claudinha? Ali eu já fazia a minha escolha, pois não me via na mídia hegemônica.

Paula – Queria voltar um pouquinho para a história do pré. Não era só o pré. Tudo isso foi criando a sua formação política, com compreensão da realidade, escolha de se organizar para enfrentar e não se associar ao modelo, para superar todas as dificuldades, mas com a crítica à lógica da meritocracia, né? Então, eu fico pensando: o que foi que, nessa experiência, determinou essa possibilidade? O que foi, no pré e no jornal O Cidadão, efetivamente, o gatilho para você se perceber a mulher com essa potência, essa possibilidade de enfrentar e de fazer acontecer a luta?

Renata – Na verdade, a gente não se percebe, Paula. A gente segue. Não escolhi ser defensora dos direitos humanos. Tive de defender a minha vida e a vida das pessoas que amo – e que ainda estão em risco. Isso não se racionaliza, se vive. No pré-vestibular comunitário é que a gente começou a entender que o fosso ainda era mais fundo do que a gente imaginava, de que as desigualdades precisam existir para existirem os privilegiados, nessa sociedade. Para existir o rico, precisa existir o pobre. A gente vai tomando noção disso, [que] vai deixando a gente ainda mais irritada. Podia ser uma descoberta do tipo pronto, tá vendo como é que não vale a pena lutar? Você é preta, favelada e pobre, vai continuar vivenciando violências todos os dias, desde a violência na segurança pública até a violência cotidiana de não ter acesso a saúde, a educação, a saneamento básico, a casa de qualidade – porque é assim. O mundo é assim. Foi um choque de realidade muito grande, mas também foi a apresentação dos movimentos sociais que a gente conhece. É no pré-vestibular que se descobre o MST, a Floresta da Tijuca, uma floresta enorme no meio do Rio de Janeiro, o NPC. Vamos conhecer outras iniciativas de comunicação. O pré-vestibular abre essa porta do mundo para a gente. E isso é que foi muito interessante. Eu estava fazendo pré-vestibular comunitário e indo lá na chacina do Borel, em 2004, entrevistar as mães, pelo NPC. “Nós vamos processar o

governador do estado” – coloquei isso na matéria! Caramba! “Nós vamos processar o governador do estado!”.

Claudia – Quando eu falo sobre a importância dessa geração... Vocês não puderam contar com as associações de moradores. Foram vocês, com a ajuda dos pré-vestibulares espalhados em diversos cantos da cidade, que trouxeram a favela de volta para o noticiário. E [está aí] a importância de se tratar desse assunto.

Renata – Claudinha, vou te dizer mais: fomos nós, da favela, que trouxemos a necessidade de não ir avisar sobre quem é morto pela polícia. Foi uma virada de chave, junto com os movimentos sociais. Quando a gente fez manifestação, por exemplo, em 2006, com o assassinato do Renan, morto no dia da eleição... Era sobrinho do meu ex, [foi] assassinado pela polícia. E eu ouvi o tiro porque eu estava na [rua] principal, numa esquina, e ele foi morto na outra esquina. Eu vi quando a polícia passou e atirou [nele]. Eu corro para me esconder e, quando eu chego lá na ponta, todo mundo: “Renata, foi o filho da Beta!”. Naquele dia a Maré virou uma praça de guerra! Os movimentos sociais têm de vir para a favela. Não dá mais para o movimento social ficar fazendo manifestação no Centro da cidade, em frente à Alerj. Tem de fazer dentro da favela! Foi muito duro, difícil, [ver] uma criança de 3 anos assassinada muito próximo da gente. [Renan era] Praticamente da minha família.

Marielle conheço lá no pré-vestibular, em 2000. Na verdade, tinha feito parte da primeira turma, mas a gente só se conheceu em 2000 porque ela engravidou da Luyara⁶⁸, depois ela voltou. Ela entra na PUC em 2002, eu entro em 2003. E ela já estava naquele papel dentro do Ceasm, na época, como secretária. Ela fazia toda a relação do Ceasm com a PUC. A Marielle já estava em outro lugar dentro da instituição, uma

⁶⁸ Luyara Franco é CEO da Lubuntu, cofundadora do Instituto Marielle Franco e estudante de Educação Física na UERJ. Também é flamenguista e funkeira, alguns dos legados de sua mãe, Marielle Franco.

relação de trabalho. Nesse ínterim, a gente fazia muita coisa juntas. Em determinado momento, ali no jornal O Cidadão, botaram a Marielle no Conselho Editorial do jornal.

Carla – Tem esse lugar da defesa, uma institucionalidade por trás. Acho que esse movimento foi superado pelo conjunto de comunicadoras e comunicadores. Precisamos mais disso. Podemos seguir por conta própria.

Claudia – Quero só fazer uma declaração, gente. Estou muito impactada com a frase da Renata: “Nós não temos escolha a não ser defender os direitos humanos”. Há uma tremenda diferença entre nós duas, minha querida. Eu tive essa escolha. Decidi que ia ser defensora dos direitos humanos depois da Chacina da Maré. Quero deixar registrado que existem diferenças: gente que tem escolha e gente que não tem. Eu não sabia [disso] até hoje. Obrigada por me ensinar!

Carla – Claudia, ela me ensinou isso antes! Quando ela decidiu se candidatar, eu falei: “Você é maluca? Tá doida, mulher? Marielle acabou de ser assassinada! Como é que você vai pra política?” Então ela me falou: “Onde você tá segura, Carla? Na sua casa? Eu não estou, na minha. Eu vou pra rua!”. Essa perspectiva mudou completamente a minha forma de olhar a política que mulheres como a Renata fazem. É uma política que nasce na dor do cotidiano. Não tem escolha. O que ela me disse foi muito revelador. Ela não tinha escolha porque ela não estava segura, em casa. Em casa, na rua ou na política, ela está sempre na vulnerabilidade. Ir para a rua não é [nesse caso] uma opção, é a única forma possível de tentar transformar essa insegurança cotidiana que as mulheres negras, pobres e faveladas vivem no Brasil.

Renata – A política que nasce na dor do cotidiano. Racionalizar tudo isso é muito difícil porque o que mexe com a gente é algo completamente racional, subjetivo. É a defesa da própria vida. Isso você não racionaliza. Você defende a possibilida-

de de estar viva, de amigos e parentes estarem vivos. Sempre soube que não vai existir lugar de conforto para a gente, para quem é da favela, para quem é preto, nessa sociedade. Mas eu estava fazendo uma trajetória que, até então, eu estava achando mais confortável. Estar na academia e virar uma professora é para onde eu estava caminhando. Em 2018, houve aquele concurso da UFF. Não fiz porque quebrei o braço. Eu quebrei o braço no dia 14 de fevereiro. E a Marielle foi morta no dia 14 de março, numa mesma quarta-feira em que eu quebrei o braço, na Quarta-Feira de Cinzas. Eu estava numa trajetória em que eu sabia o que eu queria fazer: “Vou dar aula”. Já estava no doutorado. Então [esse] era um caminho, em tese, confortável. Minha dissertação de mestrado foi sobre o jornal O Cidadão.

A tese de doutorado foi a Maré sob uma perspectiva da militarização da segurança pública, que é devastadora. Enquanto uma intelectual orgânica, eu estava caminhando nesse sentido, que era confortável. Girar isso tudo, diante do assassinato da Marielle, não foi uma escolha pessoal, nem racional. Foi uma conjunção de pessoas que vieram: “Renata, é importante você se candidatar”: gente da política, do PSOL, foi uma movimentação. Eu dizia: “Gente, vocês estão loucos! A gente precisa cuidar da família da Marielle!”. Tanto é que a última a decidir fui eu. Só decidi depois que eu conversei com a família da Marielle. Era importante ouvir o que eles achavam sobre isso. A fala do Toinho⁶⁹, pai da Marielle, foi muito emocionante. Ele falou para mim: “Renata, algumas pessoas vão dizer que foi oportunismo, mas foi você que eu vi com a minha filha o tempo inteiro, de braços dados. Não vou dizer que vou fazer campanha porque não consigo fazer campanha, mas o que você precisar de mim você vai ter. Então, Renata, você precisa vir candidata”. Foi muito forte naquele momento porque o Toinho, para onde a gente ia, lá para a birosca dele, na Maré, ele falava: “Se eu conheço alguém na política junto com a Marielle é você”.

⁶⁹ Antonio Francisco da Silva é pai de Marielle Franco.

Claudia – Vocês fundaram juntas o núcleo do PSOL na favela?

Renata – Fundamos. Em 2006 aconteceu o [lançamento do] Primeiro Congresso do PSOL na Maré, no Parque União. A gente sequer era filiada ao PSOL, mas a gente estava ali disputando o PSOL. “É diferente mesmo do PT? Então mostra aí!” O lançamento foi na Maré. Eu, Alexandre⁷⁰, Mariluce⁷¹, Leo⁷² organizamos a Praça do Parque União e fizemos o lançamento do Primeiro Congresso. Há quem diga que é mentira, ainda bem que tenho fotos! [Todas riem.] O lançamento foi lá, mas o congresso foi na UFRJ da Praia Vermelha, com a presença da Heloisa Helena⁷³, candidata à presidenta, Marcelo Freixo, Chico Alencar, todo mundo do PSOL lá. O Alexandre era filiado [ao PSOL]. Na verdade, o único filiado era ele. Nem Marielle era. Então a gente falou: “Se vocês querem fazer diferente, tem que ser assim”.

E a gente já tinha feito assim, a gente abriu a nossa casa. A laje da minha casa foi, diversas vezes, palco das reuniões com Freixo, com Marielle... A gente se dividia entre as nossas casas para fazer os debates políticos. Foi um período de crescimento político muito importante. Lembro que, na campanha de 2006, o [nosso] candidato era o Marcelo Freixo. Naquele momento, ninguém era eleito por defender os direitos humanos. DH é uma pauta tão discriminada, tão criminalizada que as pessoas não votam em você porque você defende os direitos humanos. Votam porque você defende as mulheres, os pretos... Defender os direitos humanos é defender acesso à água, ao esgoto, [à] educação, [à] comunicação e à vida. Não temos pena de morte e, se tivéssemos, defenderíamos os direitos humanos [contra a pena de morte]. Lembro que eu conheci o Freixo em um debate no NPC, sobre mídia e violência, e na Renajorp [Rede Nacional de Jornalistas Populares].

⁷⁰ Alexandre Dias é cria da Maré e professor de História.

⁷¹ Mariluce Nascimento é cria da Maré e produtora cultural.

⁷² Léo (Leonardo Melo) é cria da Maré e economista.

⁷³ Em 2006, Heloisa Helena foi candidata a presidente pelo PSOL.

Claudia – Tudo foi criado naquele período! Não existia comunicação [comunitária] sem a Renata. Aí a gente criou a Renajorp, que reunia jornalistas do Brasil inteiro e muitos jornalistas aqui do Rio de Janeiro. A gente queria duas coisas: uma, a tal da assinatura, como jornalista assinando, dar carteirada mesmo! Outra coisa era proteger os comunicadores populares que moravam nas favelas. E, aí, a Renata – olha eu contando a história dela [risos] – e eu ficamos muito juntas. Eu trabalhava no movimento sindical, no mesmo [sindicato] que ela trabalhava. [Renata] trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, depois foi convidada para o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do lado da casa dela. E, de lá, saiu direto para o gabinete do Marcelo Freixo.

Paula – Aí, Renata, antes de você falar sobre o gabinete, quero contribuir, nesta escada, para você falar sobre as experiências. Lembro, quando a encontro, de ficar muito impressionada com seu foco. Lembro da gente no mandato, num planejamento de um sítio incrível em Mauá, um lugar lindo, com rio cristalino passando, uma casa maravilhosa, todo mundo se divertindo entre as atividades do planejamento e, nas horas vagas, Renata estava num laptop. Ela estava fazendo projeto para tentar entrar no mestrado da UFRJ. Hoje, agora, nesta conversa, eu entendo, Renata. Queria que você confirmasse se a minha impressão está correta, ou não, de que tudo que você fez na vida acadêmica também foi para se fortalecer nessa sua escolha de estar em um lugar de luta. Vejo com mais nitidez o quanto têm tudo a ver a sua trajetória parlamentar, a acadêmica e a militante; como a comunicação vira um instrumento de fortalecimento para você lutar; e como tudo isso, em torno, vai lhe dando mais força ainda. Queria saber se você confirma essa minha impressão de que todo esse foco era alimentado por essa raiva, por essa indignação e necessidade de estar mais forte para fazer a sua luta.

Gizele – Quero acrescentar uma coisa. É o seguinte: a gente, na favela, tinha uma certa desconfiança da imprensa e dos políticos. Era um incômodo. Quando alguém morre, [se escreve na imprensa que] morreu mais um bandido. Tinha raiva de jornalistas! Você virou jornalista para “curar” essa raiva? E como a Renata entra para a política institucional? Como você supera o ranço pela política e entende que aquele é um lugar de luta? E tem outra: favelado não votava em favelado! [Todas riem.] A gente teve candidatos na Maré que nunca se elegeram. Como você enxerga esse espaço e migra da militância para a política institucional?

Renata – Eu lembro como Freixo me convenceu a fazer a campanha dele, em 2006. Como assim? A gente vai perder mais um militante dos direitos humanos! E o Marcelo fez a seguinte construção: “Os nossos inimigos estão se candidatando. A gente vai ter Marcelo Itagiba⁷⁴, Álvaro Lins⁷⁵, que vão tacar fogo nas favelas. Não dá para eu não me candidatar”. Ele me convenceu no ato! A gente na favela não faz campanha, dificilmente a gente faz. Uma das primeiras campanhas que fiz foi para a Benedita. Mas essa coisa de fazer campanha não era algo que eu estava no meu lugar. Na época, me identificava muito mais como anarquista do que para operar pela institucionalidade. Isso estava completamente fora de qualquer possibilidade para mim. Mas, ao mesmo tempo, eu entendi – e o dia da eleição foi muito marcado por isso – que a gente estava fazendo campanha para o Marcelo Freixo, naquele 2 de outubro de 2006.

A gente estava na rua, porque a Maré tem a rua principal com vários colégios eleitorais. [Em dias de eleição] os Cieps viram colégios eleitorais, assim como o da Nova Holanda,

⁷⁴ Marcelo Itagiba é delegado da Polícia Federal. Foi deputado federal (PMDB e, depois, PSDB) e secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2004-2006).

⁷⁵ Álvaro Lins foi delegado e chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi demitido pela corporação em 11 de março de 2009. Também foi deputado estadual (PMDB), teve seu mandato cassado em 2 de agosto de 2008.

onde eu votava. Eu estava nessa esquina da Teixeira. A próxima esquina era a da Nova Holanda, onde o Renan⁷⁶ foi morto. Eu estava ali na rua, dia de eleição era uma grande festa na favela. É quando os políticos chegam com malas de dinheiro, pagam todo mundo... O churrasco, a cerveja, pagam tudo! E pagam os votos... Ainda é assim, uma festa em cada esquina! A gente estava lá pedindo votos para o Freixo, não tinha nem bandeira. [Todas riem.] A gente nem sequer conseguiu fazer isso [a campanha], porque era meio-dia quando a polícia matou o Renan. Nem cheguei a vê-lo baleado, porque chegou um carro que logo o levou dali. Levou [Renan] junto com a vó, o Renan estava com ela, de mãos dadas [na hora do crime]. Foram os policiais do Batalhão da Maré que mataram o Renan. E o batalhão ficava no final daquela mesma rua.

Todo mundo foi [então] com paus e pedras nas mãos, em direção ao batalhão. Virou uma guerra! E os policiais com seus fuzis em riste. A gente achou que ia virar um massacre.

Naquele momento a gente tava com a Eliana⁷⁷, da Redes da Maré, hoje. Então, a gente liga para o Marcelo Freixo: “Vem cá, porque a gente precisa de alguém que negocie!”. O Marcelo era esse cara da negociação, dentro dos presídios. A gente precisava de alguém para negociar com o comandante do batalhão, que não queria ouvir ninguém. A gente viu que os moradores podiam ter sido metralhados. Fomos para a frente do batalhão e fizemos um cordão com o nosso corpo. Se os moradores tivessem invadido o batalhão, teria sido uma carnificina. [Silêncio absoluto.] Naquele dia, a gente perdeu mais uma criança. Virou uma grande farsa, a eleição.

“Para que a gente vai votar, se isso continua acontecendo?” O que estava sendo publicado na mídia é que os traficantes tinham invadido o Colégio Nova Holanda para roubar as urnas. Olha que loucura! Como era meu colégio eleitoral, eu tinha

⁷⁶ Renan da Costa Ribeiro, de 3 anos, foi assassinado em 1º de outubro de 2006.

⁷⁷ Eliana Souza Silva é diretora e fundadora da Redes da Maré, organização que articula suas ações no sentido de garantir e ampliar direitos a grupos sociais diversos.

de votar e eu não queria mais. Me lembro que o Marcelo saiu de Niterói e foi para lá. Falei: “Marcelo, olha que merda, nada disso faz sentido!” E ele dizia: “Renata, a gente precisa estar lá”. Lembro que ia dar 17 horas e iam fechar as urnas. Atravesso a rua principal e, quando entro no colégio, não sei o que aconteceu. O Exército já estava lá, ele sempre vai para as favelas em dia de eleição, desde 1992. Eles engatilharam para o meu lado. Aí foi outra correria! Mas corri para dentro do colégio. Devo ter sido a última pessoa a votar.

Paula – A gente fala muito sobre o mandato como instrumento de luta. Como você vê o mandato? O que você tira como aprendizado, dessa experiência? Falo isso lembrando dos quatro anos que a gente conviveu ali, diariamente, em uma luta que não era pelo parlamento em si – a gente se articulava pelos direitos humanos. Cada criança que morreu [assassinada pela polícia], eu lembro do Estado. Às vezes era você ou a Gizele, ligando: “Aconteceu uma coisa horrível!”. Quando você chegava lá depois de uma tragédia, você falava: “Paula, a gente tem de fazer alguma coisa”. O que você tira de melhor, desse período [de exercício de mandato]?

Renata – Paulinha, quando você fala sobre a dor que eu senti em cada vítima, cada morte na favela pelo braço armado do Estado... Todos os relatórios da Comissão de Direitos Humanos⁷⁸ foram editados por mim. Foi uma oportunidade que tive. Eu tentava humanizar aquelas vítimas. Porque a gente tem sempre essa coisa do número – foram tantas as vítimas da violência policial. E eu dizia: “O relatório da Comissão de Direitos Humanos tem de humanizar quem são essas pessoas, quais são as suas histórias, quem são essas mulheres”. Claro, respaldando também até onde podíamos ir com aquelas famílias. É um trabalho do qual tenho muito orgulho de ter feito, durante esses dez anos que o Freixo presidiu a Comissão de Di-

⁷⁸ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj.

reitos Humanos: editar e conseguir consolidar uma metodologia de trabalho que humanizava essas vítimas e suas famílias.

Estou convencida de que a revolução está nas ruas. É ali que a gente vai fazer a revolução. Mas a gente precisa estar dentro dessas casas legislativas para pautar, vocalizar lutas essenciais para a nossa população. Passar todo aquele processo de campanha da Marielle [foi] um processo muito interessante. A gente sabia que a gente tinha feito um mandato bem-sucedido com o Freixo, mas que a Marielle era outro perfil. A gente precisava dar conta de outro tipo de campanha política. Eu coordenei a campanha dela em 2016 e aí a gente já está com muita força. O lugar da mulher preta dentro da política, a forma de construir [esse papel] a partir do cotidiano dela, que foi mãe cedo e que também podia vocalizar a mulher-mãe, a mulher preta, mãe da favela, no parlamento: a gente estava trabalhando muito esses temas, que eram novidade, naquele momento. Hoje, a gente vê outras mulheres pretas trabalhando isso. Quando a gente trabalhou a candidatura da Marielle, isso tudo era novidade. Saímos de um homem branco dos direitos humanos para uma mulher preta e favelada, que tinha uma filha saindo da adolescência. Olha a diferença que a gente tinha que trabalhar, em termos de comunicação! É um giro da luta das mulheres na política. Tinha um Eduardo Cunha⁷⁹, que tentava criminalizar ainda mais o aborto, mesmo em caso de aborto previsto em lei. Tínhamos o acesso das mulheres [como questão-chave], em 2015. A gente precisava colocar nossas mulheres lá [no parlamento]. A partir desse debate que a gente amadureceu em 2015, a gente se deu conta de que esses homens [como o Eduardo Cunha] estavam legislando sobre o corpo das mulheres!

A candidatura da Marielle Franco e da Talíria Petrone vieram paralelamente, trazendo esses debates, em 2016. A gente consolidou isso com muita força. Durante todo o processo eleitoral junto com a Marielle, chegava na casa dela às 7 da

⁷⁹ Eduardo Cunha foi presidente da Câmara dos Deputados e deputado federal (PMDB), teve seu mandato cassado em 12 de setembro de 2016.

manhã para tomar um café na casa dos pais dela [todas riem] e entendia que ter mulheres pretas de favela [na política] era uma demanda da população e é uma demanda ainda hoje. Quando a gente chegava na rua com Marielle e com Talíria, sempre foi um furacão! Marielle é eleita a segunda mulher mais votada da cidade do Rio de Janeiro, a quinta mais votada entre os homens, também, e a gente entende que aquele mandato também teria que ser construído com as bandeiras centrais que a gente já tinha trabalhado na campanha. Tivemos uma Coordenação de Negritude, uma Coordenação de Favelas, que eu coordenei, uma Coordenação de Mulheres, de questão de gênero.

Na verdade, a gente uniu todo o debate feminista LGBTQIA+. Hoje, [agradeço] ter participado dos processos de todos esses mandatos tão significativos para o Estado do Rio de Janeiro – e acho que a Marielle fazia uma política de [nível de] estado, apesar de ter sido vereadora da cidade do Rio de Janeiro, quando pautava a segurança pública no plenário da Câmara dos Vereadores. Tinha todo esse aspecto de como a gente podia consolidar esses mandatos de forma a não serem mandatos burocratizados.

Precisou um cara branco, do campo do Direito, dizer isso [feminicídio político] para que as pessoas, até as do nosso campo, comessem a se apropriar da expressão.

Quando chegou todo o processo de assassinato da Marielle, resultado de um feminicídio político, constatei que a gente não pode perder tempo. A gente tem que dizer o nome das coisas no campo da política, da sociologia, do direito. O que não se nomeia não existe. E feminicídio político existe. Do-

rothy Stang⁸⁰ e Patrícia Acioli foram vítimas de feminicídio político. Ainda que completamente diferentes, foram mulheres que estavam em linhas de frente para promover mudanças estruturais.

Dorothy Stang estava lutando pela terra, pela possibilidade de pequenos agricultores terem o seu lugar. A Patrícia Acioli⁸¹ estava lutando contra os grupos armados, contra as milícias em São Gonçalo. Foi a juíza que mais prendeu grupos de extermínio e milicianos em São Gonçalo. Quando falo de feminicídio político, para mim também é uma questão política, sociológica e histórica de formação do nosso país. O feminicídio é uma construção social do patriarcado. Feminicídio político quase é redundante, porque a gente está falando sobre a mesma coisa, porque é a política que naturaliza o assassinato de mulheres. Como é que a gente coloca dois conceitos tão fortes, juntos, para que a gente possa visibilizar iniciativas que protejam a vida das mulheres também dentro da política? Não falo só sobre a política institucional – tanto que mencionei Dorothy Stang e Patrícia Acioli. Falo sobre mulheres como [estas que estão aqui me entrevistando:] Gizele, Claudia, Paula e Carla, que lutam pela transformação social e que, nesse sentido, também se colocam numa linha de frente perigosa. O Brasil é o país que mais mata mulheres pretas. Marielle era uma mulher preta. O Brasil é o país que mais mata população LGBT, em especial, trans, que [aqui são as que] mais morrem no mundo.

Também Marielle, uma jovem negra de favela, é executada e criminalizada logo depois do seu assassinato! O mesmo acontece todos os dias, com tantos jovens pretos assassinados na periferia. Marielle, em seu corpo e essência, juntou uma série de símbolos do que é o corpo matável na nossa sociedade: uma mulher preta, favelada e LGBT. O conceito de feminicídio político abarca isso tudo. No pós-doutorado que fiz na

⁸⁰ A irmã Dorothy Mae Stang, que fazia parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Comissão Pastoral da Terra, foi assassinada em 12 de fevereiro de 2018, no Pará.

⁸¹ A juíza Patrícia Acioli foi assassinada em 12 de agosto de 2011, no Rio de Janeiro.

UFF, eu trabalhei em cima do conceito de feminicídio político. A academia tem papel fundamental nesse processo de promover a mudança radical em nossa sociedade. Essa trajetória tem a ver com um pouco de escolha política que a gente precisa fazer. A academia, em si, é um espaço de poder, afinal de contas, é o espaço onde você está produzindo conhecimento e saber.

Carla – Por isso é fundamental que pessoas como você e a Gizele estejam na academia, para colocar o sistema em pauta e dando visibilidade [a isso]. Parece que foi naturalizado esse jogo de poder que você observa na política e também ocorre na academia. As coisas estão em seus lugares e é muito confortável que permaneçam assim. Quando você se levanta e fala “Não é estranho só ter autores homens, autores brancos?” [e ouve:] “Ah, mas sempre foi assim...”. E ainda me questionam: “Você é uma mulher branca, mas vai usar bibliografia de mulheres negras?”. Eu digo: “Sim”. Na verdade, é muito conveniente que as coisas permaneçam como estão. Sempre que a encontrava, perguntava pelo doutorado. Queria ver você doutora! É fundamental que a gente também se apoie e apoie mulheres que vêm da periferia, pretas, pobres, para que possam trazer suas vozes para a academia. E consolidar [assim] uma forma de conhecimento que é muito válida, porque olha para a experiência e transforma essa experiência em teoria.

Renata – E nisso, Carla, quando você fala nessa experiência, foi muito louco! A Marielle foi assassinada! Saiu o mapa do feminicídio e me dá esse clique: “Marielle foi vítima de feminicídio político!”. Então começo a falar sobre isso logo depois que a Marielle foi executada. Imagina: quem é que vai se apropriar desse conceito? Teve uma homenagem que a família da Marielle fez logo no ano seguinte, em 2019, na Redes da Maré. Eu falava que estava defendendo o conceito de feminicídio político para denominar o que aconteceu com a Marielle Franco. Fui julgada até por intelectuais brancos – me disseram: “Isso vai esvaziar o caráter político do assassinato da Marielle!”. Eu

respondi que ia continuar usando sim, porque reforça o assassinato político, tudo o que está por trás do assassinato da Marielle. Ela foi escolhida a dedo!

Carla – Tem a ver com o gênero...

Renata – Não tenho dúvida disso! Fui desaconselhada a usar a expressão feminicídio político. Nesse dia, foi muito simbólico para mim quando a família da Marielle fez essa homenagem. Enquanto um homem branco não falar sobre esse conceito, ninguém vai dar atenção a ele. Foi quando o STF estava votando se federalizava ou não o caso da Marielle que o Rogério Schietti⁸² disse: “Bom, me parece que se trata de um feminicídio político, como cunhou Renata Souza na matéria tal, artigo tal, publicado n’O Globo”. Precisou um cara branco, do campo do Direito, dizer isso para que as pessoas, até as do nosso campo, começassem a se apropriar da expressão. Isso é muito sério para mim, porque isso é epistemicídio!

Gizele – Falando em favela, agora vou falar sobre o meu lugar de fala. Sou uma anarquista, favelada e tive a honra não só de participar da campanha da Rê... Eu digo que preciso estar com ela! Porque a gente tem uma construção de décadas de companheirismo. Mais do que companheirismo, de irmandade! Quando a Rê ganha, fiquei feliz para caramba; mas, ao mesmo tempo, superpreocupada. Mas eu já tinha certeza que ela faria diferente. E trabalhar nessa mandata me mostrou como se faz uma política na rua. A Rê, na sua trajetória dentro da Alerj, nunca deixou de ter uma equipe trabalhando dentro das favelas. A gente, todo dia, batia uma agenda de quem estaria em tal favela, superpreocupada também com o andamento da Comissão de Direitos Humanos, e a gente pôde trazer outras questões relacionadas aos direitos humanos para a comissão. Fiquei superfeliz quando você esteve como presidenta daquele lugar,

⁸² Rogério Schietti Machado é juiz e ocupa o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 2013.

porque era uma mulher preta que já debatia segurança pública, já debatia direitos humanos e que tinha outra sensibilidade para tratar aquelas vítimas [da ação criminosa do Estado].

A Comissão de Direitos Humanos também me ensinou muita coisa, para além da política de segurança pública e [sobre] diversas outras vulnerabilidades [cujas pessoas carecem de proteção]. E a comissão [atuou] com essa integração de várias pautas importantes (gênero, raça, a questão da saúde mental, também) e esse mandato vai me marcar para a vida [por conta da sua] atuação durante a pandemia, quando você pensa ali a [ação da] comissão de enfrentamento e combate à miséria e pobreza, enquanto eu estava lá, na linha de frente, na Maré, trabalhando a comunicação comunitária, que a gente aprendeu juntas. Pautamos [o combate à] fome por lá e a sua mandata inteira trazia isso! Você, ali, rapidamente, com a sua equipe, apontou que a favela estava precisando de comida! A favela e o nosso país estão voltando ao mapa da fome. Antes de termos dados sobre o mapa da fome, você já estava paupando, em 2020: é Covid, é fome, é tiro. Precisamos avançar e você pensou um fundo para apoiar coletivos de favelas que estavam na linha de frente. Só que você nunca saiu desse lugar, né? Você pensa política aqui [na Alerj] e com a sua equipe você pensa política na favela. Queria que você falasse sobre isso, porque isso me marca de um ponto como militante, defensora [dos direitos humanos], jornalista, pesquisadora; mas também como alguém que tem a honra de ver seu trabalho e de acompanhar de perto tudo isso. Não é para a população da favela; é com ela que você faz política!

Renata – Nossa, é muito importante lembrar disso, porque a gente fala de 2020 como se fosse há 20 anos, e diante de toda a situação que a gente está vivenciando, ainda, com a Covid. Foi muito estressante todo o processo [de enfrentamento] da Covid, em 2020. Eu estava viajando quando explodiu, né? Inclusive, eu tinha ido para a Espanha, para Madrid, a convi-

te do Museu Reina Sofia⁸³, para falar sobre o feminismo e o feminicídio político de Marielle. No dia 8 de março, houve a manifestação de mulheres aqui no Brasil. Eu chego no dia 9 [na Espanha], para fazer essa palestra no museu onde fica Guernica, a obra incrível do Picasso. Ai tem a Covid e começa todo o processo. Espanha vira o epicentro e eu ali, presa, querendo voltar. [Risos.]

Volto no dia 13 e tudo fecha no dia 15. Fiquei apavorada, todo mundo apavorado. Como é que faz com a favela? Ela vai ser dizimada! Ninguém vai usar máscara na favela! No final do mês de março e início do mês de abril, a gente faz uma reunião grande por Zoom, com várias lideranças comunitárias, com o presidente da Fiocruz, com o vice-reitor da PUC, com o presidente da Alerj. Vamos criar um programa de enfrentamento à Covid-19 nas favelas! A gente aprovou o programa, naquela coisa emergencial. O que se podia fazer diferente? Entender que a política pública precisa ser formulada a partir da população. E quando você traz [a população], ela [a política] vai virar lei. Se não for executada, é lei morta.

Chamo o André Ceciliano⁸⁴ na conversa e digo que precisamos de dinheiro para esse programa: R\$ 20 milhões! Sento com a Fiocruz e digo que a gente precisa fazer um programa que caiba nesse orçamento. A gente faz o programa e chega na Alerj, pedindo para [ele] ser aprovado. No meio daquela loucura, todo mundo precisando comprar respirador, a Secretaria Estadual de Saúde rouba, superfatura os respiradores, e a gente estava com um programa de R\$ 20 milhões que a gente não podia fazer com a Secretaria Estadual de Saúde, que já estava com aquele problema. Então, procuramos a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, no governo do Crivella. Conversei com a Secretária e ela me disse que não podia aprovar o recurso porque

⁸³ Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, localizado em Madrid, é um dos principais museus de arte moderna da Espanha. Foi inaugurado em 10 de setembro de 1992.

⁸⁴ André Luiz Ceciliano é presidente da Alerj e deputado estadual (PT).

também estava com um grande problema, um negócio assustador na SMS⁸⁵.

Aí eu vou para a Nísia. “Pelo amor de Deus, a Fiocruz precisa ficar com esse dinheiro!” [E ela:] “Renata, nós temos o teto de gastos...”. O teto de gastos impede que aquela instituição gaste mais do que o previsto pelo seu orçamento. Se ela gastar mais, o gestor vai ter de prestar contas, mesmo tendo no cofre os R\$ 20 milhões. Olha o problema que a gente tem! Então, a gente consegue pegar um pouco disso e a Fiocruz faz o seu primeiro edital desburocratizado. A ideia era de iniciativas de combate à Covid dentro das favelas e periferias. São cerca de 40 iniciativas que foram beneficiadas. A Fiocruz vai abrir outro edital, mas o primeiro edital já foi muito surpreendente, para mim. Foi a Fiocruz que fez todo o processo de avaliação, de edital público, acompanhamento. A gente também contribuiu para um curso para que as pessoas pudessem saber quais documentos elas precisavam para submeter ao edital.

Eu sei é que tem ações de entregas de alimentos às favelas e periferias, cozinhas comunitárias (então, tem cozinha, na Maré, na Frente Maré, que foi beneficiada), tem cozinha na Cidade de Deus. E lá ainda colocaram [para trabalhar] os jovens em situação de conflito com a lei e [que] estão indo lá aprender a cozinhar.

Tem a cozinha aqui da Lapa, do MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e que se juntaram ao Movimento Unido dos Camelôs, o MUCA. Tem uma [outra] cozinha aqui na Lapa que também foi beneficiada. Então, foi matar a fome, de primeira hora. Tiveram outras iniciativas que são muito lindas também, por exemplo, [de apoio às] mulheres gestantes.

Só agora estão aparecendo os dados da pandemia, o aumento da mortalidade materna em decorrência da Covid. A gente conseguiu projetos com ações com gestantes, durante a Covid. Tem favelas, a favela da Linha, lá em Campos dos Goytacazes, que eu nem sabia que tinha recebido. Então, Gi,

⁸⁵ Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

quando a gente passa desse processo da Comissão de Direitos Humanos, que sempre foi para a gente o apagar de incêndios, a gente começa com outro processo, na Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria e Combate à Pobreza, de agir antes do braço armado do Estado [chegar à favela], de agir produzindo políticas públicas a partir desse lugar.

Sendo assim, tem trabalhos com as gestantes, com as cozinhas solidárias, com [cuidado da] saúde mental, trabalhos com levantamentos de dados e com pré-vestibular comunitário. Enfim, o que a gente construiu é de uma riqueza enorme! Hoje, em diálogo com a Fiocruz, a gente acompanha os projetos juntos. Esse é um programa que a Fiocruz vai implantar no Brasil inteiro. A gente vê a política pública se iniciando como tem de ser, ter um orçamento e ela virar uma política pública. Isso graças ao trabalho de todo mundo.

Claudia – Essa foi a sua principal atuação, nesses anos difíceis de pandemia?

Renata – Foi a nossa principal atuação. A gente está com essa comissão especial que encerra agora e a gente abre a frente do combate à fome, junto com todo mundo, com o Galpão da Cidadania, junto com as ações solidárias dentro das favelas. A gente abre essa frente agora, encerrando esse ciclo, porque ele foi muito importante. Consegui, com essa comissão especial, rodar os principais municípios do Rio de Janeiro. Foram quase 30 municípios com essa comissão especial. Estão fazendo levantamento também com o Supera Rio, principal programa de distribuição de renda, mas que não chegou até as pessoas: [são] todas as denúncias que a gente faz hoje ao Ministério Público, com relação à execução perversa e sem qualidade nenhuma [da política pública], [por isso é] que hoje a gente tem mais de 92 mil beneficiários que deixaram de receber [o auxílio].

Fora os 15 mil cartões que foram roubados! Então, a pessoa que deveria receber não tá recebendo, [mas] alguém tá

recebendo. Pode estar acontecendo de tudo! O Governo do Estado manda o nome da pessoa. Ele não manda o CPF, nem endereço, nem telefone. Cheguei em prefeituras que [as cidades] tinham 10 mil pessoas que a prefeitura considerava numa situação de pobreza e essa mesma prefeitura, que é fechada com o Governo do Estado, o governo só mandou mil cartões. E quantas pessoas tinham ido lá pegar? Quinhentas pessoas. Não conseguiam achar as outras pessoas, por falta de dados. E, aí, o governador Cláudio Castro [gastou] mais de R\$ 20 milhões em propaganda, em tudo quanto é lugar. Você vai ao shopping, tem propaganda do Supera Rio, mas sem a qualidade do serviço.

Então eu acho, Claudinha, que essa foi uma grande atuação durante a pandemia e que reverberou uma política pública importante. Mas o ponto crucial do nosso mandato foi a denúncia do Wilson Witzel, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, à ONU, por crime contra a humanidade. Utilizar um helicóptero como plataforma de tiros: isso é proibido até em países em guerra! Isso é crime! Acredito que esse foi o primeiro momento. Só tinha quatro meses de mandato, presidindo a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj, faço essa denúncia. Tenho uma resposta imediata do ex-governador e juiz Wilson Witzel, que foi a um evento com a Polícia Civil e com a Polícia Militar dizer: “Aquela deputada lá tem de ser cassada!”. No dia seguinte tinha um pedido para cassar o meu mandato assinado pela bancada governista, mas que juntou ali com a bancada fundamentalista religiosa, com a bancada da bala... Foi uma perseguição, de imediato, ao que a gente estava fazendo. E, depois disso, a gente conseguiu negociar aqui.

Fui para a imprensa, também nos órgãos internacionais. Porque eu denunciei: é isso e eu já vi! Onde mora o racismo? Onde mora um possível feminicídio político? Com quatro meses de mandato na Alerj, o governador imediatamente pediu e a Alerj acatou [o pedido para iniciar o processo de cassação]. Naquele momento tinha cinco deputados presos pela

Operação Furna da Onça e que tomaram posse na cadeia! Que moral a Alerj teria para cassar o meu mandato de quatro meses porque denunciei o Witzel para a ONU e para a OEA? Essa é a lógica de inviabilizar e acabar com a possibilidade de ter mulheres pretas, como nós, na linha de frente da política.

O Witzel era o cara que dizia que ia mirar e atirar na cabecinha! Ele teve uma chacina nas costas dele, enquanto o Claudio Castro, que nunca falou que era para mirar e atirar na cabecinha, [também] tem dezenas de chacinas sob o comando dele. Isso é importante para a gente olhar como é que se opera a política de segurança, ainda mais em um ano eleitoral. Dentro do mandato, tem esses elementos. E, claro, algo do qual tenho muito orgulho de ter feito foi a Lei Ágatha Félix⁸⁶, a lei que garante prioridade [de apuração de responsabilidades] no caso de crianças e adolescentes assassinados. Para essa lei passar foi um sufoco! Fui ameaçada e humilhada no plenário, com uma violência política muito forte [voltada] contra mim. Mas a gente conseguiu passar!

Ágatha Félix foi uma criança de 8 anos, morta no Complexo do Alemão [pelo Estado]. Conversando com a Vanessa, mãe da Ágatha, a partir das audiências públicas feitas na Comissão de DH e com a ajuda da defensoria, apresentamos essa lei e conseguimos sua aprovação. Só para você ter uma ideia, já foi utilizada como prioridade na investigação no caso do Henry Borel⁸⁷, menino assassinado pelo padrasto e vereador miliciano. [E não basta] fazer uma lei como essa, a gente ainda precisa cobrar [seu cumprimento]. Por exemplo, depois da Lei Ágatha, foram assassinadas Emily e Rebeca⁸⁸, duas crianças pretas da mesma família, que eram primas, em Caxias. A luta hoje é que a Lei Ágatha funcione para elas, se funcionou para o caso Henry e conseguiram prender o padrasto, levantar toda a

⁸⁶ Lei 9.180/21 que garante prioridade nos trâmites de procedimentos investigatórios nos crimes cometidos contra a vida de crianças e adolescentes.

⁸⁷ Henry Borel Medeiros, de quatro anos, foi assassinado no dia 8 de março de 2021.

⁸⁸ Emily Victoria da Silva, de 4 anos, e Rebecca Beatriz Rodrigues Santos, de 7 anos, foram assassinadas no dia 4 de dezembro de 2020.

investigação. E, quando o investigador fala na televisão, ele fala: “Ó, estamos cumprindo com a lei, que é prioridade em casos de crianças e adolescentes assassinadas”. Mas não fala na Lei Ágatha e nem que a gente a criou. A gente quer que a lei também funcione para as crianças pretas das favelas e da periferia.

Paula – Para além das pautas que foram faladas, acho importante falar que dá muito orgulho ver você trabalhando com essa firmeza, atuando no combate ao racismo religioso, à violência contra as mulheres pretas, à violência obstétrica, que atinge, sobretudo, as mulheres pretas...

Renata – Nós fizemos uma CPI! Também traz um ponto central. Tinha acabado de ser eleita. Chegam para mim casos de mulheres que perderam seus bebês no Hospital da Mulher, em Cabo Frio, [casos que aconteceram] na hora do parto, antes e durante o parto. Em um mês, foram 10 bebês em um universo onde nasceram 130 bebês! O Ministério da Saúde ia fechar o hospital, [pois] esse é um número escandaloso de morte de bebês. Vamos fazer uma CPI e, nesse processo todo, ainda recebendo mandato [pedido] de cassação do Witzel. Tudo acontecendo ao mesmo tempo...

Claudia – Como foi, para você, saber as recomendações da CPI?

Renata – A CPI foi esse divisor de águas no nosso papel, enquanto vão nos acusar de abortistas, como se a gente não quisesse que nascessem crianças e vivas! A gente faz um papel que é o contrário. Por que essas crianças estão morrendo, quando deveriam estar vivas? Eram casos em que elas [as mães] tinham feito todo o pré-natal, que tinham tudo [em dia] sobre a saúde dos bebês e que, no final das contas, elas perderam seus bebês diante de práticas de violência obstétrica. No primeiro dia da CPI, que eu chamei os diretores geral e administrativo, marido e mulher, ou seja, uma gestão familiar [no hospital],

eles saíram da Alerj exonerados pelo prefeito da cidade. Só para ver o tamanho do problema que a gente tinha!

Depois caiu o secretário municipal da cidade de Cabo Frio. A gente mexeu com a estrutura política de Cabo Frio! Eu não estou falando de um interiorzão do Rio de Janeiro. Estou falando de Cabo Frio, onde vai todo mundo [passar férias]. E por que esse assunto não foi tema do RJTV? Nesse processo, a gente faz todo esse trabalho e a gente termina com um relatório fazendo muitas indicações. A gente fez 11 projetos de lei para parto humanizado e casas de parto aqui no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e falando das práticas, informações, dos profissionais etc. A gente teve, acho que é isso que a Paula está ansiosa que eu fale, a alegria de receber uma ligação onde a pessoa falou: “Renata, minha irmã acabou de ter filho no Hospital da Mulher de Cabo Frio. Ela falou que recebeu mensagem nas costas!”. [Todas batem palmas.] Entendeu? Esse é o resultado concreto de um trabalho em que a gente fala sobre vidas. O trabalho da nossa mandata é, sem dúvida, porreta: salvar vidas!

Paula – Agora a gente está chegando à parte final [da entrevista]. Já está dando aquela dorzinha no coração porque, de fato, foi muito afeto que a gente compartilhou aqui. Nada melhor para a gente do que encerrar falando sobre a alegria da Renata. Quem aqui não tem memória da Renata no Carnaval [risos], na escola de samba, mesmo com toda a agenda intensa dela, que inclui o samba como instrumento de resistência e luta, mas também com muita alegria? Quem não se lembra da Renata, lá na Maré, como porta-estandarte do Se Benze Que Dá ou do Fala, Puto, Que Eu Te Escuto, nosso bloco da comunicação? Nesta última rodada, quero que cada uma de nós possa compartilhar essas memórias para a Renata encerrar com todo esse afeto, [ela] que passou por muita dor, mas transformada em amor, luta e alegria. Quem se habilita? Gizele?

Gizele – Lembrar da Rê é lembrar das alegrias, como disse a Paula, falar das memórias dos nossos enredos no bloco Se Benze Que Dá, que construímos. Não temos nenhuma experiência com música, mas estamos aí compondo! [Risos.] No bloco, a gente sempre pauta alguma temática que está [em destaque] naquele momento: drogas, o muro da vergonha... Tudo isso transformado pela alegria, pelo direito de ir e vir! A Rê é essa pessoa acolhedora, solidária, assim como ela falou sobre a mãe dela, que reúne todo mundo na casa dela, cria e cuida. A Rê é a pessoa que sempre coloca a casa dela como referência para a construção dos sambas, das nossas bandeiras, para a gente se enfeitar, para se arrumar para o samba. Mas que também convida a gente para comer aquele macarrão gostoso! [Mais risos.] Percorrer a Maré com o bloco Se Benze Que Dá não é coisa de 10 minutos não: são mais de 2 horas de caminhada! A gente passa toda uma tarde ali na laje ou na rua [São Jorge] e [isso] não me fez lembrar agora só dos blocos, mas das festas da Rê, que fecham toda a rua e vem gente de várias partes da favela da Maré e do [restante do] Rio de Janeiro. Essa é uma característica da Renata: ela também é festa! Quero que você fale sobre essas construções do Se Benze Que Dá, esse bloco histórico: pelo direito de ir e vir, com o 7 de Setembro, com o caveirão... A gente tem vídeos, também. Foi no Se Benze Que Dá que a gente fez um ato contra o muro da vergonha? Foi. A Rê também trouxe a ideia de reunir funkeiros, sempre pensando na festa como um ato político.

Carla – É através da cultura que a gente encontra caminhos para quebrar essas barreiras e construir outras formas de sociabilidade. Aquilo que a política institucional não enxerga, pois só vê a favela como um problema. A favela cria soluções, para esses mesmos problemas. Por isso é tão importante quando a gente pensa em diversidade na política. A gente não vai construir soluções para esses espaços se não tiverem pessoas desses espaços na política, [pois essas] serão

soluções sempre mal-ajambradas, porque não se adequam ao lugar, à realidade de cada local.

Gizele – Pensando na Rê e em tudo o que a gente já conversou nesta entrevista, a Rê circula a Maré inteira, mas sempre com um monte de criança! Vem Renata no bloco Se Benze Que Dá com uma turma de dez crianças enfeitadas, porque ela enfeita todo mundo, geral no sol quente, com água na mão, e ela com a cerveja na mão dela. [Todas riem.] Renata está sempre em bonde – bonde das crianças! [Riem muito.]

Renata – Tem isso também! E ser porta-estandarte do Se Benze Que Dá também tem a ver com a minha circularidade na Maré, que vem desde o jornal O Cidadão, desde o Censo Maré. Todo mundo me conhece! Então, meu amor, eu chego anunciando: “Tá chegando o bloco!” E eu vou à frente, abrindo o espaço mesmo! As crianças vêm. A gente acaba tomando conta das crianças, que chegam com as faixas que elas mesmas confeccionam. Antes de o bloco sair, a gente faz uma oficina de cartazes. A gente leva guache, tinta... E as crianças é que vão pintando os cartazes que a gente vai colocar na frente do bloco. É muito legal!

Carla – E esse nome do bloco é maravilhoso: Se Benze Que Dá!

Renata – E o bloco tem como o seu símbolo maior a arruda, que a gente traz na orelha. E quem traz a arruda? Eu, que sempre passo pela Teixeira e ali tem uma casa de ervas onde sempre compro arruda e levo para distribuir para todo mundo. A gente está bem protegido! [Risos.] Uma das passagens do bloco é: “A minha arruda eu trago na orelha...”

Gizele – E a Claudinha estava falando de a gente acompanhando o seu entusiasmo, a sua organicidade na luta pela Lei do Funk, que acabou sendo aprovada. Naquela época, todas nós aqui nos tornamos militantes. Pensei como toda essa tra-

jetória está, de fato, atravessada por essa alegria. Hoje, olho para essa mandata e fico emocionada com o papel que a cultura tem nessa construção. Quando penso na potência que foi o Awurê⁸⁹, uma atividade cultural que era mobilizadora, conscientizadora. Não era só [na base do] vamos nos divertir: era uma atividade de luta, que às vezes alguma atividade vira samba. Desse samba a gente percebe como o terreiro é o palco. Todo lugar no qual a gente vê a cultura acontecendo, nessa mandata, é como se estivéssemos transformando aquele lugar para além do objetivo, para além do concreto. Tem uma conexão com a espiritualidade.

Renata – Toda essa profusão de forças que o Awurê traz para a gente também é a oportunidade de ver cultura preta e ancestral sendo colocada no cotidiano de um lugar tão frio como a Assembleia Legislativa. Foi muito importante, já que foi o resultado de um trabalho que a gente já tinha feito anteriormente, em uma audiência pública no terreiro de Mãe Beata, onde a gente discutiu o racismo religioso e quais seriam as ações que faríamos de dentro da Alerj para coibir o racismo religioso. Foi a primeira audiência pública num terreiro de candomblé, da história!

Na verdade, Mãe Nice vai até reivindicar um outro momento que ela fala que teve uma audiência pública nacional que foi em um terreiro. Pelo menos no Estado do Rio de Janeiro, foi a primeira. Mas ela também fala que a audiência teve consequências concretas. Quais são as consequências? Nós conseguimos formular um mês inteiro, o Abril Verde, verde por causa das folhas de Ossain... Como se diz no candomblé: “sem folhas não tem candomblé, não tem orixá”. A gente discute, o mês todo, agendas comuns com os terreiros. Isso foi muito importante porque a gente acabou dando visibilidade também ao todo o processo de violência, de racismo religioso sofrido pelos povos de santo. E não só isso: a gente conseguiu também pautar na Alerj o tema.

⁸⁹ Grupo Awurê exalta e resgata a influência africana em nossa cultura através da música, cânticos, poesia, gastronomia e dança.

*O trabalho da nossa mandata é,
sem dúvida, porreta: salvar vidas!*

Aprovamos o Observatório Mãe Beata de Iemanjá Sobre o Racismo Religioso. Esse observatório foi uma reivindicação da Irmandade da Boa Morte, uma irmandade centenária que a gente tem no Brasil. Elas ficam no Recôncavo Baiano e essa irmandade era que ajudava as mulheres e as primeiras quituteiras, que juntavam dinheiro para comprar a alforria dos seus filhos e companheiros. A Irmandade da Boa Morte fez esse trabalho lá atrás, no processo de escravização do nosso povo. Essa irmandade até hoje nos pauta na Alerj e elas é que nos pautaram no Observatório Mãe Beata de Iemanjá. A gente trouxe as mulheres da irmandade, do Recôncavo Baiano, para fazer audiência pública [no Rio] e [receberem] homenagens, também. A relação com a Casa Branca⁹⁰ em Salvador também, que relembra e remonta ao primeiro terreiro de candomblé que a gente tem no Brasil.

⁹⁰ Casa Branca do Engenho Velho (Ilê Axé Iyá Nassô Oká) é um templo de candomblé, localizado em Salvador, na Bahia. Fundado em 1830, é uma das casas de santo mais antigas do Brasil.

PARTICIPAÇÕES⁹¹

Dom Filó – Quero trazer uma pauta importante, a questão da Lei 10.639, lei que determina a inserção da cultura africana dentro da sala de aula, que, infelizmente, não vem sendo aplicada, salvo alguns educadores que procuram desenvolver esse trabalho. De que forma podemos, de fato, fazer valer a Lei 10.639 dentro de sala de aula?

Renata – Excelente pergunta a do meu querido amigo Filó, esse cara que guarda a memória da cultura negra no Brasil e acompanhou momentos importantes, inclusive da política, documentando [tudo] com vídeos. Filó é um patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro, com tudo que ele guarda em termos de documentação dos principais momentos dos pretos e pretas, seja na política, na cultura, na arte. Filó é uma referência muito grande, para mim. A pergunta dele vai em torno da Lei 10.639, que garantiu que a cultura afro-brasileira fosse ensinada nas escolas. A preocupação que o Filó traz é uma preocupação de todos nós. Por que essa lei não é respeitada, de maneira contundente, nas escolas, trazendo a possibilidade da nossa juventude, em especial da juventude preta, de conhecer essa história? De que maneira os nossos ancestrais chegaram aqui? Escravizados! Mas chegaram escravizados com o processo de reinauguração de um Brasil que infelizmente não é para todos, em especial para 56% da população brasileira, entre pretos e pardos, que perderam até a possibilidade de ter os nossos sobrenomes colocados. A gente não sabe se a gente veio de Moçambique, de qual país do continente africano a gente veio, porque justamente houve um apagamento da memória e da história. Essa Lei 10.639 é essencial. O que a gente tem feito hoje é dialogar com os professores, em espe-

⁹¹ As perguntas foram enviadas em vídeo, apresentadas por Paula Maíran e respondidas por Renata Souza no calor do momento.

cial com professores que se mantêm uma pauta antirracista dentro das escolas, para que a gente possa fazer com que o ensino da cultura afro-brasileira se concretize. Caso contrário, vira letra morta, essa lei!

A gente está vivendo um momento muito específico, na política brasileira, de perseguição enorme aos professores, em sala de aula. Isso é algo a que a gente está atenta, também. A gente está atenta a todo o ensino confessional que se tem colocado e isso também é apagamento das religiões de matriz africana, que fazem parte da nossa cultura e da nossa história. São vários elementos que a Lei 10.639 nos coloca enquanto desafio, porque a escola é um espaço onde o aprendizado e a pedagogia antirracista precisam estar colocados, mas a gente tem uma dificuldade enorme. E o nosso mandato tem trabalhado com professores, de maneira contundente, para que a Lei 10.639 seja, de fato, implementada. A gente conta com as memórias de Filó para que a gente possa pegar as documentações que o Filó hoje guarda e fazer esse processo pedagógico nas escolas. Confio muito naquilo que a gente chama de educação, hoje uma cadeira na USP, a partir desse encontro da comunicação com a educação, mas comunicação como instrumento de uma pedagogia antirracista. A gente precisa muito recuperar a memória da nossa história.

Eu acabei de voltar dos Estados Unidos, onde fiz um intercâmbio sobre políticas públicas antirracistas e de que maneira a gente pode dismantlar o racismo. Estive nos estados mais racistas, no sul, dos Estados Unidos. O que me chamou muita atenção [é] o que eles fazem em termos de memória. Você tem museus, exposições permanentes que contam a história tanto do processo de escravização, do plantation, onde negros e negras africanas chegam para serem escravizados. Foi o que organizou o capitalismo nos Estados Unidos e me espantou entrar em museus e ver os retratos dos racistas e suas falas. Imagino o dia em que teremos as fotos e as falas dos racistas, para apagá-los da história também. São essas mesmas famílias

que hoje se mantêm no poder. São famílias que trabalham para que essas histórias de lutas e resistências não [nos] cheguem.

Também achei muito interessante um museu só para Rosa Parks, aquela mulher que disse não quando uma branca a mandou levantar do ônibus para que ela pudesse usar o seu assento. O museu trata do boicote que aconteceu no Alabama, com relação ao momento em que a Rosa disse não. E [há] o museu que traz a história de Martin Luther King. Pude visitar, em Atlanta, o bairro onde ele nasceu, a igreja onde ele construiu toda a sua história de resistência, inclusive trazendo o debate da não violência, mas também da desobediência civil como um elemento fundamental para os direitos civis [serem afirmados]. Foi muito importante poder ver isso tudo e saber que a memória precisa ser resgatada. O que a gente tem feito são formas de construir políticas públicas que garantam a memória e a reparação do nosso povo escravizado, a memória da nossa ancestralidade.

Jacqueline Muniz – Deputada Renata Souza, como o seu mandato pode contribuir para uma política pública de controle da ação policial, com transparência e responsabilização, voltada para a redução tanto dos abusos de poder da polícia quanto da corrupção, da vitimização e da letalidade policiais no Rio de Janeiro? Quais devem ser as diretrizes para o enfrentamento dos governos criminais como as milícias e o tráfico, que extorquem a população das periferias e financiam carreiras eleitorais no Rio de Janeiro? Quais os principais desafios para resgatar a credibilidade das polícias em territórios populares e garantir o provimento de serviços de segurança pública regulares, previsíveis e igualitários? Um abraço para você!

Renata – A Jacqueline é uma explosão, uma potência! Primeiro, a segurança pública deve ser entendida como um direito. Nas favelas e periferias, a segurança não é entendida como um direito do morador. Pelo contrário, o braço armado do

Estado gera insegurança para moradores de favelas e periferia porque esse é o lugar em que se naturalizou uma lógica de perfilar onde estão os criminosos, onde estão os inimigos números 1 de toda a sociedade. Portanto, é a favela e a periferia que guardam essas mazelas. Acredito que a política pública de segurança primeiro tem que ser entendida como um direito de todos, de todas e de todes. Quando ela é vista só de uma perspectiva de assegurar o patrimônio, de assegurar aos privilegiados o seu privilégio de ter a segurança, a gente ignora a possibilidade de uma perspectiva de direitos humanos para aqueles e aquelas que vivem situações muitas vezes sub-humanas, que não têm saneamento básico, acesso à saúde e à educação. Nesse sentido, uma perspectiva de segurança pública tem que ter controle da sociedade civil.

A segurança pública não pode ser o lugar onde a população não absorva as ações, por exemplo, [como se dá] nas operações policiais. Hoje, a gente tem, a partir do nosso mandato, verbalizado [isso], e fazendo parte também do Fórum de Segurança Pública da Maré, que pautou e ainda pauta muitos dos elementos que estão colocados hoje. Por exemplo, [conseguimos] a ADPF das Favelas⁹², uma ação que respaldou muito as favelas, em tempos de pandemia, onde se colocou critérios objetivos para que se justificasse uma ação policial. E, claro, a gente não vê o Poder Público assumir a ADPF como algo central. Hoje, a cada momento que a ADPF é desrespeitada, a gente apresenta ao Ministério Público uma nova representação contra aquela ação policial: [a ADPF] vai ou não vai dar numa investigação concreta sobre o uso abusivo da força? E com relação à investigação em casos de chacinas, como ocorreu no Jacarezinho e como ocorreu na Vila da Penha, na Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão?

A gente aproveitou também os instrumentos que nós temos para fazer representações internacionais. Estão esgarçadas as nossas ações com relação ao próprio Ministério Público do

⁹² A ADPF suspendeu as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia.

Estado do Rio de Janeiro. A gente já tem feito constantemente representações, mas a gente tem cada vez mais recorrido aos organismos internacionais de direitos humanos como a ONU e a OEA, constantemente, com novos relatórios que trazem a possibilidade de [gestos de solidariedade tomados por] esses órgãos que têm o Brasil consignatário de importantes iniciativas, por exemplo para se preservar os direitos humanos e o direito à vida. Nesse sentido, o nosso mandato se tornou uma ferramenta fundamental, nessas denúncias e relatórios internacionais. Para você ter uma ideia, Jacqueline, a gente fez uma denúncia contra o Witzel para a ONU e para a OEA quando ele utilizou um helicóptero com plataforma de tiros. Não à toa o Witzel tentou cassar o nosso mandato. Estávamos em uma atuação que é o nosso papel, enquanto legislador e fiscalizador das políticas públicas, de também questionar essas políticas públicas. Encontrei todo um processo de perseguição.

Mas, para além disso, a gente precisa construir é a tentativa de controle externo, com a sociedade civil pautando as ações [no âmbito da política pública de segurança]. É impossível a gente imaginar que, por exemplo, hoje, na atividade policial, você tenha policiais que [não] estão [mas deveriam estar] afastados por questões psiquiátricas. Esses caras estão com as armas nas mãos, estão fazendo operações policiais com as suas sanidades mentais enfraquecidas. Também a política de segurança é respaldar que esse policial que está com a arma na mão possa ter sanidade mental para não assassinar uma pessoa. Com essa lógica de guerra colocada, uma lógica instaurada de guerra às drogas, a gente sabe que tanto a população dentro da favela e da periferia está sendo morta pelo braço armado do Estado. Também há um adoecimento, um impacto dessa guerra às drogas também nesse agente, que está padecendo de um sofrimento mental, que está se matando e ninguém fala sobre isso.

Hoje, [o quantitativo de] policiais que cometem suicídio é um número absurdo e maior até do que [o de] policiais que

morrem em conflitos. É importante que a gente traga esses elementos para a atuação [política]. Fizemos um projeto de lei para garantir [a implementação de] um programa de saúde mental para que policiais e agentes da segurança pública possam ser respaldados diante dessa lógica sangrenta de política pública que a gente tem. A chave está aí: controle da atividade policial pela sociedade civil, a compreensão de que segurança pública é um direito e também olhar esses policiais de uma perspectiva importante, no que tange à saúde mental. E, claro, outro elemento central nisso: a gente tem que fazer com que o Estado brasileiro pague por cada morte! A gente precisa de reparação e também está coadunando um projeto de lei que passa a ter a discussão de reparação para as vítimas fatais e até para os familiares de vítimas que perderam seus entes queridos pelo braço do Estado.

Leonor Costa – Renata, que alegria poder contribuir com mais um livro sobre sua trajetória política! Você é uma mulher negra, cria da Maré e doutora em Comunicação, que, para chegar onde você chegou, passou por uma série de dificuldades na vida, enfrentou diversos desafios impostos pelo racismo estrutural e pelo sexismo e conseguiu, com muita luta, furar o bloqueio e chegar onde você está e se colocar à disposição para a reeleição como deputada estadual, em 2022. Quero que você fale para a gente sobre a importância da maior presença de mulheres negras no parlamento, sejam nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas ou no Senado. De que forma a presença dessas mulheres negras contribui para que haja mais políticas públicas voltadas à população preta?

Renata – Leonor [é] uma querida, faz tempo que não a vejo! Muito bom, obrigada pela pergunta! Acho que a participação das mulheres pretas na política é urgente! Temos um Brasil onde temos quase 52% de mulheres, em que as mulheres pretas representam a maioria. Temos toda uma situação de sub-representação

das mulheres, seja nesses espaços de poder, seja nos outros espaços da sociedade. Fico muito preocupada, por exemplo, quando a gente olha para o Congresso Nacional e temos cerca de 17% entre pretos e pardos. Quando a gente coloca a lupa sobre mulheres pretas, a gente não chega a 2% [delas] no Congresso Nacional. A gente não passa de 1% [de mulheres negras] no Senado. Isso é gravíssimo, um risco para a própria democracia brasileira! Afinal de contas, se a gente quer a democracia, precisa ter mulheres em todos os espaços. E as mulheres pretas não representam 2%, hoje, no Congresso Nacional e nem no Senado. É você observar o quanto a gente está atrasado, nesse processo.

Remontando à própria história do Brasil, a gente tem aí, no sufrágio universal, [a luta] para as mulheres votarem, toda a luta das feministas e tal. A gente, ali, ainda tinha um outro limitador, que eram mulheres que ficaram letradas. Então, as mulheres pretas pouco puderam participar do processo ou se colocarem como candidatas ou votarem porque muitas delas, descendentes dos povos escravizados, não tiveram acesso ao letramento. Nesse sentido, a mulher preta há pouquíssimo tempo faz parte da suposta democracia brasileira. Não à toa, quando a gente olha aqui o universo da Assembleia Legislativa [do Rio de Janeiro], no universo de 70 homens, a gente tem 13 mulheres. E, dessas 13 mulheres, só na nossa bancada temos 6 mulheres pretas hoje, na Assembleia Legislativa.

[Essas mulheres] se reivindicam pretas depois que nós, do PSOL, chegamos. Chegar nesse lugar, hoje, é definir que tem que ter prioridade de mandatos de mulheres pretas, [é] o feminismo negro; que se aproprie do debate que as mulheres negras estão fazendo, inclusive na possibilidade do reconhecimento dessas mulheres como intelectuais que são e como fazedoras do seu cotidiano, como a gente vê as mulheres pretas nas favelas e na periferia construindo formas de sobrevivência. A gente está na base da pirâmide social, então sabemos que todo o movimento e qualquer movimento das mulheres nessa sociedade, das mulheres pretas, fazem diferença para a

sociedade. Então, nesse sentido, é a gente pautar um debate que é central hoje, como a anemia falciforme, que atinge as pessoas negras. Esse é um debate de saúde pública. Outro debate também é a violência obstétrica [com] que as mulheres pretas são vitimadas cotidianamente.

Vou fazer 40 anos neste ano, mas todos os dias do meu aniversário lembro minha mãe falando: “Minha filha, foi muito difícil te ter! O médico dizia, na hora do parto, em cima de mim, forçando o parto, que ou seria a mãe ou seria a filha [a sobreviver]...”. Enfiaram um garfo na minha mãe, para me rodar dentro dela. Toda vez que ela conta isso eu fico nervosa! Ela conta com um misto de dor [e alívio por estarmos aqui]: “Olha o que fizeram comigo, minha filha, para te ter!”. Sabe, [isso é] de uma violência enorme! Até hoje, minha mãe não vai dizer que aquilo foi violência obstétrica. As mulheres pretas, muito tidas como mais fortes do que as mulheres brancas, sequer hoje têm a noção de que sofreram violência na hora do parto! Esse é um tema que a gente tem trazido. A gente fez uma CPI sobre o Hospital da Mulher, em Cabo Frio. A maioria das mulheres que perderam seus filhos para a violência obstétrica [nesse hospital] eram mulheres pretas, pobres.

A gente tem também trazido debates centrais sobre juventude preta e o direito de viver. A gente tem colocado, a partir da perspectiva de uma lógica de direitos humanos [que precisa ser] questionada, essa segurança pública que mata a juventude preta todos os dias na favela e na periferia, [os] filhos e filhas dessas mulheres pretas. A gente tem consolidado, no nosso mandato, uma perspectiva abrangente sobre o que representa ser preta, estar nesse lugar e ter vivido tantas das violências que a gente tem presenciado hoje pelo braço do Estado, [como] o racismo estrutural, o mesmo que vai matar o filho dessas mulheres pretas, mas que pode matar na hora do parto a própria mulher preta! Esse é um retrato do racismo estrutural!

A gente também quer pautar e vem pautando o racismo religioso, onde as religiões de matriz africana têm sofrido um

processo de violência enorme. A gente vê mãe e pai de santo apedrejados, terreiros apedrejados... Por isso a gente faz a diferenciação entre racismo religioso e intolerância religiosa. O racismo religioso pesa [apenas] contra as religiões de matriz africana. A gente não vê pastor nenhum sendo apedrejado na rua. A gente vê mães e pais de santo apedrejados, tendo os seus terreiros apedrejados. Precisamos falar sobre o racismo. Estar nesse lugar enquanto mulher preta é colocar a centralidade da vida da população negra dentro da nossa atividade parlamentar.

Não tenho dúvida: a violência política de gênero que a gente sofre dentro desses espaços é uma violência que tenta inviabilizar nós, enquanto sujeitas políticas que somos. Quando a gente chega nesse lugar, a gente também chega pelo movimento de mulheres, de mulheres pretas, pelo movimento de direitos humanos, chega pelo movimento LGBTQIA+, chega pelo movimento negro. A nossa chegada dentro das casas legislativas é fundamental para a vida da nossa população preta!

Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2.137-2.160, 2019.
- ARENDT, H. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.
- BANDEIRA, Manuel. *Belo belo*. São Paulo: Global, 2014.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas, v. 1.).
- ENCONTRO dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio, 1979, Lisboa. Carta de Lisboa. Lisboa, 1979.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FREIRE, Paulo. *Os cristãos e a libertação dos oprimidos*. Lisboa: Edições Base, 1978.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. São. Paulo: Paz e Terra, 1967.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade*. São Paulo: Veneta, 2019.
- HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feministas*. São Paulo: Elefante, 2019a.
- HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019b.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MANO, Maira Kubik, *Atuar como mulheres: um olhar sobre a política institucional*. Curitiba: Appris, 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Clovis. *Negro, de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

OLIVEIRA, Altair B. *Cantando para os orixás*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Almedina, 2013.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a formação negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

SOUZA, Renata. *Feminicídio político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles*. Cadernos de Gênero de Diversidade, v. 6, n. 2, 2020.

SOUZA, Renata (Org.). *Ubuntu: negras utopias*. Rio de Janeiro: Luísa Mahin, 2021.

SOUZA, Renata; PACHECO, Ronilso. *Diálogos sobre gênero, raça e classe no Brasil*. Rio de Janeiro: Luísa Mahin, 2019.

UBUNTU: o que significa essa filosofia africana e como pode nos ajudar nos desafios do hoje. BBC News Brasil, 17 maio 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KaQSIvWV7wo>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

Biografias

CARLA BAIENSE

Carla Baiense Felix é nascida e criada na Maré. Doutora e mestra em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ), se formou em jornalismo (UFF) e trabalhou em diferentes jornais e revistas, atuando, ainda, no jornal O Cidadão, da Maré. Atualmente, é professora associada do Departamento de Comunicação Social e pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF) da Universidade Federal Fluminense.

CLAUDIA SANTIAGO

Claudia Santiago é jornalista e professora no Núcleo Piratininga de Comunicação. Coautora dos livros Comunicação Sindical: a arte de falar para milhões, Dicionário de politiquês, Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro e organizadora dos livros Vila Nova: vida e obra de um militante e Almanaque da comunicação sindical e popular no Rio de Janeiro. É coordenadora da Editora NPC e do Curso de Comunicação Popular do NPC.

DERÊ GOMES

Derê é o apelido do professor David Gomes. Cria da Vila Cascatinha (Complexo da Penha), historiador (UERJ) e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ). É militante das Brigadas Populares e liderança da Federação de Favelas (FAFER). Derê é vascaíno, portelense e candomblecista.

DOM FILÓ

Asfilófilo de Oliveira Filho mais conhecido como Dom Filó de Rio de Janeiro é engenheiro civil, jornalista, produtor cultural, cine-documentarista, com pós-graduação em Marketing pela ESPM e MBA em Gestão Esportiva pela FGV. Nos anos 70, foi mentor e protagonista do Movimento Black Rio. É responsável pela CULTNE - o maior acervo virtual da América Latina, que reúne 3 mil horas de conteúdo inédito, sobre os últimos 40 anos do movimento negro.

GIZELE MARTINS

Gizele Martins é jornalista (PUC-Rio), mestra em Comunicação (UERJ) e doutoranda em Comunicação (ECO/UFRJ). Foi coordenadora, jornalista responsável e repórter d'O Cidadão, jornal comunitário que circula no Conjunto de Favelas da Maré. Publicou o livro “Militarização e censura: a luta por liberdade de expressão na Favela da Maré”. Ganhou diversos prêmios pela produção de conteúdo voltado para a pauta dos direitos humanos, antirracismo e favela. Atualmente, é assessora de Comunicação da Justiça Global. Gizele, através de suas palestras, leva a voz da favela para os quatro cantos do mundo.

IBIS PEREIRA

Ibis Pereira é historiador e coronel da reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Atualmente, é doutorando em História Política na UERJ. Discípulo do Coronel Nazareth Cerqueira e militante da causa nacional-popular, persiste no sonho de um Brasil soberano e democrático.

ISABEL MANSUR

Isabel Mansur é socióloga, doutora em Serviço Social pela UFRJ e participou, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Publicou o livro Corda bamba (Lutas Anticapital, 2022), um estudo sobre o fenômeno lulista.

JACQUELINE MUNIZ

Jacqueline Muniz é antropóloga, professora do bacharelado de Segurança Pública da UFF e sócia-fundadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Seu último livro, publicado em colaboração com Ana Paula Mendes de Miranda e Roberta de Mello Corrêa, é o Mapas de percepção de riscos: metodologia multimétodo para análise de territorialidades afetadas pelo domínio armado (Autografia, 2019).

JULIANA DRUMMOND

Juliana Drummond é mulher, preta, mãe, feminista, professora e doutoranda em História, cria da Baixada Fluminense, presidenta do PSOL de São João de Meriti, integrante da Coletiva de Mulheres Margaridas, membro do conselho político da mandata Renata Souza e da direção estadual do PSOL.

LEONOR COSTA

Leonor Costa é jornalista, assessora parlamentar e mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília, pesquisa feminismo negro, relações raciais e mulheres negras na política.

MARINA IRIS

Marina Iris é cantora, compositora, professora de Língua Portuguesa e militante. Definida como “voz bandeira” pelo carnavalesco Leandro Vieira e “voz do mundo” pela cantora Áurea Martins, Marina canta e escreve as esquinas por onde passa, a potência das ruas. Ainda segundo Leandro, em algum lugar de sua garganta está cravado feito jóia um pedaço do Brasil.

PAULA MÁIRAN

Paula Máiran, 54 anos, é piauiense, jornalista, mestranda em Mídia e Cotidiano na UFF e assessora de imprensa da deputada estadual Renata Souza. Trabalhou no Jornal do Brasil, O Dia, Extra, Estadão e Folha de São Paulo. Fundou, junto de Renata e de outros comunicadores, o Fórum de Comunicadores Populares do Rio e o Bloco Fala Puto que eu Te Escuto. Presidiu o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro de 2013 a 2016.

RONILSO PACHECO

Ronilso Pacheco é teólogo pela PUC-Rio, mestre em teologia no Union Theological Seminary (Columbia University) em NY, ativista e pastor auxiliar na Comunidade Batista de São Gonçalo. Também é autor de Jesus e os Direitos Humanos (2018) e Teologia negra (2019).

SEIMOUR SOUZA

Seimour Souza é cientista político, coordenador do Núcleo Independente e Comunitário de Aprendizagem (NICA), da UNEAFRO e membro da Coa-lizão Negra por Direitos.



Este livro foi impresso em julho de 2022, mês de nascimento de Frantz Fanon e falecimento de Lélia Gonzalez.

Composto em Minion Pro 11/14 , fizemos a impressão na Aerographic em papel triplex 250g/m² para a capa e pólen natural 80g/m² para o miolo.